

CAPÍTULO IV

FIRMINO COSTA NA REVISTA DO ENSINO: DO METODO INTUITIVO À ESCOLA ATIVA

"Será possível ao professor acompanhar o progresso da ciência da educação sem ler uma boa revista pedagógica? De certo que não" (Costa, 1937, p. 22).

Para compreender as idéias e concepções educacionais de Firmino Costa, no capítulo anterior, procuramos explorar as formas que a cultura escolar elaborada em seus textos, tomando os livros, por ele publicados, como fonte e, ao mesmo tempo, como objetos de pesquisa. Observamos que o conjunto da obra ressaltou as formas que as leituras e apropriações das idéias em circulação adquiriram nas práticas escolares cotidianas, sobretudo em relação à formação de professores e ao papel que a formação Moral e Cívica pela formação do trabalho passou ocupar em suas concepções.

A publicação dos quarenta e seis¹ artigos na Revista do Ensino, entre 1925 e 1935, é reveladora do intento de contribuir para a renovação educacional no estado. Também é indicativo de que ele e as idéias tornaram-se ainda mais conhecidos entre os políticos e o professorado mineiros. Tomando como objeto de análise os artigos, foi possível acompanhar, em boa medida, os caminhos traçados pelas filigranas dos textos, perseguindo determinados elementos por nós considerados como essenciais ao pensamento do educador: a formação e a atuação docente, o ensino da Moral e Cívica por meio do trabalho e o método intuitivo. Nos textos da revista, esses pontos nodais da produção de Firmino se robustecem, recebem outros contornos, cores e formas diferentes de abordagem.

Conforme já salientamos, o uso de periódicos impressos como objeto de estudo histórico tem sido considerado como um recurso privilegiado, sobretudo no que se refere à busca da compreensão dos processos pelos quais as idéias são conformadas e postas em circulação. Um outro aspecto relevante para a argumentação a favor do uso do recurso seria uma ampliação em relação às fontes mais freqüentemente adotadas. Permite, ainda, ao pesquisador, aprofundar-se nas formas discursivas predominantes em determinados contextos e apreender de que maneira elas podem ter impactado o mesmo contexto. É também o pensamento de Marize Carvalho Vilela, Cláudia Panizzolo Batista da Silva, Ana Regina Pinheiro e Luiz Carlos Barreira (2004), segundo os quais:

¹ Biccás (2006), em seu minucioso estudo sobre a Revista do Ensino, identificou 54 artigos de Firmino Costa. Contudo, nos arquivos explorados para a realização desta pesquisa, só encontramos os 48 analisados neste capítulo e relacionados nos anexos, à página 305 (p. 95).

A análise desses materiais possibilita apreender como os indivíduos produzem seu mundo social e cultural – na interseção das estratégias [no sentido de Michel de Certeau], que visa instaurar uma ordem desejada pela autoridade que o produziu ou permitiu sua publicação, com a apropriação feita pelos leitores: nesse espaço, percebemos as dependências que os unem e os conflitos que os separam, detectamos suas alianças e enfrentamentos (p. 401).

Recorrendo aos artigos de Firmino Costa publicados na Revista do Ensino, foi possível mapear as estratégias por ele escolhidas para modificar o estado de coisas da educação pública no estado. Os textos explicitam o conjunto de práticas educativas, por ele consideradas como encarquilhadas, ao mesmo tempo que anunciam quais práticas poderiam substituí-las e as respectivas gêneses conceituais. A tensão entre o velho e o novo e cada centímetro percorrido no intento da renovação das idéias chega a ser palpável, dados o dinamismo e a vivacidade com que são apresentadas pelo autor em seus textos da revista.

Seja como for, o uso do recurso do periódico como fonte de pesquisa exige do pesquisador, dentre outras coisas, a escolha sobre os aspectos nos quais focará seu estudo. A exigência se assenta sob a premissa de que, em uma única publicação, uma gama de possibilidades de pesquisa se abre e, se se pretende “alcançar um mínimo de profundidade, tem-se que eleger determinadas prioridades e apontar para a possibilidade de inúmeras outras que parecem promissoras” (Vilela, Silva, Pinheiro e Barreira, 2004, p. 401).

No capítulo que ora apresentamos, o desafio da escolha é companheiro do próprio texto. Ele foi se fazendo presente em cada um dos artigos analisados, em função mesmo da necessidade de reavaliar, a cada momento, se as escolhas feitas no sentido de explicitar os aspectos principais do pensamento educacional de Firmino, foram, de fato, as mais adequadas. No nosso caso, não se trata de uma tarefa fácil, pois, ao mesmo tempo em que procuramos explicitar e delimitar as idéias, tivemos o intento de mostrar os movimentos, deslocamentos e arroubos.

Escolher a Revista do Ensino² como objeto ou como fonte de pesquisa tem sido recorrente entre diversas pesquisas da História da Educação, não só de Minas

² “A Revista do Ensino foi o impresso pedagógico oficial de educação direcionado aos professores, diretores e técnicos da rede pública de ensino do Estado de Minas Gerais no período de 1925 a 1971. Criada originalmente em 1892, por Afonso Pena, então presidente de Minas Gerais, logo em seguida foi desativada. Em 1925, após 33 anos, no governo de Fernando Mello Viana, a Revista foi reativada e permaneceu circulando até o primeiro semestre de 1940, com a publicação dos números 174-175. A interrupção da produção e circulação da Revista por mais de cinco anos deveu-se à Segunda Guerra Mundial. Em 1946

Gerais, como também de outros estados. Isso se deve, indubitavelmente, à sua grande fecundidade, tanto para um caso, como para o outro, como atestam o trabalho de diversos estudiosos³. No caso do nosso estudo, ela é importante, porque realçou a relevância que as idéias de Firmino assumiram no contexto educacional mineiro, uma vez que poderia “ser considerada como o impresso pedagógico oficial mais representativo da História da Educação mineira, não só pelo seu longo ciclo de vida, mas pelo papel significativo no processo de formação de professores e de conformação do campo educacional mineiro” (Biccas, 2006, p. 71).

Importante considerar que o suporte do texto, qualquer que seja ele, condiciona as formas e os manuseios com que os leitores terão acesso no momento da leitura. No caso da revista, tanto a materialidade como as estratégias de divulgação e distribuição testemunharam a favor do uso em seu sentido original, qual seja, o de conformar de forma mais ágil possível um público de professores, visando integrá-los, por meio das idéias disseminadas, ao conjunto das novas premissas educacionais adotadas pela Reforma. No caso de Minas Gerais, esse suporte, a revista, foi ideal, pois, permitiu

(...) uma circulação maior e mais intensa entre os leitores do que qualquer outro tipo de impresso, por exemplo, o livro, produzido ainda em baixa escala e com uma rede de distribuição restrita. Além disso, uma revista periódica quase sempre é produzida no mesmo tempo histórico vivido pelos leitores. Possivelmente, sejam essas as principais razões que levaram os responsáveis pela educação em Minas Gerais a decidir por utilizar uma revista como instrumento de divulgação, informação e formação dos professores mineiros (Biccas, 2006, p. 80).

A Revista do Ensino cumpriu importante papel para a conformação do cenário educacional mineiro, naqueles tempos em que, tendo Francisco Campos, como Secretário do Interior, sob o governo de Antonio Carlos, entre 1926 e 1930, a educação passa a exercer, de forma mais eminente, a função de amoldamento do povo, visando a um maior controle social. Francisco Campos considerava que muitas idéias da educação nova atendiam perfeitamente aos objetivos da educação primária e técnica, então da alçada do estado. Foi assim que elas serviram como

ela voltou a circular e foi extinta 25 anos mais tarde, no primeiro semestre de 1971, sob o governo de Rondon Pacheco; o último número a circular foi o 239” (Biccas, 2006, p. 71).

³ Klinke, (2003), Souza (2001), Biccas (2001), Vidal e Faria Filho (2005), dentre muitos outros.

referência para elaboração de sua reforma em 1927, batizada de Reforma Francisco Campos (Peixoto, 1982, p 73).

A reforma, elaborada “de cima para baixo”, fazia parte do programa de governo que, mesmo tendo por objetivo principal retomar a hegemonia política no plano federal, representou, de fato, algumas transformações no panorama educacional de então, como a ampliação de oportunidades de acesso à educação, condicionada à preocupação com a melhoria da qualidade do ensino. A política educacional propôs uma série de procedimentos bastante capilarizados em relação ao cotidiano escolar e tinham por objetivo garantir a qualidade do ensino. A preocupação com o método como dinâmica da organização dos procedimentos educacionais, a concepção de atividade como trabalho educativo e a formação do professor como condutor de todo o processo renovador tiveram papel primordial.

A concepção de indivíduo e de sociedade ocupou lugar central nas premissas educacionais da Reforma Francisco Campos. As ciências do comportamento e a biologia foram tomadas como marcos explicativos do desenvolvimento humano para a condução de uma aprendizagem que considerasse as necessidades próprias da infância e a sua interação ao meio social. As referências teóricas para fundamentar os estudos foram apropriadas das idéias em circulação, prevalentes na ambiência educacional brasileira. Dentre elas as dos americanos, especialmente John Dewey e Kilpatrick, e europeus Decroly e Edouard Claparède, mas de muitos outros pensadores (Peixoto, 1982, p 204).

Para a formação adequada dos professores capazes de conduzir os procedimentos prescritos na consecução dos objetivos educacionais, foram firmados convênios e intercâmbios com instituições estrangeiras, com vistas à elaboração e execução de programas de capacitação técnico-pedagógica através de cursos de aperfeiçoamento. Criada em 1929, a Escola de Aperfeiçoamento, como um importante laboratório de experimentação de idéias educacionais inovadoras, contou com a colaboração de renomados estudiosos vindos do exterior. Dentre eles estão Helena Antipoff, assistente de Claparède, do Instituto Jean Jacques Rousseau, de Genebra.

Além da Revista do Ensino e outros periódicos de maior expressão, a imprensa mineira representada pelos jornais de maior circulação aderiu ao projeto de renovação educacional de Francisco Campos e contribuiu fortemente para a implementação da reforma, na medida em que deu ampla cobertura jornalística aos programas implementados. O *Jornal Diário de Minas*, por exemplo, além de transcrever na íntegra os artigos publicados por outros jornais sobre o movimento de renovação da educação em âmbito nacional, editava, sistematicamente, artigos sobre o assunto, sempre a favor do movimento no Estado. Muitas vezes, os autores

dos artigos, além dos jornalistas, eram os próprios autores políticos da reforma, Antônio Carlos e Francisco Campos.

A configuração da proposta educacional de Francisco Campos baseada nos ideais da renovação educacional foi adequada ao objetivo de utilizar a educação como reforço do poder político através das reformas educacionais. Colocando em primeiro plano os aspectos metodológicos e apresentando-os como os elementos capazes de contribuir para um processo que fosse modernizante e preservasse a ordem social simultaneamente, a reforma serviu para reforçar o caráter “passivo” dos processos políticos da época. Para Francisco Campos, rendeu o Ministério no Governo de Vargas, o que não deixa de ser o reflexo do almejado fortalecimento político. Para Minas, rendeu uma educação mais moderna, mais ousada, mais estruturada, mas não menos submetida aos interesses de classe, nem menos problemática com relação aos recursos para viabilizar as mudanças.

Para que as novas proposições educacionais alcançassem seu intento, Francisco Campos precisaria contar com certo número de educadores e técnicos dispostos a colaborar com o proclamado progresso social a ser atingido por meio da educação. Dentre outras coisas, seria preciso mobilizar educadores com trânsito reconhecido entre o professorado de Minas. Se podemos considerar que o intento de Francisco Campos para a educação mineira alcançou algum êxito, certamente foi sobretudo pelo esforço e dedicação daqueles que estavam posicionados perto o suficiente do governo e de seus políticos para que pudessem interferir, em alguma medida, na conformação que a legislação foi assumindo. Ao mesmo tempo, longe o bastante, tanto para ouvir os clamores do professorado na lida diária com os problemas que uma educação em processo de constituição apresentaria, quanto para transformar os reclames em críticas e emendas exigidas pelo mesmo processo. No nosso modo de entender, era precisamente esse o lugar ocupado por Firmino Costa. Contudo, acreditamos, em função do conteúdo de toda a sua obra que, embora as intenções dele, assim como a de outros educadores, e as de Francisco Campos coincidiam ao tentar empurrar a obra educacional em Minas, fundamentavam-se em motivações radicalmente opostas. No caso de Firmino, o que o mobilizava era a construção de uma nação sob moldes dos progressos científicos, econômicos e sociais.

Depois de dirigir o Grupo Escolar Firmino Costa por dezoito anos, o diretor é convidado a ocupar o cargo de Reitor do Internato do Ginásio Mineiro, em Barbacena, em 1925. Data daí o primeiro artigo publicado na Revista do Ensino, ao qual tivemos acesso. Constatando-se o êxito de seus trabalhos à frente do estabelecimento secundário para moços, o educador passa a ser convidado, com muita freqüência, a proferir palestras na capital. Pouco tempo depois, quando se

instala o governo de Antonio Carlos, é convidado a ocupar a direção técnica do Curso de Aplicação da Escola Normal de Belo Horizonte e, posteriormente, assume a direção geral do referido instituto educacional, além de colaborar sistematicamente para a reforma do ensino, debatendo os temas pedagógicos. A pesquisa biográfica de Dias (1986), complementa com dados relevantes sobre a vida do educador, segundo os quais, o diretor teria permanecido nesse cargo

(...) até a sua aposentadoria compulsória, aos 68 anos de idade, em 1937. Nesse cargo exerceu ação inovadora do ponto de vista das técnicas pedagógicas e da organização escolar. Na mesma época, esporadicamente, leciona Português nos colégios Isabela Hendrix e Batista Mineiro, ambos de orientação evangélica, sendo o primeiro uma das mais antigas instituições, mantidas pela Igreja Metodista no Brasil. No fim da vida, depois de aposentado como diretor da Escola Normal, exerceu apenas a função de inspetor do Colégio Isabela [Hendrix] (p. 140).

Antes, porém, o educador consolida a posição de homem nacionalmente conhecido, sobretudo, nos meios educacionais. Os primeiros anos da década de trinta ainda presenciariam uma ativa participação em eventos de nível nacional como as Conferências, promovidas pela Associação Brasileira de Educação – ABE e conheceriam as principais obras publicadas do educador, tais como “*Vocabuário analógico*” (1933) e “*Pela escola activa*” (1935).

Levando em conta a agilidade e a periodicidade das publicações de responsabilidade de um órgão oficial do Estado, a Revista do Ensino pode ser considerada como o veículo que mais contribuições trouxe para a disseminação e o conhecimento dos professores acerca do pensamento educacional de Firmino Costa, visando a uma reforma do campo educacional por meio da formação dos professores. Por isso mesmo, a análise requer que se atente ao fato de que, ainda que os textos publicados soem como repetitivos, faz-se importantíssimo considerar que, em momento algum, operamos com a idéia de repetição. Se tivéssemos incorrido no equívoco, acabaríamos por reduzir toda a riqueza do pensamento do autor a uma meia dúzia de questões, por assim dizer, mais recorrentes em seus textos. Não abrimos mão de ressaltar essas questões e reforçamos que o objetivo do nosso estudo, mais do que apresentar as idéias de Firmino, é o de explicitar seus movimentos, deslocamentos, arrojados, acompanhando-os até onde a nossa vista, representada pelas ferramentas teóricas adotadas, nos permitiu alcançar. Estamos considerando que Firmino Costa jamais repetiu, simplesmente, um

assunto. A cada apresentação de um tema, ele tinha novos intentos e o fazia a partir de formas cada vez mais refinadas.

Carvalho (2003) apresenta uma análise substantiva com relação aos lugares a partir dos quais os discursos são produzidos por meio dos impressos, e de que modo eles determinam sua forma de circulação e de apropriação por meio da leitura. Esses lugares são expressões de estratégias de poder, que condicionam as orientações para a formação dos professores e para determinadas práticas educativas, as quais passam a ser legítimas e autorizadas. Sustentando seu argumento em Certeau, a autora firma que:

(...) o conceito de estratégia, tomado a Michel de Certeau ganha pertinência, remetendo a práticas cujo exercício pressupõe um lugar de poder. Aplicado, por exemplo, a uma História dos impressos de destinação escolar, o conceito põe em evidência dispositivos de imposição de saberes e normatização de práticas, referidos a lugares de poder determinados: uma casa de edição; um departamento governamental; uma instância eclesiástica, uma reforma educacional, etc. Analisados como produtos de estratégias determinadas, os materiais impressos deixam ler as marcas de usos pretéritos e de destinatários visados. Fornecem indícios sobre as práticas escolares que se formalizam nos seus usos, mas têm o seu peso documental fortemente demarcado por sua relação com as estratégias de que são produtos (p. 273).

Foi precisamente a identificação das formas diferentes de abordar assuntos recorrentes que nos permitiu organizar os artigos de Firmino Costa, publicados entre 1925 e 1935 na Revista de Ensino, em quatro grandes partes, ainda que estas permaneçam completamente imbricadas entre si.

4.1 As aulas do Diretor técnico como discurso de (con) formação

"Aos que alcançam o diploma de normalista cabe o dever de honrar-o, tornando-se cada vez mais dignos dele" (Costa, 1937, p. 22).

A seguir, analisaremos as concepções educacionais de Firmino Costa tomando como objeto para a análise os textos escritos a partir de suas aulas ou conferências realizadas e publicadas na Revista do Ensino, entre 1925 e 1935. Estamos considerando que algumas propriedades peculiares e comuns aos textos produzidos para as ocasiões nos permitem agrupá-los.

A primeira delas seria a de que, dentro de cada um dos textos, é abordada uma grande gama de assuntos educacionais. Seriam textos, digamos assim, pan-

óticos, pois apresentam, diversos assuntos, sem que, necessariamente sejam interligados entre si. A lógica dos textos não é garantida pelos conteúdos em si, mas pelos exemplos citados e essa seria precisamente outra propriedade dos mesmos. Tais exemplos, geralmente caracterizados por narrativas de acontecimentos passados, são usados para criar um contexto apropriado para que, então, o autor apresente idéias e concepções. Assim, sob títulos bastante focados, uma diversidade de assuntos é abordada, ainda que ligados de alguma forma à educação.

O que condicionou, em grande parte no nosso modo de ver, a escolha dos assuntos e a frequência com que foram abordados pelo educador, mais nas aulas e menos nas conferências, para além do tema prescrito pelo título da aula, seria o público-alvo e a percepção do educador sobre as lacunas e necessidades de formação desse público. Considerando a necessidade de divulgação dos novos pressupostos educativos e o momento educativo em Minas, poderíamos crer que ele agia assim, no sentido de aproveitar todas as oportunidades para disseminar os pressupostos da educação nova a partir de sua leitura apropriada das idéias em circulação.

Um terceiro aspecto característico dos textos é a presença recorrente de determinados temas, ainda que não estejam previstos nos respectivos títulos. Praticamente em todos os textos, o educador apresenta as concepções sobre a o método intuitivo e a escola ativa, sobre a formação de professores e a formação pelo trabalho como forma de construção da moral e do civismo. Assim, enquanto os demais artigos do autor atribuem centralidade a determinados temas, como veremos nos próximos tópicos do capítulo, os publicados a partir de aulas, palestras e conferências acabam por contemplar, de forma ostensiva, aqueles três temas, além dos anunciados pelos respectivos títulos.

Um último aspecto comum aos textos publicados a partir desse fim seria o de que, geralmente, eles são apresentados, ao menos em sua forma escrita, em tópicos, o que certamente favoreceria a dinâmica do discurso oral. Manteremos, em alguma medida, essa forma adotada pelo autor, porque consideramos que, por meio dessa estratégia de escrita este texto se tornará mais próximo de suas idéias e concepções e da forma com que foram apresentadas.

Vale ressaltar ainda que, o esforço de organizar os textos do autor, tomando como critério as quatro características acima apresentadas para a composição deste tópico, tem a função de aglutinar a apresentação das idéias e concepções dele, considerando que nosso objeto de pesquisa é a História do conjunto do seu pensamento. Também foi possível definir os espaços e as circunstâncias a partir dos quais os discursos foram produzidos. O procedimento nos permitiu capturar

algumas nuances acerca das diversas maneiras de se dirigir aos leitores da revista, na maioria, educadores. É precisamente o que pretendemos explicitar a seguir.

Exemplar das questões acima apontadas, no artigo intitulado "*Curso de Aperfeiçoamento para Assistentes Technicos do Ensino. Quesito Português,*" publicado em 1929 e primeiro do gênero, Firmino Costa apresenta, em um texto de quarenta e cinco páginas, as oito aulas de português, por ele dadas para aqueles profissionais. Fica evidente no texto, que o autor pretendia, através do conteúdo, transmitir todo um conjunto de conhecimentos e atitudes ligado à moral e ao civismo, isto é, à forma mais adequada ao exercício profissional de técnico da instrução, fundamentada no estudo. Tem-se também a impressão de que pretendia, através das referências aos nomes de grandes filósofos, cientistas e poetas, contemporâneos e antigos, ressaltar a importância do estudo para a formação dos técnicos de ensino.

Dentro da diversidade dos assuntos tratados, podemos identificar algumas características afins entre eles, o que nos permite, novamente, organizá-los ao menos em três grupos: os conteúdos das aulas de português, propriamente ditos, ou os assuntos a ele correlatos; a importância dos estudos para o exercício profissional e para a vida como um todo; e a escola ativa. É importante observar que todos os assuntos em pauta são perpassados pela formas de ensinar, orientadas pelas concepções do educador sobre a escola ativa e pelo ensino através do método intuitivo, com a intenção de encarná-los no ensino dos conteúdos em pauta.

Em relação ao primeiro grupo contendo os conteúdos da língua portuguesa e de assuntos correlatos, identificamos a presença de um grande conjunto de temas sobre cada um dos pontos do programa do curso. Inicia a oitava aula lembrando que ela seria o encerramento do curso "*Como se estuda a língua*" a partir dos sentidos das expressões, extraídos dos fatos da linguagem, e retoma, ainda, as sete aulas anteriores. Na primeira abordou-se que a língua deveria ser analisada através dos sentidos das expressões, guias para o estudo e a compreensão, isto é, os usos seriam os próprios guias para a análise e compreensão das expressões. Ainda que alguns gramáticos menosprezassem a atividade de composição, na segunda tratou-se da importância desta para o uso da língua, ou seja, estudar a língua só teria sentido se fosse para se escrever, ler e falar bem e a composição seria uma excelente oportunidade. Na terceira aula, abordou-se a análise lexical e lógica da interpretação de textos, sempre a partir de bons exemplos textuais, isto é, de textos de autores renomados, tais como Manoel Bernardes e Rui Barbosa. Na quarta, o valor e a importância da leitura metódica como fonte de conhecimentos e da constituição da biblioteca pessoal, como uma escola permanente, posto que

seria uma “garantidora do preciosíssimo cabedal que é a instrução”. Na quinta aula, o educador faz referência à publicação de sua obra, o “*Dicionario analogico*”, em vias de sair, a qual preencheria a lacuna de referências para o estudo do vocabulário, assunto desta aula. Na sexta aula, trabalharam-se as questões de ortografia, denunciando que precisaria ser revista, posto que, do jeito que se encontrava, dificultaria o ensino da leitura, da escrita e da linguagem. Na sétima aula, teriam sido tratados os casos controversos do estudo dos pronomes. E, por fim, na oitava e última aula, relatada no presente, estariam as “Particularidades syntacticas” (Costa, 1929, p. 80 - RE, Nº 36, agosto).⁴

Neste número da Revista, foram apresentadas sete aulas, mas não necessariamente na ordem em que elas ocorreram. No texto relativo à oitava aula, o educador afirma que as ditas particularidades sintáticas estariam exaustivamente trabalhadas em sua gramática (1920) e, como forma de exercício, mais importantes do que as particularidades em si, recomendou a leitura de dez obras selecionadas, a maioria das quais constava da sua lista da biblioteca dos professores à época do grupo de Lavras⁵. Passa então a ensinar aos alunos, como se deveria fazer uma leitura para apreensão dos significados da obra, como também das possibilidades de análises das referidas particularidades. Segundo ele, primeiramente deveriam ser grifados os trechos mais importantes para o leitor. Ao final da leitura, deveria ser feita uma síntese, contendo uma apreciação pessoal e o valor da obra para o fim a que se pretenderia a leitura. A título de exemplo, relata quarenta notas que fez da leitura de uma obra “*Colóquios aldeões*” do escritor M. de Comenim, na tradução de Visconde de Castilho, a qual, segundo ele, teria sido premiada pela academia francesa.

As notas por ele relatadas geralmente se referem a passagens que se assemelham a ditados ou máximas morais, tais como “Dar o que fazer é mais e melhor que dar dinheiro. É a caridade das caridades, p. 28”, ou “Nada disso faz com que um rico seja mais afortunado que o menor dos vizinhos, p. 30”, ou ainda, “A primeira necessidade do povo, abaixo do viver, é a instrução. O pão alimenta o corpo e a leitura alimenta o espírito, p. 49.” Por aí, vemos como Firmino associa o conteúdo das disciplinas também com o ensino da moral, de novos costumes e hábitos. Isso fica ainda mais evidente no grupo de questões seguinte (Costa, 1929, p. 82 - 83 - RE, Nº 36, agosto).

Israel Scheffler (1974) apresenta uma interessante análise sobre o sentido das máximas morais proferidas para fins educativos, muito freqüentes nos

⁴ Para facilitar a leitura do texto, nas referências aos artigos de Firmino publicados na Revista do Ensino será incluída a sigla RE, seguida do número, mês e ano de publicação, conforme quadro no anexo IV, à página 305.

discursos de Firmino, mas nos dos educadores em geral. O autor chama de *slogans* as frases ditas em tons solenes, ao mesmo tempo com vocabulário popular, para fins de veemência ou de apaziguamento. Têm sentido em si mesmos, dispensando maiores aprofundamentos ou análises e não têm a função de esclarecimento daquilo que enuncia. Assim, se distanciam das definições mais detalhadas por que são enunciados que têm o objetivo de mobilização, de chamar a atenção para determinado aspecto que, segundo o locutor, precisa ser enfatizado. O objetivo primordial é o de convencimento e de adesão. Nas palavras do autor:

Em educação, os *slogans* proporcionam símbolos que unificam as idéias e atitudes chaves dos movimentos educacionais. Expressam e promovem, ao mesmo tempo, a comunidade de espírito, atraindo novos aderentes e fornecendo confiança e firmeza aos veteranos. Assemelham-se, assim, aos *slogans* religiosos e políticos e, como esses, não têm nenhuma pretensão de facilitar a comunicação ou refletir significações (...). Ninguém defenderá o seu *slogan* favorito como uma estipulação útil ou como um reflexo exato das significações dos seus termos constituintes. É ocioso, portanto, criticar um slogan por inadequação formal ou por inexatidão na transcrição do uso (Scheffler, 1974, p. 46).

Firmino usou fartamente dessa estratégia nos textos, fossem eles da Revista, dos relatórios, do jornal ou ainda dos livros. Mas nos textos da Revistas as máximas morais ou os *slogans* são mais recorrentes. Geralmente foram usados, não só para as orientações morais e cívicas, mas também para apresentar determinado procedimento didático, por meio de tópicos, como exemplo, as orientações de leitura ou de escrita, para a disciplina dos alunos ou ainda nas "Aulas de Organização".

No segundo grupo de questões organizado por nós para fins de análise do artigo de Firmino, está o tratamento ao tema do "estudo". Assim, antes mesmo de iniciar o relato da última aula acima referida, o autor detém-se na epígrafe geral da primeira parte, intitulada "O estudo", na qual ele argumenta a importância deste para a vida das pessoas. Desse modo, embora a aula tenha o título "Particularidades syntacticas", o conteúdo estaria mais correlacionado à epígrafe, posto que, ao invés de ter sido trabalhado o conteúdo, uma vez que estaria disponível em sua gramática, o autor opta por investir na importância do estudo, apresentando, de fato, "como" um estudo deveria ser feito, ou melhor, quais os passos adotaria ao estudar.

⁵ Esta lista é um resumo daquela ampliada que ele publicou no relatório de 1916, à página

Para Firmino Costa, o estudo era um alimento espiritual para a vida intelectual e, por isso mesmo, deveria ser constante e metódico. Os conhecimentos adquiridos nas leituras deveriam servir ao fim nobre da educação e não para fins egoístas quando permanecem enclausurados dentro do próprio sujeito. Contudo, cada um deveria ter um "cofre" pessoal, a fim de obter um local onde depositar todos os conhecimentos adquiridos para que não se perdessem. Compara o conhecimento a um tesouro de inestimável valor, que às vezes precisaria ser inventariado através das notas das leituras ou de alguma produção escrita, sejam correspondências, planos de trabalhos ou mesmo um texto do balanço das atividades realizadas. Então, seria interessante que cada um adquirisse um caderno e ali registrasse o percurso individual rumo ao estudo sistemático, incluindo, nos registros, os dados de cada uma das aulas (datas, conteúdos, professores, alunos). Aproveita a oportunidade para anunciar que estas seriam publicadas pela imprensa, como de fato o foram pela Revista do Ensino.

O terceiro grupo de questões trata da escola ativa e das implicações desta no ensino da língua em consonância com o objetivo do curso, isto é, como se estuda a língua em uma escola que seja, de fato, ativa. A partir de um trecho de uma obra de Manoel Bernardes, Firmino Costa faz uma análise comparativa da escola antiga e da moderna, segundo a qual, na antiga, o mestre imperava como um rei e os alunos eram os súditos. Ilustra a situação com uma passagem de uma obra de François Guex sobre a brutalidade dos castigos corporais infligidos aos alunos pelos mestres-escola franceses. Lembra que a realidade ainda não teria sido completamente superada e as crianças ainda sofreriam, não obstante as melhorias significativas na educação moderna, traduzidas pelo próprio interesse e satisfação das crianças ao irem para a escola. Tais mudanças seriam fruto, em Minas Gerais, do reconhecimento, por parte do governo, da necessidade e especificidades da educação da infância como um dos mais relevantes serviços prestados ao povo. O educador relaciona tal atenção, consubstanciada na nova reforma⁶ educativa, à compreensão do significado, finalmente, da passagem bíblica, na qual Jesus chama para si as crianças.

Citando Francisco Campos, o então Secretário do Interior do Governo Antonio Carlos, para quem a escola ativa seria movimentada pelas próprias crianças, pois cada "qual [seria] um feixe de actividade à procura de expressão", Firmino argumenta que a obra da referida escola teria sido descoberta por "Colombos" insatisfeitos com a situação da infância nas escolas ou fora delas.

117 do capítulo II, deste estudo.

⁶ Para saber detalhes sobre as Reformas do Ensino Primário e Normal em 1925, 1926 e 1927, consultar Mourão, 1962, 355-397.

Assim, a escola ativa sempre teria existido, isto é, desde que houvesse a presença de crianças, haveria uma escola ativa.

Para o educador, no texto da Reforma, a aula, na perspectiva da escola ativa, teria uma definição exata. Seria um diálogo permanente entre personalidades colaborativas, envolvidas em um trabalho comum, ou seja, seria uma "cooperação de inteligências" em torno de temas do interesse dos participantes. O interesse, por sua vez, de acordo com o professor José Escobar em sua obra "*Catecismo da Escola Ativa*", seria compreendido como uma lei da psicologia, uma espécie de solidariedade geral do organismo em direção à aprendizagem, seria, por assim dizer, a chave da educação, capaz de abrir as portas da inteligência do sujeito para que ele pudesse aprender (Costa, 1929, p. 83 - RE, Nº 36, agosto).

Ainda pensando sobre a escola ativa, retoma uma questão feita pelo professor em sua referida obra, segundo a qual a implantação da escola ativa nas escolas públicas no Brasil ainda seria uma possibilidade remota, posto que era cara e incompreensível à cultura popular. Além de demandar preparação do corpo docente poderia ser imediatamente tentada apenas nas escolas particulares. Firmino discorda da afirmativa, argumentando que, no Brasil, a nossa escola ativa, ainda que tome por referência os principais pedagogos que a elaboraram, dentre eles, Adolf Ferrière (francês), John Dewey (americano), Olvide Decroly (belga), Ligthart (holandês) e W. A. Lay (alemão), teria seu próprio modo de ser adaptado à realidade daqui, sem, contudo, descurar dos aspectos essenciais, como a liberdade, o diálogo, o entusiasmo e a satisfação de ensinar e de aprender, característicos da escola ativa. Sugere ainda para que a proposição seja melhor compreendida pelos educadores locais, mais diretamente os alunos de sua aula, ou seja, os assistentes técnicos do ensino, a leitura da obra de Ferrière, intitulada "*L'École Active*".

No intuito de explicar claramente o que considerava como a escola ativa possível e que, em diversos aspectos, já seria realidade em Minas, Firmino Costa assevera que a referida escola seria aquela na qual o professor deveria ter profundo conhecimento sobre cada aluno, nos mais distintos aspectos. Inclusive se ele era feliz ou não, se algo lhe faltava ou não. Relata, como exemplo que, quando era diretor do grupo de Lavras, havia um aluno do qual os professores se queixavam porque ele estava sempre dormindo, desanimado e desinteressado durante as aulas. Para descobrir os motivos de tal atitude inadequada, o educador mostra como foi, aos poucos, ganhando a confiança do aluno até que ele lhe confessou ter de acordar de madrugada para ajudar o pai nos trabalhos do dia. Conclui afirmando que não se pode ensinar a alunos que não se conhece a sua vida, as suas características, os desejos e, sobretudo, os interesses, não só do aluno, mas de da

classe como um todo, isto é, o professor deve identificar o potencial de colaboração e desenvolvimento do grupo de alunos.

Para isso, seria imprescindível que os alunos tivessem liberdade para se expressar, mas com disciplina. É também o professor quem deveria ser um "bom jardineiro" para manter belo o seu "jardim", comparando-o a uma sala de aula bem ordenada, para que as boas "plantas" cresçam em harmonia e com vitalidade, enquanto o "mato" deve ser arrancado, para não predominar, pois assim como o mato que cresce impunemente, a indisciplina seria responsabilidade do professor.

A comparação entre os alunos e os respectivos progressos e plantas bem cuidadas em um jardim é bastante presente dos textos de Firmino. Tal comparação teria como referência principal os estudos psicológicos, que desenvolveram-se muito apoiados na biologia e, por consequência, nas ciências positivistas, em franco desenvolvimento à época. O teor das comparações expressaria o diálogo que ele estabeleceu com os principais pensadores das ciências psicológicas e pedagógicas, em circulação no período.

As comparações ou metáforas educacionais, tal como Scheffler (1974) as denomina, cumpririam a função de estabelecer paralelos e analogias entre explicações mais complexas e algo que poderia representá-las como forma de simplificá-las, sem esvaziar completamente seu conteúdo científico. Contudo, um limite ao uso das metáforas nos discursos educacionais é que elas só podem apresentar um aspecto científico de cada vez, sob pena de enfraquecer seus argumentos. Assemelhariam-se aos *slogans* em relação ao caráter assistemático e em relação ao objetivo de unificar e de convencer. No caso da comparação do desenvolvimento da criança com o crescimento de plantas, recorrente no campo educacional, o autor explica que:

(...) a metáfora familiar do crescimento é uma que se presta de si mesmo à expressão da revolta contra o autoritarismo educacional. De que maneira isso acontece? Há uma analogia evidente entre a criança que cresce e a planta que cresce, entre o jardineiro e o professor. Em ambos os casos, o organismo em desenvolvimento passa por certas fases que são relativamente independentes do esforço do jardineiro ou do professor. Nos dois casos, todavia, o desenvolvimento pode ser auxiliado ou prejudicado por esses esforços. Para um e outro, o trabalho de cuidar desse desenvolvimento pareceria depender do conhecimento das leis que regulam a sucessão das fases do desenvolvimento. Em nenhum dos dois casos o jardineiro ou o professor é indispensável para o desenvolvimento do organismo e, depois de terminada a sua tarefa, o organismo continuará a amadurecer. Os dois estão interessados

em ajudar o organismo a florescer e em cuidar do seu bem-estar proporcionando condições ótimas para que operem as leis da natureza. Assim, a metáfora do crescimento incorpora em si mesma uma concepção modesta do papel do professor, o qual consistiria em estudar e, em conseqüência, em auxiliar indiretamente o desenvolvimento da criança, e não moldá-la em alguma forma preconcebida (...) (p. 61).

O grande problema do processo do crescimento biologicamente programado representado por meio da metáfora do crescimento das plantas, presente no debate educacional, seriam as interferências indesejadas causadas pela indisciplina decorrente da liberdade de "se deixar crescer". Segundo Firmino, a liberdade não causaria indisciplina, o que a causaria seria a rotina e a passividade do professor frente à atividade da criança. O professorado mineiro, em grande parte, já teria compreendido a necessidade de mudança, o que estaria refletindo nas salas de aula. Sendo a escola plena de atividades, as salas de aulas precisariam também modificar seu aspecto, transformando-o segundo o de uma oficina, de um laboratório, gabinete, biblioteca, museu, etc., para favorecer o trabalho pedagógico, para que houvesse maiores "oportunidades de exercitar a iniciativa, a cooperação, o bom gosto e a sociabilidade" (Costa, 1929, p. 85 - RE, Nº 36, agosto).

Para o diretor técnico, para lidar com o novo modo de ser da prática educativa, seria preciso que o professor adquira duas qualidades essenciais a uma ação pedagógica ativa: a energia e o método. A primeira estaria relacionada ao empenho, à dedicação, ao entusiasmo para com a missão de fazer com que o aluno colaborasse, se interessasse pela própria educação, condição primeira de desenvolvimento. A matéria prima da energia deveria ser feita de amor e de inteligência, para que o professor pudesse se aproximar dos alunos, no sentido de identificar e compreender as necessidades próprias da infância e pudesse transformá-las em ricas experiências de aprendizagem.

O instrumento capaz de fazer a transformação no aluno, ou melhor, *com* o aluno, por sua vez, seria o método. E o método seria o intuitivo, pois parte precisamente da intuição, entendida como o conjunto de sentimentos, pensamentos e conhecimentos mais primordiais das crianças em direção à ampliação, ao aprofundamento, gradualmente organizados através dos conteúdos escolares e sistematicamente conectados ao mundo e às experiências sociais dos alunos.

Tanto para a energia como para o método, seria preciso que os professores estudassem e compreendessem todo o "capítulo psico-pedagógico dos interesses

das crianças, para o fim de aproveitá-los no ensino, attendo aos mesmos e desenvolvendo-os a bem da instrução". Todo esse conhecimento daria condições de flexibilizar o programa de acordo com os interesses e necessidades dos alunos. O preparo da lição, ainda que muito importante, equivaleria a um suporte inicial para que a criatividade prevalecesse durante a aula, superando-se aquelas práticas baseadas na memorização e na repetição das lições (Costa, 1929, p. 85 - Re, Nº 36, agosto)

Contudo, além de todas as transformações necessárias aos professores e à educação, a escola ativa também requisitaria a colaboração das famílias para que, organizada segundo a lógica de uma "sociedade em miniatura", pudesse funcionar eficientemente como tal. Da mesma forma, o papel dos inspetores deveria concorrer para o êxito dessa educação, que seria lugar de vida real, posto que seria feita essencialmente pelas atividades das crianças. Estas sim deveriam ser as "peças" mais importantes de toda a educação e a elas todos os trabalhos e profissionais deveriam mirar a atenção.

Pelo texto, podemos inferir que ficam mais claras as concepções de educação defendidas por Firmino. Para ele a escola deveria ser ativa, posto que as crianças, plenas de atividades, seriam o seu sentido último, seu *télos*. O método de ensino e de aprendizagem coerente com a concepção seria o método intuitivo, porque partiria do essencial às crianças, a saber, sentimentos, pensamentos e conhecimentos, para então, possibilitar, novas experiências, enriquecendo, assim, gradativamente, seu universo infantil, mirando a construção de um adulto comprometido com a construção e transformação da nação brasileira. Todavia, ressaltamos que, embora o autor explicitasse largamente as concepções educacionais sobre a escola ativa, as questões de português, focos iniciais desse artigo, são abordadas, ainda que em segundo plano.

O educador apresenta um segundo e extenso texto, com quinze páginas, intitulado "*Calendario Escolar*", com foco no ensino da Moral e Cívica e a formação dos professores. Abaixo do título segue a palavra "*conferência*" entre parênteses indicando que este artigo também teria sido feito a partir da transcrição de uma conferência. Todavia, não pudemos identificar em qual evento tal palestra foi proferida. Parece-nos que foi realizada em algum encontro de alunos da Escola Normal, pois ele dirigia-se, mais diretamente, aos professores (Costa, 1928, p.46 - RE, Nº 36, agosto).

O artigo ressalta a importância dada pelo educador ao que chama de calendário escolar. Trata-se de atribuir a cada mês do ano os principais fatos históricos e datas de feitos heróicos por homens célebres apresentando-os aos alunos de forma interessante e vibrante, realçando a contribuição para todas as

nações. Por exemplo, em 12 de janeiro, propõe estudar a vida e a obra de Pestalozzi; em 26 de fevereiro, data do nascimento de Victor Hugo, poeta francês, propõe estudar a sua obra; em março, em um dia consagrado ao sol e aos astros, estudar as descobertas do genial astrônomo inglês, Isaac Newton, e assim por diante.

Firmino relata que a idéia surgiu a partir da leitura da coleção suíça "*Lês Grands Educateurs*", a qual trazia as biografias de Rousseau, Spencer, Pestalozzi, Horace Mann, dentre outros. A biografia que mais lhe chamou a atenção foi a de Félix Pècault, escrita por Compayré. Além dos dados biográficos mais relevantes da vida do educador francês, chamou a atenção de Firmino o relato da experiência educacional para a formação de professores, baseada na liberdade, no respeito, no mais alto exemplo de moralidade. Em clima propício ao desenvolvimento intelectual, todas as manhãs, por cerca de vinte minutos⁷, o educador francês reunia as alunas, para uma conferência, na qual, a cada dia, tratava de um assunto atual sobre os mais diversos aspectos da vida social. De acordo com Firmino,

Nada igualava á variedade, á actualidade dessas lições despretensiosas, nas quaes Pècault commentava com penetração os factos ou as idéas que lhe serviam de texto, tendendo sempre a uma conclusão moral, a elevadas reflexões expressas da maneira mais simples. Pécault era de seu tempo, e queria que, como elle, as alumnas vivessem com o seu tempo. Suas conferencias eram como um jornal sonoro, cujas folhas elle desdobrava em cada dia (Costa, 1929, p. 45-58 - RE, Nº 36, agosto).

Inspirado na experiência de Pècault, Firmino elaborou o referido calendário, ainda que, segundo ele, suscetível de ser melhorado caso os institutos o adotassem, para cumprir a função de despertar nos alunos o sentimento da solidariedade social, através dos exemplos dos feitos históricos de grandes homens. Além da solidariedade social, o calendário seria uma importante contribuição para o ensino da História da civilização. De fato, no "*Calendario Escolar*" são apresentados muitos dados da histórica antiga e contemporânea, sempre em seus aspectos positivos, acompanhados de superlativos e narrativa de feitos surpreendentes por homens extraordinários.

No artigo sobre a conferência realizada na Escola de Aperfeiçoamento, Firmino Costa inicia com elogio à iniciativa da criação da associação do professorado, para a qual teria sido convidado a ocupar o lugar de presidente de

honra. Na ocasião, optou por dizer ao público de professoras que o conhecimento dos grandes educadores os aproximariam a eles. Seria interessante que cada uma delas escolhessem aquele que seria uma espécie de patrono, de referência, de guia de sua atividade educativa. O conhecimento daqueles que se debruçaram sobre a educação seria imprescindível, por isso, aconselha-as que não se iludissem com a "voz de sereia" das chamadas "modernices". Que elas não se descuidassem da atividade intelectual de estudo dos autores clássicos, porque "a vida intelectual sabe permutar a pintura em naturalidade, transformando a vaidade em distinção, que é essa a característica da professora" (Costa, 1929, p. 87 – RE, Nº 39, novembro).

Para ele, teria sido esplêndida a leitura de François Guex, um dos maiores representantes da obra de Pestalozzi, através da obra "*Historie de l'instruction et de l'educacion*", na qual poderia ser encontrada a biografia dos grandes educadores. Da mesma forma, na obra de Gabriel Compayrè, "*Lês grands educateurs*", as professoras encontrariam o "húmus fertilizante da pedagogia", posto que também seria um dos maiores divulgadores da pedagogia. Recomendou as leituras para as férias das professoras (Costa, 1929, p. 35 – RE, Nº 39, novembro).

Depois do preâmbulo, o diretor técnico apresenta, por meio de tópicos, dez dos maiores educadores de todos os tempos, os quais ocupariam, de acordo com seu juízo, o ápice da pedagogia, dispensando-se, contudo, a inclusão em sua lista, daquele que teria sido o maior de todos os tempos: Jesus Cristo. Chamou-nos a atenção um comentário incidental de Firmino Costa, segundo o qual "quanto menos se escreve, menos se erra. O silêncio é de ouro". Muito estranho em se tratando do educador, que escreveu tanto na Revista e tanto se expôs.

Os dez educadores são apresentados em ordem cronológica de nascimento: Comenius, Rousseau, Pestalozzi, Herbart, Fröebel, Horace Mann, Sarmiento, Spencer, Felix Pecault e Alfredo Binet. O primeiro deles, Comenius (Hungria, 1572-1671) seria o pai do método intuitivo. Para ele, deveria-se ensinar a partir do livro da própria natureza, cultivando racionalmente a memória através da compreensão. Assim, aprender seria compreender e não memorizar. O segundo, Rousseau (França, 1712-1778), seria o pai da pedagogia moderna e, pra ele, a educação deveria ensinar o homem a viver através de ações. O terceiro, Pestalozzi, (Suíça, 1746-1827), seria a maior referência nas páginas das sete maiores obras pedagógicas, segundo um levantamento feito por Edouard Claparède. Defendeu a educação do povo e a regeneração por meio da instrução. O principal da educação

⁷ Pode ser que a experiência tenha inspirado Firmino Costa a instituir no grupo de Lavras os quinze minutos de leitura e estudo diários com os seus professores, conforme relatório de

deveria ser despertar e manter o interesse nos alunos, pelo estudo. O quarto deles seria Herbart (Alemanha, 1776-1841), a quem seria atribuída a primeira organização sistemática da pedagogia. Segundo ele, a prática do ensino seria uma arte complexa e delicada. Uma obra espiritual. Fröebel (Alemanha, 1782-1852), teria criado os jardins de infância e dedicou-se a compreender as crianças para pensar um sistema educativo coerente com a infância. Demonstrou a importância dos brinquedos e brincadeiras como atividades comparáveis ao trabalho da criança. Para Horace Mann (Estados Unidos, 1796-1859), a escola estaria entre as maiores descobertas que a humanidade fez. Defensor incondicional da educação e contra a ignorância. Fundou a primeira escola normal do novo continente, em 1859. Sarmiento (Argentina, morreu em 1888) foi presidente do país cuja máxima do autor era "organizar civilizando e elevar educando" e teria fundado a primeira escola normal da América do Sul. Félix Pecàult (França, 1818-1898), criador da Escola Normal Superior de Fontany, coordenava as demais escolas normais francesas. O traço primordial de seu pensamento seria a liberdade, a independência e a felicidade das alunas, que deveriam governar a si mesmas através de um esforço pessoal. Combatia, assim, os perigos da fadiga intelectual. De Spencer (Inglaterra, 1820-1903) deve ser lida a sua obra intitulada "*Da educação intelectual, moral e física*" por todos os professores. Seria a favor da educação científica, a qual deveria ser preponderante no ensino. Sua obra era orientada para a idéia do evolucionismo e de uma psicologia racional. Por fim, Alfred Binet (Suíça, morte em 1911) morreu aos 54 anos por apoplexia cerebral, foi criador do método de testes. Cita, ainda, três obras dele e por ele consideradas as principais. Dentre elas, todos os professores deveriam ler, sobretudo, "*Lês idées modernes sur enfants*". Expõe as pesquisas, estudos e experiências sobre a infância e a sua educação (Costa, 1929, p. 34-42 -RE, Nº 39, novembro).

Termina o discurso conclamando todas as professoras presentes na conferência, na condição de terem sido as escolhidas para semear a nova reforma educativa no estado, para conhecer a obra dos grandes educadores, considerados pelo diretor técnico, heróis construtores da civilização. Deveriam extrair dessas leituras a inspiração para a dedicação ao trabalho que, por certo, manteria a dignidade de exercer tão honrosa e importante missão: a de professora (Costa, 1929, p. 43 - RE, Nº 39, novembro).

Foi ofertado pelo Estado, em abril de 1929, um curso de aperfeiçoamento para o cerca de 200 professores do ensino primário mineiro realizado no Grupo Escolar Affonso Penna e, depois, na Câmara dos Deputados, por determinação do Secretário do Interior, Francisco Campos. As aulas ministradas por professores,

como pela Professora Benedicta Valladares e Mário Casassanta, foram publicadas na Revista. Um ano depois, as oito aulas de Firmino Costa, sob o título de "*Methodologia da Historia e de Instrucção Moral e Civica*" também.

Trata-se de um grande conjunto de textos nos quais são abordados os mais diversos aspectos da educação, como expressão das concepções do educador, sem, contudo, haver entre eles, uma articulação. Por isso, para uma compreensão mais articulada do artigo, faz-se necessário considerar o que mobilizaria o pensamento educacional do educador, isto é, os temas recorrentes em seus discursos e que nortearam a sua prática educativa e que poderiam ser condensados através da sua preocupação com a formação Moral e Cívica dos alunos e dos professores, através do cultivo do estudo, do trabalho, mas, sobretudo, através do exemplo dos mestres. Todo o conteúdo abordado acaba por ser encaminhado para essa linha de fuga e é ela que acaba por conferir ao texto a necessária coerência.

Tanto os temas propostos pela programação como aqueles que foram incluídos ao longo das aulas, já foram abordados no artigo anterior. A repetição dos temas em um mesmo número poderia representar a percepção de que havia alguma defasagem no preparo do professor em relação ao conteúdo. Tomando por base os vinte e quatro artigos de Firmino publicados na revista como indício desse fato, a maioria deles trata de temas referentes ao estudo da língua, da organização da escola ativa e do método intuitivo, ainda que numa perspectiva sempre na formação Moral e Cívica. Mesmo sendo retomada do mesmo assunto, a diferença neste artigo está na forma aprofundada e na riqueza de exemplificação com que os temas foram tratados. Enquanto o anterior tinha um caráter de ensaio, este é o relato de uma aula para professores, ainda que a presença destes não possa ser entrevista em seu discurso. O texto oscila entre um relato na primeira pessoa, feito pelo próprio Firmino e o de um outro locutor, ainda que com aparições muito breves, que reporta alguns fatos de menos importância ou apresenta cada uma das aulas do diretor.

Pela primeira aula de Firmino, se pode identificar um certo desacordo entre o proposto e o executado. Já no início do texto é apresentado o sumário do curso, com as tópicas que seriam tratadas nas aulas. No sumário, as aulas parecem estar bastante organizadas na medida em que contemplariam os conteúdos da História e da Instrução Moral e Cívica, o programa como estrutura da hierarquia dos subtópicos e os métodos de ensino através dos quais os conteúdos deveriam ser transmitidos. Todavia, as aulas parecem ter acontecido de forma muito distinta dessa programação, considerando o relato ou as suas transcrições.

Enquanto no primeiro tópico da programação reza que seriam tratados a "utilidade do ensino da História conhecimento do nosso passado, estímulo de

patriotismo, lições de civismo e de moral, educação intelectual”, na primeira aula, ele propõe, parece-nos que a título de motivar os alunos, uma metáfora entre o comerciante e o professor: enquanto um forneceria mercadorias, o outro forneceria idéias; enquanto um deveria dividir a atenção com os fregueses, o professor deveria dividi-la com os alunos; enquanto o comerciante investiria na melhoria de o estoque de mercadorias, o professor deveria melhorar o estoque de conhecimentos culturais e assim por diante. No tópico seguinte da mesma aula, ele apresenta uma discussão sobre a conceituação entre a instrução e a educação, apoiado em Herbart, Ferrière, Richard e Dewey, para sintetizar sua própria concepção, segundo a qual, o mais importante não seria uma distinção entre um termo e outro e sim que ambas poderiam ser traduzidas pelas seguintes palavras: saber, sentir e realizar (Costa, 1930, p. 64 – RE, Nº 44, abril).

Continuando a aula, ele apresenta em dezessete tópicos as concepções sobre o ensino de leitura através de intertextualidade com alguns autores, dentre eles Francisco Campos, Victor Hugo e Decroly. O que nortearia as concepções sobre o referido ensino seria a idéia do cultivo, do hábito, do interesse do aluno por meio da composição da biblioteca, dos clubes e do uso da imprensa. Para que tudo fosse efetivo no sentido de erradicar o analfabetismo e produzir bons leitores, a professora haveria de conhecer os alunos, diagnosticar os níveis de leitura e escrita, formular estatísticas com os dados colhidos, atribuir causas aos dados, analisar melhores livros e cartilhas para sanar as dificuldades detectadas, controlar e estimular a freqüência à biblioteca e instituir prêmios em livros para aqueles que conseguissem superar as dificuldades e avançar no processo de leitura. Termina a aula por associar o ensino da leitura ao plantio e cultivo de árvores, porque a árvore forneceria elementos para vida, enquanto a leitura o faria para o espírito. Aqui parece que ele faz em seu discurso a associação entre a função das máximas ou dos slogans e a das metáforas do desenvolvimento, nos sentidos apresentados por Scheffler (1974).

Na segunda aula, os tópicos trabalhados têm relação direta com a metodologia anunciada no índice, ainda que estejam em termos muito mais amplos do que aqueles que foram relatados no artigo. Aqui é proposta uma perspectiva instrumental para os professores, por meio de procedimentos que possibilitariam operar com os conteúdos da disciplina a ser ensinada, tais como o resumo, a sinopse e o calendário escolar. O autor apresenta um longo conteúdo, como por exemplo, a História do Egito, seguido de um exemplo de resumo, que transformou o texto em tópicos. Depois, um longo texto sobre a História do Brasil apresentado em termos de sinopse, correlacionado os tópicos a autores que trataram de cada um dos assuntos, tais como Rocha Pombo, João Ribeiro e Sylvio Romero. Por

último, como forma de exaltação dos feitos históricos e os respectivos personagens, propõe, como estratégia de organização do conteúdo da História a ser ensinado, a realização do já conhecido calendário escolar.

A terceira aula está organizada segundo o item cinco do programa do curso, "methodo a seguir no ensino de uma e outra matéria (História e Instrução Moral e Cívica): partir do conhecimento para o desconhecimento – concretizar o ensino – Referir as noções aos principios fundamentaes – Applicações, na vida real escolar, de alguns dos princípios estudados" (Costa, 1930, p. 66 – RE, Nº 44, abril). Nesse ponto, o método é direcionado aos alunos, isto é, como deveria se dar na prática do ensino, ao mesmo tempo, apresentando um conjunto de sub-tópicos a serem trabalhados dentro de cada uma das orientações metodológicas. Em primeiro lugar, o estudo deveria partir da vida do aluno, relacionado-a à História local e organizado em dez tópicos, dentre eles, o estudo da vida e da família dos alunos, da escola, do conhecimento do entorno. Em seguida, orienta a realização de notas históricas tomadas pelos alunos, a partir da observação da vida local, da Geografia, da administração, dos funcionários e trabalhadores, da população, dos costumes, dentre outros. Por fim, relembra os meios intuitivos do ensino para o trabalho com esses conteúdos, entre os quais estariam as excursões escolares, os tabuleiros de areia, os objetos do Museu, a galeria dos retratos na sala do município, os mapas, as festas municipais, as visitas, o quadro de diplomados da escola, os documentos locais, as fotografias e tudo o mais do que se poderia dispor.

Na aula seguinte, o educador, tendo lançado as bases para um ensino intuitivo da História, propõe um deslocamento do estudo do nível local para o nível nacional. Na aula, ao mesmo tempo em que reforça os meios metodológicos, tais como o ensino a partir de dados, representações e instrumentos concretos, combatendo todo e qualquer artificialismo e abstração, a articulação entre teoria e prática e o ensino da História com o da Geografia, Firmino apresenta um grande conjunto de conteúdos a serem estudados, que vão desde a descoberta do Brasil, até os dias da República. Indica como referência a obra "*Didactica*" do professor João Toledo através da qual os professores teriam bons elementos para o planejamento das aulas. Transcreve sete tópicos da obra, que funcionariam como um bom roteiro de estudo em tudo coerente com o programa oficial. Reitera ainda que o problema da biblioteca, como um dos maiores contra o qual o ensino primário tem que lutar, ainda persistiria e, para combatê-lo, seria preciso que o professor mantivesse o ensino de História tão bem organizado, quanto as outras matérias. Argumenta que:

O importante está no trabalho pessoal do professor, donde derivará o melhor processo de ensino dentro dos princípios pedagógicos que ele conhece. A aula equivalerá a uma construção, em cujas pessoas penetrou o seu pensamento, e não um objecto feito por outrem, tomado de empréstimo, qual o ponto que elle recebeu preparado e que não lhe custou nenhum esforço intellectual (Costa, 1930, p. 74 - RE, Nº 44, abril).

Na quinta aula, Firmino dedica-se mais detidamente ao ensino da Instrução Moral e Cívica, para o qual recorre aos autores prediletos, dentre eles, François Guex, De Amicis, Charles Wagner e até mesmo o evangelho de Jesus Cristo. Começa por defender que o referido ensino iniciaria pela conduta irrepreensível da professora. Aqui, há uma defesa veemente do desenvolvimento intelectual da mulher, como forma de romper com qualquer tipo de tutela e de submissão. No entanto, tal "liberdade" implicaria em uma não filiação a qualquer tipo de partido, de seita e de religião, para que não incorressem em nenhum tipo de preconceito e de injustiça com os alunos. Mas, as professoras não poderiam prescindir da elegância, da gentileza, da beleza, da naturalidade de suas ações, inerentes à figura da mulher e da mãe, como vias de proximidade ao universo infantil. A professora deveria adotar uma concepção de vida compatível com a nobreza e a dignidade da profissão.

Para o ensino da Instrução Moral, ao indicar as leituras, companheiras de muitos anos, Firmino assevera que "poucos livros bons e bem compreendidos valem mais do que muitas obras folheadas às pressas". Dentre as obras indicadas, tais como "*Pour les petits e les grands*", de Charles Wagner, "*L'école et l'enfant*" de John Dewey, atribui uma ênfase especial à leitura da obra "*Coração*" de De Amicis. Para o autor, a obra traria uma contribuição inestimável à formação espiritual das crianças no ensino primário. Segundo ele, "no exemplar que tenho, de 1927, 37ª edição brasileira, vejo ser até então de 1854 o número do "*Coração*" em italiano. É o livro escolar por excellencia, a obra prima da literatura didactica, a própria alma da infância, o gênio italiano consubstanciando a humanidade" (Costa, 1930, p. 78 - RE, Nº 44, abril).

Tendo apresentado os fundamentos da concepção do ensino da Moral e Cívica com a bibliografia concernente, o autor dedica a sexta aula para abordar a metodologia do ensino da disciplina, ou seja, de que forma os professores poderiam aproveitar as oportunidades cotidianas para trabalhar de forma intuitiva. Deveriam organizar cartazes com máximas e provérbios do interesse da classe, que levassem os alunos a refletir sobre os acontecimentos da vida, posto que condensariam uma gama muito grande de ensinamentos. Assim, deveria ser a escola ativa - rente aos

fatos cotidianos de todos aqueles envolvidos no cotidiano escolar em direção a uma reflexão sistemática e planejada. É precisamente por este motivo que o programa deveria ser flexível, deveria permitir uma articulação entre os conhecimentos dos conteúdos indispensáveis e os assuntos de interesse e relativos à vida dos alunos, como forma de estimular as próprias ações e, sobretudo, a capacidade de pensar sobre todas as coisas. Para reforçar suas posições, Firmino recorre a Kant para quem o princípio fundamental do ensino seria ensinar os alunos a pensar e não dar a eles pensamentos prontos.

Explorando o programa, o educador realça alguns pontos indispensáveis a serem trabalhados em cada um dos anos: “a aula de pontualidade; usar o lenço e ter copo para beber água” - para o primeiro ano; “a felicidade da vida está no trabalho livremente aceito como um dever; remenda o pano, durar-te-á outro ano” e “a instrução é a riqueza dos pobres”. Os dois últimos itens não foram definidos para quais anos seriam. O educador os apresenta a partir do relato de um diálogo entre professora e alunos, por meio do qual ela vai conduzindo-os a compreenderem a importância de cada orientação acima através de fatos corriqueiros da vida dos alunos.

Na aula seguinte, são apresentados mais temas como conteúdos do programa da instrução moral. Todavia, ainda que sejam temas pertencentes ao programa do ensino primário, dada a profundidade com que são abordados aqui, nos parece que, no caso, Firmino teria em vista a educação dos próprios professores, para que eles tivessem condições de constituir um arcabouço de conhecimentos próprios, possíveis de serem mobilizados em situação de ensino e aprendizagem. Pela estratégia do autor, reforçamos a idéia de que este aspecto da formação dos professores poderia estar defasado em relação aos demais conteúdos do programa. Assim, são abordados pelo educador alguns temas como a organização escolar, a organização política, a constituição federal, pátria e patriotismo, símbolos nacionais, soberania nacional, poder legislativo, judiciário e executivo, e direitos dos cidadãos brasileiros. Termina a aula por reforçar que, para ele, o ensino moral e cívico ocuparia o primeiro lugar na escola e uma nação só teria a grandeza assegurada se a educação e justiça estivessem lado a lado, como irmãs, indispensáveis ao progresso. Por isso, para o momento de desenvolvimento em que a educação se encontraria no Estado de Minas, seria muito importante a colaboração efetiva de todo o professorado.

Em sua oitava e última aula do curso de aperfeiçoamento, o tema abordado é a socialização na perspectiva da escola ativa. Recorrendo a Ferrière, Firmino argumenta que a escola se interporia entre a família e a rua na educação das crianças, posto que esses ambientes nem sempre seriam favoráveis para a

empreitada, porque existiriam aquelas famílias que, se não concorressem negativamente para a educação dos filhos, nada poderiam acrescentar. De forma mais perigosa estaria a rua: um espaço de lições rudes e muitas vezes irremediavelmente prejudiciais. A solução para o impasse estaria em organizar o espaço escolar como se fosse uma sociedade em miniatura, capaz de socializar as crianças, preparando-as para a vida por meio de experiências sociais planejadas, gratificantes e interessantes, suplantando os apelos da vida fácil das ruas e da vida dura em família. No ambiente escolar, a aposta atual estaria nos *clubs* de leitura e nas associações, que cumpriram papel fundamental, na medida em que despertariam o sentimento de solidariedade, de responsabilidade e de compromisso, além do desenvolvimento da iniciativa, do controle de si mesmo e da visão de empreender novas contribuições sociais visando ao bem comum.

A Instrução Moral e Cívica só alcançaria os nobres objetivos se fosse realizada na perspectiva da socialização, concebida como a proposição de experiências previamente planejadas, que favorecessem a compreensão da organização social pelas crianças. Todavia, não bastaria ter na escola uma sociedade em miniatura. Também a escola precisaria ir ao encontro, se expandir em direção às diversas atividades reais da vida na cidade e também no campo. Assim, além da preparação dos espaços escolares para o objetivo, as excursões seriam importantes e os alunos deveriam ter oportunidade de observar o funcionamento de um batalhão, de uma fábrica, de uma igreja, de uma eleição, entre outros espaços sociais. Não obstante as grandes melhorias nos prédios escolares em alguns pontos do estado, o Firmino observa que todas as atividades são necessárias em função da precariedade ainda existente, pois ainda não estariam completamente preparados para funcionar como uma sociedade ou próximo disso. De acordo com as suas palavras:

É preciso que este [o prédio escolar] se adapte melhor aos fins da socialização; importa torná-lo em parte tão acessível como é a casa comercial, a confeitaria ou o café. Porque a biblioteca não há de ter, em sua instalação, a acessibilidade de uma livraria? Porque não se faz a exposição escolar em vitrinas que dêem para a rua, onde todos possam apreciar-a sem nenhum acanhamento? Porque não há, pelo menos uma sala independente e as rez da rua, franqueada às associações escolares nos domingos e feriados, quando a escola não funciona? Convenhamos que o prédio escolar ainda não se acha bastante socializado... (Costa, 1930, p. 78 RE - Nº 44, abril).

Em seguida, tendo estabelecido a socialização dos alunos como um dos principais fundamentos do ensino da Instrução Moral e Cívica, o professor passou a explorar alguns conteúdos da disciplina em intercessão com os trabalhados com as professoras, dentre eles os símbolos nacionais, as atribuições dos magistrados e alguns tópicos da História do Brasil, com ênfase nas três leis referentes à Abolição da Escravatura: a do Ventre Livre de 1871, a libertação dos escravos no Ceará em 1884 e a Lei Áurea de 1888. Entretanto, aqui ele apresenta os tópicos em forma de diálogo, como se houvesse dado a aula a alunos do curso primário. Diferentemente da vez anterior, quando parecia estar preocupado em preencher uma lacuna conceitual dos professores, com conhecimentos relativos à História e à Instrução Moral e Cívica.

As palavras para o encerramento do curso ficaram a cargo do Professor Mário Casasanta, que valorizou muito o esforço do governo de Minas, nas pessoas do Presidente, Antonio Carlos Andrada e do Secretário do Interior, Francisco Campos. Mas, valorizou da mesma forma, o empenho do professorado, interessado na melhoria do ensino do Estado. Por isso, as palavras finais assumiram um tom de oração na medida em que engrandeciam o esforço e as possíveis conquistas daqueles que ocorreram a tal acontecimento. O curso, que inicialmente havia sido planejado para alguns poucos alunos capazes de encher uma única sala de aula do Grupo Escolar Affonso Penna, teve que ser deslocado para a Câmara dos Deputados, porque alcançou o número de duzentos participantes, que teriam se desdobrado entre as atividades cotidianas e as cinco horas de estudo diárias, durante todo o mês de abril.

Ainda dentro das atividades de encerramento, Firmino Costa proferiu uma extensa palestra sobre Pestalozzi, fortemente aplaudida pelos presentes, integralmente publicada no número seguinte da revista e sobre a qual nos determos a seguir.

O artigo, escrito a partir da palestra de encerramento do curso de aperfeiçoamento ao professorado mineiro realizado no mês anterior e inteiramente dedicado à vida e obra de Pestalozzi, apresenta concepções atribuídas ao educador suíço, pelos biógrafos citados por Firmino, em muitos aspectos similares às do educador lavrense. De fato, pela biografia, nos é possível entrever alguns dos principais fundamentos do pensamento do diretor dada a similaridade entre a sua narrativa e as suas próprias concepções proclamadas até aquele momento. Evidentemente que não estamos desconsiderando a forma particular das leituras que ele fez acerca das biografias sobre Pestalozzi e a forma com que estas intervieram em suas próprias concepções. Contudo, o que estamos apontando é

justamente a convergência entre os realces dos biógrafos sobre a vida de Pestalozzi e as concepções próprias de Firmino Costa.

Um dos aspectos em que a convergência é mais clara se refere à vida simples, austera e plena de princípios morais e cívicos e, sobretudo, à defesa da democracia, escolhida por Pestalozzi, não obstante as grandes dificuldades de toda ordem pelas quais teria passado. Recorre, para demonstrar este aspecto da vida dele, à Compayrè, para quem teria sido "(...) nas lutas ardentes da juventude (...), que Pestalozzi hauriu, manifestando-a desde logo, a fé democrática que o animou durante toda a vida, e que fez d'elle o infatigável defensor dos pobres e dos oprimidos contra os abusos dos potentados (Costa, 1930, p. 5 – RE, Nº 45, maio).

Outro aspecto de Pestalozzi revelado pelo biógrafo Alberto Malche, citado por Firmino, e que reflete no seu pensamento, é o fato de reconhecer nas crianças, desde a mais tenra idade, algum potencial, por mais inábeis que possam parecer. Caberia ao mestre descobrir quais seriam e as melhores maneiras de desenvolvê-las. Para o referido biógrafo, Pestalozzi teria afirmado que seu desejo era o de "psicologizar" a educação, isto é, "basear a educação nas leis psicológicas da aquisição dos conhecimentos" (Costa, 1930, p. 10 – RE, Nº 45, maio). O ambiente mais propício para o desenvolvimento seria aquele no qual predominasse o acolhimento e a compreensão, próprios das famílias mais amorosas. Segundo Firmino, teria sido justamente isso que Herbart ressaltou em visita à casa-escola do mestre suíço. Além de Herbart, outro educador alemão, Fröbel, criador dos jardins da infância, também teria ido visitar Pestalozzi e evidenciado a fecundidade de seu trabalho pedagógico ensinando a ler aqueles que todos supunham sem condições básicas para tal. Sempre em um ambiente de amor e respeito para com as diferenças individuais.

Para medir e demonstrar a grandeza do educador suíço, Firmino apresenta um estudo de Claparède publicado em 1927, na edição da revista *L' Educateur*, de Lausanne, comemorativa do centenário de Pestalozzi, por meio do qual se atesta que ele teria sido o educador mais citado entre as obras da pedagogia clássica ocidental, analisadas pelo psicólogo no período entre 1529 e 1841.

Um procedimento adotado por Firmino, que pode ter-se dado a partir de suas leituras das obras do educador suíço, seria aquele de fazer anotações sistemáticas sobre o desenvolvimento dos alunos, por meio das quais se poderiam conhecer melhor seus interesses e preferências. A escola ativa começava pelo interesse espontâneo dos alunos em colaborar para a própria aprendizagem. Para que isso fosse possível, contudo, seria necessário que o professor tivesse um interesse real e amoroso com as crianças. Seriam a direção e o estímulo dos professores, juntamente com os interesses de um e de outro, que os levariam ao

esforço contínuo e fecundo rumo às aprendizagens dos conhecimentos relevantes, sobretudo através de pequenos trabalhos.

O ensino intuitivo ocuparia um lugar de centralidade no pensamento de Pestalozzi, porque seria o princípio absoluto de todo o conhecimento. Iniciaria-se a partir do momento em que o sujeito interagisse com o mundo e este provocasse nele algum tipo de percepção e reação. Estaria, então, dada a largada para o desenvolvimento de todos os conhecimentos posteriores. Assim, apoiado no autor italiano chamado Ângelo Bassi, Firmino percorre um trajeto, que iria de Galileu a Francis Bacon, passando por Rousseau e Comenius, em busca da gênese histórica e lógica do pensamento educacional na perspectiva do método intuitivo, para o qual, a relação com a natureza, com o ambiente social e a observação de ambos teriam um papel fundamental. Todavia, não obstante todos os grandes educadores terem lançado as bases de tal método, teria sido Pestalozzi aquele que enfrentou o desafio de levá-lo à prática e de torná-lo conhecido. Por isso, defende que a “aplicação do método intuitivo levou Pestalozzi a ser o verdadeiro iniciador das ‘Lições de Cousas’, disciplina que constitui hoje a essência do programma da escola activa em suas diferentes modalidades, apresentadas pelos insignes systematizadores Dewey, Decroly, Lighthart, Lay e Ferrière” (Costa, 1930, p. 12 – RE, Nº 45, maio). Dizendo isso, passa a relacionar as contribuições de tal método para cada uma das disciplinas escolares e as conexões delas com a experiência educacional de Pestalozzi, quer seja por meio de suas obras, quer seja por meio das obras de seus biógrafos.

Uma última questão nos chamou a atenção nesse artigo: a aproximação entre o posicionamento espiritual de Firmino e o atribuído a Pestalozzi pelos seus biógrafos. Para ambos, o importante seria uma espiritualidade que se apoiasse nos preceitos cristãos, sem contudo, se filiar a qualquer dogmatismo ou doutrina em particular. A religião seria a busca de viver o amor de forma radical, a todos e a tudo e à educação caberia o fim precípua de conectar a criatura ao criador, isto é, “ganhar o céu é cumprir os deveres na terra” (Costa, 1930, p. 15 – RE, Nº 45, maio).

A publicação seguinte com artigo do diretor traz uma conferência para as diplomandas do Curso de Aplicação, cujo tema trataria das dificuldades mais recorrentes na língua. Assim, ele define seis aspectos em torno dos quais a palestra se organizaria: a ausência de um sistema ortográfico, de um dicionário analógico, de um léxico sobre a regência de verbos, de um bom dicionário de sinônimos, de uma fixação de formas entre sinônimos e do colecionamento periódico de neologismos. Pela forma com que ele enumera as questões a serem abordadas já se pode inferir que o texto, ao mesmo tempo em que apresentará os respectivos

estudos, denunciará as dificuldades provocadas pela ingerência do poder público com relação àquela que deveria ser considerada como "o bem mais precioso do patrimônio nacional, como o liame mais forte da federação brasileira: a Língua Pátria" (Costa, 1930, p. 55 - RE, Nº 49, setembro).

De fato, esta seria a principal dificuldade apontada pelo educador. De acordo com seu juízo, o poder público deveria manter uma repartição encarregada do aperfeiçoamento contínuo da língua, tanto no que se refere à forma falada como à escrita. Por si só, já facilitaria o uso da mesma reduzindo drasticamente as dificuldades no seu ensino e em sua aprendizagem e os inúmeros erros gráficos encontrados nas publicações.

Em relação à ortografia, o primeiro tópico trabalhado, segundo o autor, no Brasil, careceria de uma reforma ortográfica urgentemente, já encetada por Portugal. Neste país, alguns filólogos ter-se-iam reunido e aplainado a sistematização da ortografia. É preciso que palavras que têm diversas formas de escrita sejam reduzidas a uma só maneira como forma de facilitar, inclusive, a alfabetização do povo.

A falta de um dicionário analógico teria sido em parte superada, pela publicação da obra do próprio Firmino. Organizada em quarenta capítulos, tal obra ofereceria ao interessado diversos sinônimos de palavras, além de uma grande ampliação da linguagem. Contudo, faltaria ainda um dicionário que versasse sobre a regência verbal. Reitera que o problema estaria na falta da repartição pública, incumbida de elaborar tais obras. Sobre os sinônimos e as diversas formas de grafar determinadas palavras, também seria facilmente contornável caso o referido órgão público definisse a melhor forma a ser usada. No último tópico, sobre os neologismos, Firmino denuncia que não ocorrem de forma regular em nossa língua, posto não haver, de novo, os responsáveis por esse tipo de controle. Sugere que, no caso, a Academia Brasileira de Letras, ou outra associação congênere, poderia se incumbir da atividade. Assim, seriam diversas as palavras que passariam a fazer parte da fala e da escrita do povo sem que fossem devidamente analisadas e incluídas no léxico da língua. Além do que, muitas vezes seriam palavras adaptadas pelas corruptelas da fala.

Depois de tratar de cada um dos tópicos anunciados, passa a destacar a conduta das alunas formandas, exemplar nos anos de preparação para o exercício da profissão de professora. Todavia, o educador sentiria ainda a necessidade de alertá-las, para que não se esquecessem jamais do "(...) do estudo da língua," porque:

A língua Pátria é depositária e transmissora de vosso pensamento: quanto mais apuradamente a estudardes e praticardes, tanto melhor desempenhareis vossa missão de educadoras quer na

escola, quer na sociedade. A palavra, que sae límpida, persuasiva, correcta e clara, é educadora por excellencia, atrae, instrue e moraliza (Costa, 1930, p. 55 – 63 - RE, Nº 49, setembro).

Convidado para apresentar um trabalho na Quarta Conferência Nacional da Educação, como um dos representantes do estado de Minas Gerais, realizada pela Associação Brasileira de Educação - ABE, em 1930, Firmino inicia a sua fala ressaltando a importância de tal evento no cenário educacional nacional e agradecendo o convite. O trabalho, cujo título é "*As grandes diretrizes da educação*" gira em torno de oito pontos, incluindo o agradecimento, através dos quais o diretor expõe de forma bastante direta os principais aspectos das suas concepções educacionais e também seus posicionamentos políticos no que se referiria à educação pública. A lógica seguida na apresentação dos pontos, não por coincidência, acompanha os principais pressupostos da nova educação defendidos recorrentemente pelo educador. Por isso, já no segundo tópico inicia por defender que a criança, além de ser o ponto de partida da educação, também seria o seu centro, e que o curso normal em Minas, cuja metodologia e prática pedagógica foram da autoria do Secretário do Interior Francisco campos, já estava organizado a partir dessas premissas. Depois de discorrer sobre a organização do referido curso, anuncia que, pela estrutura especial, já teria sido alçado à categoria de ensino superior. Os principais frutos colhidos dessa completa formação já seriam visíveis através das professoras formadas: cada vez mais profissionais, dando cada vez mais importância ao estudo, e capazes de assumirem com competência e compromisso, as salas de aula dos grupos escolares do Estado.

No ponto seguinte, passa a afirmar a exigência de articulação entre a família e a escola para a educação do povo brasileiro como uma união solidária de forças afinadas com o progresso social, considerando que seria ainda o principal problema do nosso país. A aproximação entre a educação dos alunos pela família e as proposições dos princípios da escola ativa pela escola representariam uma das grandes diretrizes para a educação popular. Os pais deveriam ser preparados para educarem os filhos tomando como referência os estudos sobre a psicologia infantil, estimulando-lhes a curiosidade, o interesse e as atividades nas crianças, porque seriam a expressão mais imediata de suas necessidades. O professor, desde que tenha conhecimentos sobre a psicologia infantil e os novos métodos de ensino, também deveria conhecer melhor as famílias e se unir a elas para ter condições de contribuir de forma eficaz para a formação de cada criança sob seus cuidados. Contudo, talvez isso ainda não fosse possível na nova dinâmica escolar, pois o educador adverte que havia ainda muito que burilar. Para o educador, o poder público deveria promover pesquisas para a compreensão dos fatores que

concorreriam para aquilo que ele chamou de contra-educação, isto é, para as dificuldades de toda ordem, inclusive e principalmente aquelas oriundas do próprio poder público, que emperrariam os trabalhos escolares. Aos professores, deveriam ser atribuídos todo o controle e a liberdade para defender a educação, mesmo que os problemas viessem “do alto”.

No quarto ponto, Firmino argumenta que, mesmo que a escola cumprisse a função de instruir ensinando as disciplinas do programa, não seria suficiente. Ela só teria completado a obra educativa se os alunos se tornassem estudiosos e leitores permanentes. Na escola ativa, seria a biblioteca e o trabalho que aí se deveria realizar que garantiriam tal promessa. Antes de apresentar modelos de aulas de biblioteca para cada um dos anos, listar os objetivos de leitura a serem alcançados em cada um e prescrever o comportamento dos professores em cada uma das aulas. O educador afirma que a “biblioteca é a verdadeira garantidora do capital-educação. O ensino, por si só, não o tem garantido, nem mesmo na Escola Normal, onde a organização e a freqüência da biblioteca devem tornar-se uma realidade, para o fim de converter o normalista em professor estudioso” (Costa, 1931, p. 76 – RE, Nº 62, 63 e 64, outubro, novembro e dezembro). Para Firmino, o uso freqüente e metódico da biblioteca escolar representaria outra grande diretriz para a educação popular.

No quinto tópico, o artigo apresenta o que seria para o diretor, outra grande diretriz da educação popular. Recorrendo ao pensador alemão, Kerchensteiner, ele defende que o fim mais relevante da educação é a formação profissional ou para o trabalho. Narra a experiência educativa do grupo de Lavras por meio da qual os alunos aprendiam alguma profissão através de trabalhos manuais, o que teria representado posteriores facilidades, facultando-lhes um meio digno de ganhar a vida. Não obstante a clara orientação presente nas novas teorias educacionais, segundo a qual, a educação deveria se dar por meio da atividade do aluno, entendida como trabalho, as escolas primárias ainda persistiriam na burocracia, apenas preocupadas com a alfabetização, e à parte de toda e qualquer atividade econômica em seu entorno. Para Firmino, a escola deveria se articular ao meio econômico do qual faz parte e este deveria ser objeto de estudo e de análise dos seus alunos. Com o objetivo de síntese, ele argumenta que na instrução e no trabalho metódico se encerrariam todas as possibilidades de progresso pessoal e social, isto é, da prosperidade pública e coletiva.

Sem um corpo saudável e vigoroso, toda e qualquer proposta educativa perderia sentido. Para o educador, outra grande diretriz da educação pública residiria nos meios para que os alunos aprendessem a cuidar do corpo combatendo a ignorância e as credices populares equivocadas. Essa seria a principal

preocupação da disciplina da Educação Física nas escolas consubstanciada nas atividades de higiene e de ginástica. A legislação do Estado de Minas já previa no regulamento as atividades necessárias à inspetoria sanitária das escolas, mas também o ensino da higiene aos alunos. Nesse sentido, Firmino lista os dez “Deveres Higiênicos do aluno” e o programa de higiene escolar, o qual incluiria alunos, professores e servidores.

Ainda que a saúde e a higiene fossem ensinadas exemplarmente, os sujeitos tornassem excelentes leitores e homens empreendedores, de muito pouco teria sido a contribuição da escola, se ela não contribuísse para a formação da moral e do civismo. Partindo dessa premissa, Firmino apresenta os dois últimos pontos, respectivos às duas últimas grandes diretrizes da educação. Para o tópico da formação moral, ele recorre a Dewey argumentando que à escola cabe o principal desafio de fazer os alunos compreenderem que a sua vida depende da vida em sociedade e, precisamente por isso, eles seriam co-responsáveis pela manutenção e pelo melhoramento da vida social. A responsabilidade e compromisso só seriam viabilizados por uma conduta que operasse sobre as bases da solidariedade. A escola deveria trabalhar o caráter dos alunos para que pudessem, ao mesmo tempo em que se transformaria em uma instituição verdadeiramente socializadora, contribuir para a coletividade, com a formação de cidadãos com ela comprometidos. O autor define o caráter como sendo:

A faculdade de adaptar-se á vida social, a capacidade de funcionar como parte de um todo. Ou então é ele a intuição da vida coletiva, a inteligência do mecanismo e das forças motoras da sociedade, o interesse pela vida de outrem e o sentido da solidariedade social. Esta definição implica que os impulsos e os instintos da criança se transformam pela educação em hábitos de ação social (Costa, 1931, p. 83 – RE, Nº 62, 63 e 64, outubro, novembro e dezembro).

Tomando a formação do caráter como objetivo educacional, a educação como um todo e os professores deveriam compreender que os conteúdos das disciplinas só teriam valor na medida em que propiciassem o desenvolvimento moral do indivíduo por meio da compreensão do meio social e daquilo que aí seria útil. Um conteúdo escolar, ainda que previsto no programa, por mais relevante que fosse, deveria ser posto à prova, a partir das efetivas contribuições na melhoria das condutas dos alunos.

Na escola antiga, esse conteúdo escolar era ensinado de forma abstrata, a partir de virtudes desencarnadas e da disseminação de certos sentimentos em tudo descolados da realidade social e cotidiana dos alunos. Todavia, na escola ativa,

toda e qualquer atividade deveria ser explorada em seu potencial de ensino da moral para os alunos como forma de desenvolver uma inteligência não apenas intelectual, mas que fosse também social. Assim como os demais conteúdos dependem de um esforço prolongado, metódico e organizado, o ensino da moral também deveria ser suscetível de planejamento e investimentos dos professores, ainda que trabalhados por meio da análise de situações reais da vida das crianças.

A questão do civismo segue mais ou menos o mesmo percurso da apresentação do ensino na moral, posto que seria considerado pelo educador como um dos aspectos dela. A escola deveria explorar as inúmeras oportunidades de cultivo da cultura cívica, por meio das quais as qualidades do caráter, tais como a cooperação, a iniciativa, a perseverança, a sinceridade, a energia, a coragem e o autodomínio poderiam ser trabalhados. Para o fim, concorreriam a criação dos *clubs*, das associações, o estudo da organização da própria escola, do município, sucessivamente, até culminar no estudo do conceito do termo "democracia". Ela sim seria a grande e a maior diretriz de toda a educação popular. Para ele, os Estados Unidos da América estariam bem adiantados nesse sentido, posto que lá, uma nação ausente de preconceitos, as diferenças religiosas, étnicas e culturais não eram impeditivas para o progresso econômico e social. Faria parte das atribuições da escola, juntamente com a República, tornar a democracia uma realidade.

No esforço de sintetizar sua fala, o educador lista seis diretrizes para a educação brasileira, por ele consideradas como principais:

1ª A instrução primária adquirida na escola ativa. 2ª A instrução post-escolar iniciada pela freqüência da biblioteca. 3ª A formação profissional iniciada os trabalhos manuais e concluída em cursos técnicos. 4ª A saúde e o vigor do organismo, alcançados pela pratica da hygiene e da ginastica. 6ª A educação cívica dentro de uma verdadeira democracia (Costa, 1931, p. 87 – RE, Nºs 62, 63 e 64, outubro, novembro e dezembro).

Para concluir, aponta ainda a falta de civismo como a principal responsável pelas dificuldades sociais que nos afligiriam e trariam consigo todo tipo de atraso e de equívocos. Uma expressão dessa ausência seria a resistência à compreensão de que a instrução não deve ser privilégio de alguns e sim patrimônio de todos.

O número 78, de dezembro de 1932 da Revista do Ensino, traz um artigo intitulado "Noticiario" no qual é veiculada a notícia da programação da V Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação – ABE, a qual seria realizada na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro. Juntamente aos temas a serem apresentados no referido evento educativo,

cujo patrocínio ficou a cargo do governo daquele estado, vêm os nomes daqueles que iriam apresentar trabalhos, geralmente educadores muito renomados. Firmino Costa seria responsável pelo segundo tema, a saber, "*Quais devem ser os requisitos para a admissão às escolas normais?*", ao lado de Carlos Sá e Ataliba Lage. Na parte do anúncio que assevera que todos os estados da união aderiram ao evento, e já estariam indicando os nomes de seus representantes, em seguida, sob o subtítulo "*A representação de Minas*", está o educador, na condição de diretor da Escola Normal da Capital, juntamente com Guerrino Casasanta, Inspetor Geral da Instrução e muitos outros eminentes educadores mineiros (Costa, 1932, p. 62 – RE, Nº 78, dezembro).

Firmino Costa também foi convidado para falar na Semana de Educação Rural, em 1935, sobre o tema "*A Escola Normal Rural para Minas Gerais*". Preparou sua fala focando-se na questão da importância da educação agrícola, rural e técnica para a superação do problema econômico nacional, "endêmico" em nosso país. Começa por relembrar a tão defendida tese, segundo a qual, a principal função da educação está na formação para o trabalho. Por isso, o lastro da escola ativa, que não seria uma escola de "teorias" e de "falas", mas essencialmente de atividade, de agir, estaria, dessa forma, fincado no trabalho.

O trabalho do aluno é estudar e o seu produto é tudo aquilo que ele produz na escola, como o seu caderno, os textos que escreveu, o lápis que apontou, os dentes que escovou diariamente, enfim, todas as atividades realizadas. Assim como para o menino da cidade, a educação representaria a preparação para o trabalho, para o menino do campo também haveria que significar um trabalho metódico e produtivo. Contudo, a vida rural, em alguns aspectos seria distinta da vida da cidade e, por isso, para ser eficiente, a escola deveria acompanhar suas necessidades. Portanto, haveria de se pensar em um professor que pudesse contribuir efetivamente para essa realidade peculiar.

Para demonstrar as especificidades de uma escola rural e uma da cidade, mas mantendo em comum os princípios da educação ativa, o educador recorre às lembranças sobre a experiência do grupo de Lavras, onde havia as aulas do ensino técnico rural, como também as práticas para professores que se formariam e poderiam lecionar no meio da rural. Relembra as aulas de culinária, de marcenaria, de cultivo da horta e do jardim, articulando as atividades ao sentido da formação para o trabalho, como forma de reforçar o credo, segundo o qual, tanto o ensino técnico, como o rural, se imporiam de forma contundente à organização escolar contemporânea, sobretudo por propiciar às classes populares possibilidades concretas de exercício profissional qualificado. A solução para o caso, estaria em uma implantação mais rápida e generalizada da escola ativa, por isso, argumenta

que “cumpre-nos adaptar, quanto antes, ao nosso meio social e econômico a organização da Escola Activa, sem nos prendermos aos ensinamentos teóricos, mas applicando-os desde logo em uma prática diária e methodica” (Costa, 1935, p. 181 – RE, Nº 120 e 121, novembro e dezembro).

Firmino apresentou ainda algumas considerações sobre a configuração que o curso Normal Rural deveria assumir, visando a um funcionamento adequado. Em primeiro lugar, os alunos só seriam aceitos mediante o exame de admissão para averiguar a solidez do curso primário e não seriam aceitos os menores de 14 anos. A duração do curso deveria ser ampliada para três anos, posto que a reforma determinou apenas dois. Os programas precisariam ser organizados considerando principalmente atividades práticas bem planejadas, bem articuladas às exigências locais. Os professores, além dos conhecimentos sobre o método, disposição e energia para atuarem, deveriam ter um conhecimento bem consistente do meio no qual lecionariam. Reforça, que, segundo seu parecer, o maior desafio do êxito de tal empreitada residiria na direção e no corpo docente apropriados. Assim, o diretor alerta que, mesmo que a escola fosse simples, ainda que encantadora e limpa, tenha o nome que se queira dar, não se desinteressem de escolher os seus profissionais: os melhores seriam aqueles que, além de estudiosos e preparados nas novas técnicas educativas, fossem capazes de se adaptarem à realidade do campo. Acima de tudo, seriam aqueles capazes de compreender o sentido das palavras “cooperação e solidariedade” para a educação brasileira. Termina sua palestra agradecendo ao convite feito pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres⁸.

Conforme antecipamos no começo, este tópico pretendeu apresentar as concepções e idéias educacionais de Firmino Costa retomando o sentido de suas preleções, aulas e conferências para educadores. Identificamos, por meio desse aspecto, compartilhado por todos os treze artigos aqui apresentados, que eles guardam em comum o fato de abordarem um grande número de assuntos, de serem pródigos em exemplificação tomadas da experiência educacional do educador, e de oferecerem uma visão mais alargada de suas concepções. Uma visão “do alto”, por assim dizer, por meio da qual pudemos mapear as fronteiras do seu pensamento, bem como aqueles aspectos para os quais dedicou maior investimento.

Operar a partir dessa visão pan-ótica apresentada neste primeiro tópico, também foi importante para nossa análise, na medida em que possibilitou um mapeamento acerca daqueles pontos que estão presentes em praticamente todos os artigos de Firmino publicados na Revista de Ensino. Foi esse mapeamento que

⁸ Não encontramos nenhum registro que esclarecesse sobre a natureza dessa sociedade.

nos permitiu identificar os assuntos recorrentes em seus artigos, que mereceram do educador uma atenção diferenciada, definindo e nomeando os próximos três tópicos deste capítulo: os professores, o ensino da História Pátria e da Instrução Moral e Cívica e a escola ativa.

4.2 Os professores e a sua formação: a energia e o método

"Tornará agradável e fecunda á carreira de professor a sua dedicação aos alunos" (Costa, 1937, p. 15).

A preocupação com a formação de professores, desde a preparação inicial até a formação em serviço, foi a mola propulsora de toda a mobilização de Firmino Costa no campo educacional. Ele acreditava que a educação no Estado e no país só atingiria seus objetivos, qual seja, o de contribuir para o progresso e desenvolvimento social e econômico, mediante um abalizado e constante esforço para a formação adequada dos professores. Ele pensou em programas, em teorias, em práticas e em tudo aquilo que pudesse contribuir para isso.

Ainda dentro do escopo de sua preocupação com a formação dos docentes, o educador combateu todo tipo de improviso e de despreparo. Para ele, a profissão de professor requeria uma grande dedicação, visando a atividades bem planejadas, sempre considerando as realidades e necessidades dos alunos. Por esse motivo, podemos considerar que as palavras "energia e método", diversas vezes pronunciadas ao longo de seus escritos, sintetizam bem as idéias a respeito. Expressam até mesmo a forma de atuação do próprio Firmino: seu trabalho como educador parece-nos que demandou uma grande energia e método.

Mesmo considerando que praticamente todos os escritos de Firmino miravam algum tipo de contribuição para formação dos professores, em alguns deles, a intenção se apresenta de forma mais explícita. No texto a seguir, analisaremos aqueles artigos publicados na Revista do Ensino em que as concepções sobre a formação e a atuação docente ganharam uma maior visibilidade.

No primeiro deles, de 1925, sob o título "*Centro de Instrução Municipal*", o artigo de Firmino Costa apresenta as razões pelas quais os grupos escolares deveriam se transformar em centros de divulgação da História e cultura municipais e também em uma espécie de centros de formação para os professores das escolas isoladas. No primeiro caso, o grupo escolar deveria ter uma sala do município na qual estariam expostos desde os nomes e retratos dos beneméritos mortos mais ilustres e os processos de desenvolvimento industrial, agrícola e instrutivo da localidade. No segundo, o grupo seria um pólo no qual os professores deveriam se

dirigir ao menos uma vez ao ano para “adquirir novos conhecimentos para o trabalho didactico”. O que era a idéa exposta no relatório de número 1918, sobre a transformação do grupo de Lavras em um pólo cultural e educacional é expandida agora para toda a localidade que possuir um grupo escolar em funcionamento. Segundo o educador, a idéa poderia facilmente ser instituída, bastando que os professores de “escolas singulares sejam obrigados a fazer anualmente um estagio de três dias no grupo escolar, e quanto á sala do município, é apenas preciso que lhe dê installação, encarregando-se de organizal-a o director e o pessoal docente do grupo” (Costa, 1925, p. 187, 188 - RE, Nº 1, março).

No artigo intitulado “*Cultivo de uma Especialidade*”, o educador articula três questões muito caras a ele e muito presentes em seus discursos desde a época dos relatórios: a formação para o trabalho como progresso da nação, a freqüência dos alunos e a formação de professores. O lugar privilegiado para a realização do projeto civilizatório seria o grupo escolar. Para ele, os professores deveriam cultivar o estudo de alguma especialidade como garantia de espaço de atuação profissional e também para o aperfeiçoamento do ensino. Sugere alguns temas para a especialização tais como a caligrafia, o desenho e a cartografia; trabalhos manuais, costura e bordado; jardinagem e horticultura, escrituração mercantil e datilografia, dentre outros. A especialidade de cada professor, posta à disposição dos diferentes ensinios ofertados pelos grupos do estado, reforçaria a visão dos pais, que não viam o sentido de uma formação geral para os seus filhos, de que a escola representaria a possibilidade de se conseguir um meio de vida. Segundo ele:

“não basta, porém, contentar-se com a generalidade da profissão. O magisterio primario é constructor da base do edificio social. Sobre essa base há de o povo levantar o edificio da grandeza da Pátria. Esse edificio requer em sua estrutura trabalhos especiaes. Dahi, despertar desde a escola primaria as vocações para esta ou aquela especialidade” (Costa, 1925, p. 16, RE - Nº 1, março).

Um aspecto que chamou-nos a atenção é o fato de que, no artigo, Firmino adotou o gênero feminino para se referir às professoras, porque elas eram a maioria no professorado mineiro dos anos 20, justificando-se precisamente por essa razão. Lembramos aqui que, à época do grupo escolar de Lavras, nos relatórios, ele se posicionava claramente contra o magistério feminino. Para ele, a dedicação à família, própria às mulheres, seria incompatível com as exigências da profissão de professora. Contudo, pelos textos publicados na revista, se constata que a maioria de seu público seria de professoras.

No segundo item do artigo, intitulado "A *professora*", Firmino antecipa que retomará os principais pontos da conferência realizada no Curso de Aperfeiçoamento. Dentre estes, a importante elaboração de que nas mãos das professoras estariam as bases do progresso social e o futuro da nossa terra. Elas teriam consigo o dever de formar futuros cidadãos, devendo ser exemplares desta condição. As mulheres, ainda que não exerçam o direito do voto, deveriam considerar que os alunos o fariam em seus lugares e, sendo a maioria entre os professores, deveriam comprovar o desempenho intelectual do sexo feminino através da sublime atividade do magistério e do estudo permanente. Pensando em todos os pontos a serem observados no exercício exemplar do ensino, e como forma de subsidiar o tal desempenho intelectual, Firmino apresenta as suas setenta "peças" através das quais as professoras poderiam aferir se estariam de acordo com as novas expectativas para a educação.

Chama-nos a atenção o tom de juramento do cabeçalho que antecede as setenta peças, no qual está assim escrito: "Eu, professora, (ou professor), vou pesar meus deveres na balança da introspecção, aferida pela consciência" (Costa, 1928, p. 8 - RE, Nº 27, de novembro).

Nas setenta "peças", algumas delas apresentadas anteriormente em um dos últimos relatórios do grupo, contêm prescrições para uma avaliação minuciosa de todos os aspectos da vida profissional das professoras, mas também social e pessoal. No nosso modo de ver, a intenção subjacente aos setenta tópicos para a auto-avaliação das professoras seria a de que exerceriam o efeito de um dispositivo para assegurar que as mudanças propugnadas pudessem ser, de fato, efetivadas. Parece-nos que a mensagem a elas seria a de que, se a professora não respondesse positivamente a essas questões, ainda se encontraria em situação de arcaísmo, de atraso e superada em sua prática. Além disso, o constrangimento que por ventura fosse causado pela constatação pudesse impulsioná-las a atitudes mais receptivas perante as novas proposições educacionais (Costa, 1928, p. 8-9 - RE, Nº 27, novembro).

Nestas "peças", ao lado de questões relativas a aspectos cotidianos das escolas, tais como a escrituração de dados dos alunos, ou organização das salas e atitudes de civilidade, pontualidade, assiduidade e dedicação, o que mais se ressalta é a adoção intensiva de um novo léxico relacionado às novas propostas educacionais: "centros de interesses", "ensino simultâneo", "processos intuitivos", "programa de ensino", "método ideo-visual ou global", "escola ativa de Olvide Decroly", "conhecer a psicologia e a vida dos alunos", "socialização", "solidariedade social", dentre outros. A divulgação intensiva dos termos teria o intuito de intensificar o conhecimento das professoras, acerca das novas proposições

educacionais, mas também de facultar a elas a possibilidade de apropriação do novo campo lexical.

No terceiro texto, intitulado "*O menino*", o educador apresenta como sugestão às professoras, segundo ele, bem acolhida pelas alunas do Curso de Aperfeiçoamento, a composição de uma espécie de "livro" pessoal para o registro de dados importantes a uma compreensão do aluno, que seja ampliada tanto pelo estudo do tema nas obras de referência, por ele freqüentemente citadas, como pelos dados colhidos cotidianamente através da observação atenta de seus alunos. Tal livro teria o objetivo de servir como estímulo à superação da rotina, além de favorecer o estudo e o aperfeiçoamento na redação. Para o fim, ele sugere a aquisição de um caderno de duzentas páginas de bom papel e de capa resistente. Nas primeiras cem, ficaria o espaço destinado aos apontamentos sobre o estudo dos alunos, a partir das leituras. Nas outras, o registro das observações cotidianas. O educador passa, então, a relatar os apontamentos de um de seus cadernos.

Na primeira parte do relato, apresenta seus registros constituídos de vinte e sete excertos extraídos de obras de autores, tais como Calkins, Ferdinand Buisson, Edouard Claparède, Jean Jacques Rousseau, John Dewey, dentre outros. Neles prevalece a preocupação com o desenvolvimento da criança e a concepção desta como sendo uma planta que exige cuidados para crescer, ou então o caráter da sociabilidade para o desenvolvimento, ou ainda, a concepção de infância extraída de uma fala atribuída a Francisco Campos, segundo a qual, "a criança é um feixe de actividades á procura de expressão" (Costa, 1928, p. 10 - RE, Nº 27, novembro). O curioso dos tópicos é que, ao mesmo tempo em que ele defende ardorosamente a proteção e o cuidado incondicional às crianças, nos cinco últimos se dedica a relatar a experiência de alguns personagens conhecidos que, embora tivessem enfrentado grandes desafios de uma infância desafortunada, tornaram-se grandes homens, como D. Pedro II, Mozart e o escritor Castilho. Assim, ao mesmo tempo em que a criança deveria ser cuidada e protegida, seriam mais dignos de nota aqueles que, apesar da falta, tiveram força para prescindirem desse cuidado.

Na segunda parte do caderno, Firmino apresenta os tópicos feitos a partir das observações de seus alunos e de uma classe. Contudo, de fato, nos registros estão anotações sobre diversos outros aspectos da escola. Começa por defender, no primeiro deles, que, tendo sido o número mínimo de alunos definido pelo regulamento, em seu artigo 260, conviria que o número máximo de matrículas também fosse determinado nos seguintes termos "o mínimo e o máximo de alumnos para a matrícula em cada classe serão os seguintes: escola rural e nocturna, 30 a 35; districtal, 35 a 40; urbana, 40 a 45." Essa preocupação do educador sinaliza um crescimento nas matrículas e o fato de que, segundo a sua

avaliação, já existiam turmas com um número de alunos inadequado para a realização das atividades escolares, a contento (Costa, 1928, p. 14 – RE, Nº 27, novembro).

De fato, no artigo intitulado “*O cultivo da atenção*”, publicado em abril do ano seguinte, Firmino reafirma o problema da “superlotação” das salas de aula nos seguintes termos: “A freqüência excessiva, prejudicando em muito a qualidade do ensino, é uma grave falha pedagógica, que está a pedir corretivo”. Para o educador, “as aulas abarrotadas de alumnos dão-me a impressão de espetáculos gratuitos, onde a entrada franca amontoa multidão desordenada que torna irrespirável a atmosfera” (Costa, 1929, p. 36 - RE, Nº 32, abril).

Nos demais tópicos da segunda parte do caderno, sugerido como organização dos registros, estão algumas prescrições do que a professora deveria fazer cotidianamente, como a revista da higiene dos alunos, a investigação do ambiente familiar e extra-escolar, a atribuição de conceitos a cada conjunto de informações para caracterizar objetivamente as condições de aprendizagem de cada um dos alunos, dentre outras atividades. No mais, a professora deveria dar-se ao respeito, sendo um exemplo de conduta social e moral para que os alunos entendessem que ela assim o era em quaisquer circunstâncias e espaços da vida social. Em suas palavras:

Os meninos deverão compenetrar-se desta grande verdade: a professora (refiro-me igualmente ao professor) é sempre a professora, quer na escola, quer fora da escola; é protectora dos alumnos; é substituta dos Paes; onde quer que esteja, exerce a sua auctoridade de educadora, cumprindo aos alumnos prestar-lhe inteira obediência (Costa, 1928, p. 15 – RE, Nº 27, novembro).

No artigo intitulado a “*Organização da Classe*”, uma questão que salta aos olhos se refere à forma por ele adotada para conclamar as professoras a exercerem o papel no quesito em pauta, ou seja, qual o espaço de educação possibilitado pelos estudos acerca do funcionamento dos grupos escolares. Isto porque as professoras seriam a alma da escola e deveriam ser as almas irmãs das almas dos alunos e, como tal, a elas caberia, por assim dizer, “iniciar” os alunos nas “liturgias” das novas práticas educativas. Para tal estaria a disciplina chamada Organização da Classe, a qual deveria ser ministrada na primeira semana de aula.

A escola seria menos as salas de aulas, mobiliários e material didático e muito mais o encontro entre professores e alunos. Assim, novamente o êxito em se ter uma boa experiência educacional, iniciando com a disciplina “Organização da classe”, se deveria à dedicação delas em fazer acontecer a referida semana de

organização. Para dar ênfase à necessidade do investimento, cita alguns casos ocorridos quando ele era o diretor do grupo, nos quais fica patente a ignorância dos alunos e os constrangimentos daí advindos com relação às informações sobre o “novo mundo” chamado grupo escolar. Foram essas questões que o incitaram a pensar uma forma de evitá-las e, para isso, elaborou a “disciplina” de organização da classe. Contudo, de nada valeria se não houvesse um efetivo empenho das professoras.

O que mais nos chamou a atenção no tópico do artigo direcionado às professoras foi um diálogo reproduzido pelo educador entre ele e algumas professoras-alunas. Como se estivesse dando uma aula-modelo da referida disciplina de organização para elas, ele faz afirmativas em forma de perguntas e elas respondem em coro (porque o fizeram na 3ª pessoa do plural), através de respostas cordatas e curtas. Por exemplo:

Da casa dos Paes o menino passará para a casa da escola. Elle não ficará sendo menino da rua. Era filho, agora é também alumno, e não será garoto. Tem hoje duas protecções, a da família e a da escola. Vocês todos devem dar graças a Deus. Querem fazer uma promessa? - *Queremos!* - Fiquem de pé. Façam silêncio. Mantenham posição correcta. Acompanhem minhas palavras, repetindo-as: “Nós, alumnos, promettemos freqüentar a escola, ser aseados, ter obediência, prestas atenção, cumprir nossos deveres e honrar o nome de Deus” (Costa, 1928, p. 11 - RE, Nº 28, novembro).

No relatório do primeiro ano do Curso de Aplicação, do qual Firmino era o diretor técnico, as denúncias dirigidas aos poderes públicos, na pessoa do Secretário do Interior, Francisco Campos são retomadas ainda que com um tom mais brando. Do começo ao fim do referido relatório o diretor aponta, juntamente com algumas realizações, o que precisaria ainda ser feito para alcançar todo o alto potencial formador do referido curso e qual seria o papel do estado nesse sentido. É contundente a crítica segundo a qual, a reforma de 1925 teria sido necessária, porque as demais não surtiram os efeitos prognosticados. Não teriam sido capazes de concretizar o que prometeram. Por um lado, essa denúncia parece significar certa frustração do educador com o panorama educacional, partindo de 1906 até 1929, não obstante as reformas e as lutas pela implementação dos dispositivos legais. Por outro lado, ainda nos surpreende a forma com que ele aponta os problemas. Por meio de discurso direto endereçado à V Ex. o Sr. Secretário do Interior, afirma que:

A reforma escolar não se acha inteiramente concretizada nos regulamentos, nos programas e nos professores. Dahi, talvez, assim considerando, tenha provindo o fracasso das reformas anteriores. Convem imprimir maior amplitude ás realizações, cumpre alimentá-las mais substancialmente, revela assegurar as suas finalidades (Costa, 1929, p. 104 - RE, Nº 30, fevereiro).

Por sua fala, podemos inferir que Firmino Costa parece ter consciência de que as transformações na educação aconteceriam menos por meio dos dispositivos legais e muito mais pelo trabalho árduo e pela luta engajada para a sua renovação. Por outro lado, a própria legislação representaria uma conquista daqueles que acreditavam nas possibilidades de tal renovação educacional. Para além do engajamento dos educadores e da legislação, no sentido de alcançar as melhorias educacionais, o apelo seria dirigido diretamente ao Secretário do Interior e é a ele que as reivindicações são feitas. A questão do educador poderia ser colocada nos seguintes termos: se existem profissionais comprometidos com as transformações, se as leis as contemplam, porque então ainda tantas dificuldades fundamentais? Da proposição, podemos inferir ao menos dois aspectos. Em um deles, de acordo com seu entendimento, o Estado estaria faltando com a sua parte para a execução dos dispositivos legais, sobretudo em relação à materialidade exigida. Em outro, se era assim, parece que o educador continuava contando com grande prestígio e aceitabilidade de suas idéias educacionais entre as autoridades, haja vista a publicação do relatório contendo as críticas ao próprio governo, por meio de um veículo oficial. Sendo assim, a dinâmica do anúncio e da denúncia, presente nos escritos sobre o grupo de Lavras, ainda persiste. De fato, ainda vemos algumas delas, aqui e ali, ainda que com uma incidência mais eventual. Contudo, não deve ser sem motivo que este tenha sido o único relatório publicado na revista enquanto ele esteve à frente da direção técnica do curso normal.

Em relação às questões didáticas, no seu relatório anual, o educador critica também o fato de que, segundo ele, na escola para formação de professores, ainda permaneceriam aulas sustentadas pelo monólogo, pelo verbalismo dos professores e pela imposição da memorização para os alunos. Estes ainda não teriam o espaço para a expansão de experiências. Bem ao contrário dos preceitos da escola ativa, naquele momento, o que se observava seria "a rotina adornada com o nome de tradição". Para ele, a maioria dos professores ainda não compreendera que uma lição só seria bem sucedida se houvesse a possibilidade do diálogo, posto que esse implicaria em participação, colaboração, "uma cooperação de inteligências" (Costa, 1929, p. 104, - RE, Nº 30, fevereiro).

Parece-nos que ainda havia o problema dos compêndios (ou da ausência deles) e de outros materiais e espaços necessários ao pleno funcionamento das classes anexas como espaço de formação de professores. Para o primeiro caso, o diretor conclama os professores do curso a prepará-los para as respectivas cadeiras, ainda mais que o ponto já estaria previsto no regulamento. Para o segundo, alerta que as referidas classes precisariam ser providas de espaços e materiais, tais como museus e mapas geográficos. Realça que o sentido de tudo isso, sobretudo no Curso de Aplicação, se sustentava no fato de que a teoria não poderia ser separada da prática, uma vez que o objetivo do referido curso seria o de, precisamente, experimentar como funcionam os regulamentos, os programas e os materiais pedagógicos por eles demandados no cotidiano escolar. Da articulação dependeria a qualidade do ensino, tanto para a formação de futuros professores, quando para os alunos das classes primárias. Para isso, seria preciso imaginar o ensino como idéias em constante movimento, em marcha, idéias vivas, flexíveis. É nesse sentido que a adoção do método ativo faria a diferença, tornaria flexível e também ativo o programa, o regulamento e as respectivas materialidades.

No sentido de combater a improvisação, para Firmino, uma das falhas mais graves que ainda persistiria na educação, defende a adoção dos cadernos de preparo das lições, já determinada pela reforma⁹. Para que o método intuitivo possa acontecer e a escola venha a ser, de fato, ativa, é preciso que tudo que seja necessário à lição seja previamente organizado antes da realização, daí a exigência dos referidos cadernos.

Ainda que o Curso de Aplicação representasse uma das respostas mais relevantes e contundentes da reforma educacional, para que fosse real, favorável e corporificasse a grande contribuição da reforma, a de formar professores primários com conhecimentos técnicos e profissionais, precisaria superar muitos obstáculos e dificuldades que, vindos do passado, estariam conservados no presente. Para enfrentá-los, nas palavras do educador, seria necessário o aprimoramento da "execução da reforma, pondo-se este instituto em condições de corresponder á sua finalidade. Insta aparelhá-lo perfeitamente em suas aulas, em suas classes anexas, em sua biblioteca, em seu museu escolar" (Costa, 1929, p. 109 – RE, N^o 30, fevereiro).

O fito final do diretor através das reclamações presentes no relatório seria o de que a formação de professores visasse à constituição de um profissional que compreendesse que a escola moderna seria a capacidade de colocar em prática os princípios fundamentais proclamados há muito tempo por educadores insignes do

passado, para responder aos problemas educacionais atuais, uma vez que estaríamos imersos em meio de fraca cultura pedagógica, na qual ainda imperariam a indiferença, a incompreensão, a desconfiança, a rotina e o preconceito. O objetivo seria e que a vida da escola seguisse o pensamento do educador italiano Giuseppe Lombardo Radice, segundo o qual, deveria ser sempre compreendida como colaboração recíproca entre todos os presentes na escola e, principalmente, entre professores e alunos (Costa, 1929, p. 110 - RE, Nº 30, fevereiro).

Por tudo isso, o relatório parece menos uma descrição do que foi realizado naquele primeiro ano de existência do Curso de Aplicação, como os eram os do grupo escolar, e mais um ensaio crítico sobre como deveria ser uma escola com aquele fim, temperado com as denúncias. Apesar disso, ainda que brevemente, apresenta o currículo implementado, algumas alterações ocorridas durante o ano e os nomes das alunas formandas daquele ano. Por fim, conclui fazendo um derradeiro apelo ao Secretário do Interior pelas condições materiais necessárias à reforma, ao mesmo tempo em que reconhece o mérito da reforma feita sob a gestão dele, ainda que a inspiração tenha vindo "do céu" e não apenas da capacidade dos homens, políticos e educadores envolvidos no processo de elaboração do texto legal. Segundo ele:

O maior bem, que no Estado de Minas podia ser feito á educação popular, V. Ex. o fez com a reforma do ensino. O Curso de Applicaçõ, ponto culminante da reforma, é insubstituível em sua admirável contextura. Elle *baixou de uma alta concepção, como genio tutelar da escola*, para lhe trazer a technica e a sciencia da educação. Tudo depende unicamente de sua realização pratica, para a qual solicito de V. Ex. *os meios imprescindíveis, todos aquelles que tenho a honra de lembrar-lhe no presente relatório*. Bello Horizonte, 23 de dezembro de 1928. – O director do Curso de Applicaçõ, *Firmino Costa* (Costa, 1929, p. 112 - RE, Nº 30, fevereiro. *Grifos nossos*).

Não por coincidência, no mesmo número da revista, Firmino, juntamente com outros dois autores, publica um artigo intitulado "*Caderno de Preparação das lições. Três opiniões*", através do qual a questão proposta de forma breve no artigo anterior é melhor explorada. O referido artigo oferece, por meio de dez pontos, argumentos que sustentam a adoção do caderno. Segundo o autor, o caderno teria a vantagem de superar o improvisado que ainda assolava a educação mineira;

⁹ A dissertação de Rita de Cássia Souza (2003) apresenta uma análise bastante consistente desse aspecto, fartamente debatido entre os colaboradores da Revista do Ensino no período (p. 174).

favoreceria a reflexão sobre a própria prática educativa, atitude que também provocaria uma atitude reflexiva nos alunos, futuros cidadãos da pátria; a obrigação do preparo levaria ao hábito do estudo, posto que ninguém gostaria de ser exposto em alguma ignorância ou limitação; seria um instrumento de aperfeiçoamento, uma vez que o professor aprenderia ao preparar as lições e ao aplicá-las; seria um facilitador do trabalho didático, na medida em que o professor superaria os obstáculos do aprender a ensinar; descobriria o prazer em ensinar e adquiriria uma maior confiança e, como conseqüência, uma maior simpatia e colaboração dos alunos; adquiriria, por meio do hábito do estudo da língua, a arte de redigir bem; seria o ponto de partida do trabalho metódico angariando através dele uma segurança cada vez maior em dirigir "seus marinheiros"; alcançaria uma maior valorização e reconhecimento do trabalho docente pelas famílias e por toda a sociedade. Por fim, como resultado de "ato de bravura", de se expor através do caderno de preparações de lições, facultaria a promoção dos professores através de sua competência, perseverança e devotamento, possibilitando aquilatar, assim, or meio do caderno, o mérito do professor.

Na segunda opinião de Plínio Ribeiro, o valor do caderno é também considerado, porém, o autor também pondera sobre seus efeitos colaterais, na medida em que ele passaria a ser, menos um instrumento de organização, e mais um instrumento de controle, de fiscalização e de verificação da eficiência do professor. Já a terceira opinião, Ramos César aproxima-se da de Firmino. Porém, nem naquilo que os três artigos concordam com relação ao combate ao improvisado, a forma de defender chega perto da do diretor, tal a veemência de seus argumentos (Souza, 2003, p. 175 e 176).

Sem desconsiderar o conteúdo lógico dos mesmos, na forma como os apresenta, transparece um certo credo desmesurado, como se, sozinho, o referido caderno seria capaz de transformar toda a educação, mediante uma auto-formação continuada dos professores, na medida em que elaborariam os planos de aula. Seja como for, parece-nos que não há dúvidas de que, de fato, o caderno de preparação das aulas representaria um importante dispositivo para o controle dos professores (Costa, 1929, p. 17 - 21 - RE, Nº 31, março).

Como forma de estimular os professores a serem leitores da Revista do Ensino, ao mesmo tempo em que poderiam tornar-se os colaboradores, os concursos foram pensados também para explicitar as "valiosas reformas de detalhes" produzidas pela experiência cotidiana nas salas de aulas do professorado mineiro. Assim, o quarto concurso da revista tinha como mote a seguinte tese: "Como se devem corrigir os exercícios escritos de uma classe?". Para Firmino, o assunto era muito importante para o ensino, posto que os procedimentos

pertinentes à atividade ainda representavam uma lacuna na escola. Quando o professor corrigia os exercícios dos alunos, deveria também propiciar uma correção com os mesmos, em sala de aula. Contudo, a tese se limitaria aos exercícios de Composição e os de Aritmética que o professor corrigia em casa. Mesmo estando o concurso propondo aos professores o envio de artigos sobre experiências pedagógicas de correção de exercícios de Composição e de Aritmética, o educador não se furtou a redigir algumas orientações nesse sentido. Segundo ele, os professores deveriam assinalar com diferentes cores os diferentes erros de forma que o aluno pudesse identificar e classificar o tipo de erro que cometeu. Ao mesmo tempo, o professor deveria escrever no quadro de maneira correta os erros cometidos mais recorrentes. Cada aluno faria a correção em seu próprio caderno, passando o texto a limpo como atividade das aulas de caligrafia (Costa, 1929, p. 4-5 - RE, Nº 33, maio).

O que possibilitaria às professoras superarem as formas ultrapassadas de correção dos exercícios, além de outras ainda mais comprometedoras, e de acolher novas práticas de exercício profissional, seria o próprio desenvolvimento intelectual. O desenvolvimento representaria o manancial inesgotável de recursos para o enfrentamento dos desafios cotidianos na educação do povo. E, o manancial deveria ser alimentado sobretudo com os conhecimentos acerca do método intuitivo, o único adequado a uma educação que fosse, de fato, ativa.

Claro está que, para obter recursos pedagógicos materiais, mas principalmente intelectuais, para o trabalho educativo, a professora deveria preocupar-se constantemente em atualizar-se, "modernizar-se, enrijar-se, desvencillar-se, transformar-se. Para ella vencer na vida profissional, competindo com o homem, antes de tudo lhe cumpre aperfeiçoar o seu trabalho, tornando-o bastante productivo, acompanhando de perto o movimento educacional, que vae transformando o mundo civilizado" (Costa, 1929, p. 40 - RE, Nº 33, maio).

O papel da nova professora seria, em acordo com as proposições, o de, ao tomar ciência do regulamento e do programa, procurar as melhores formas de ensinar os conteúdos. Concluindo, o autor acredita que o supremo dever das professoras, ao mesmo naquele momento, seria o de compenetrarem-se de seu supremo dever - a aplicação do método intuitivo (Costa, 1929, p. 4-5 - RE, Nº 33, maio).

Em um breve artigo publicado na Revista do Ensino do mês de setembro seguinte e intitulado "*Aula Modelo*", Firmino afirma que uma aula modelo, uma aula que poderia ser considerada como uma referência para outras práticas educativas seria aquela que, além de ter sido cuidadosamente preparada pelo professor, primeiramente vivenciada com os alunos e ter sido identificado um clima de

colaboração entre eles e o professor. Na concepção do educador, só se colabora com aquilo com que se tem interesse. Assim, se houve colaboração, os alunos se interessaram. E, se interessaram, teria sido, então, uma boa aula.

Para preparar boas aulas, seria necessário que o professor estudasse primeiramente os temas consigo próprio para só então apresentá-los aos alunos. Todavia, tão importante quanto o preparo da aula, seria o fato de que, depois de realizada, o plano avaliado e comparado com a realidade, identificando o que funcionou e o que precisaria ser modificado. O professor deveria ser capaz de avaliar a sua própria ação educativa, tomando como referência que o alvo a ser atingido seria a colaboração dos alunos. Só assim, ele poderia considerar como tendo feito uma aula modelo. Portanto, para aprimorar a ação pedagógica, deveria,

(...) tornar-se autocrítico. A aula que preparou será oportunamente modificada por elle próprio, si assim o aconselhou a cooperação da classe. O ensino é um trabalho em commum, um estudo que o mestre realiza com os alumnos. Tanto depende daquelles como destes. Professores e alumnos são todos elles estudantes, com a differença de que aos primeiros cumpre serem sempre estudiosos (Costa, 1929, p. 19-20 - RE, Nº 39, setembro).

A defesa do estudo, como favorecedor de práticas educativas cada vez mais atinentes às exigências educacionais do Estado, deveria ser reivindicação constante dos professores e é recorrente nos artigos de Firmino. Contudo, um grande impeditivo para que “essa bandeira” se efetivasse ainda residia na dificuldade de acesso a livros adequados.

O problema dos compêndios adequados à formação dos professores no curso normal, refletido pela pobreza da literatura didática disponível em português, parece que permanecia e, em função dele, algumas outras permanências de uma educação ineficiente também são ressaltadas no artigo. Aulas baseadas na fala do professor, o uso de apenas uma única obra para determinados conteúdos escolares, aulas mecânicas e enfadonhas, dentre outras. Para diminuir os prejuízos desse estado de coisas, reconhecido inclusive no próprio regulamento do ensino normal, quando orienta os professores que deveriam compilar, completar, simplificar ou adaptar os manuais disponíveis de acordo com as exigências das aulas, Firmino reforça a sugestão de que as professores deveriam contribuir elaborando materiais para as aulas. Contudo, sugere algumas obras recentemente lidas por ele e muito apreciadas no sentido de orientar aos professores sobre o preparo de lições. Duas delas, intituladas “*O Crescimento Mental*” e a “*Escola Brasileira*”, já em segunda edição, tratariam da psicologia da criança e da metodologia de ensino de forma

clara, objetiva, por meio de um texto bem elaborado. A terceira delas, "*Didactica*", do autor João Toledo, "inspector geral do ensino do estado de São Paulo", ainda que não seja uma obra exaustiva, também traria significativos subsídios para o professor em geral e, sobretudo, para aqueles em formação. Essas seriam as três obras recomendáveis para o incremento da cultura educacional mineira, e que poderiam abrir caminhos para outras leituras posteriores, que por certo, seriam publicadas (Costa, 1930, p. 28 – RE, Nº 43, março).

Firmino Costa chama de "*Prefácios Históricos*" os pronunciamentos que o Secretário do Interior, Francisco Campos, escreve nos textos que apresentam a Reforma do Ensino Normal e a do Ensino Primário, promulgadas dois anos antes da publicação deste artigo e ainda em execução, porque considerava que tais pronunciamentos teriam a característica de reforçar os pontos essenciais das referidas reformas. Dentre eles, a socialização da vida escolar de forma a caracterizá-la como uma vida em sociedade, repleta de associações e atividades colaborativas; e a importância da colaboração entre alunos e professores, para que haja verdadeiramente ensino e aprendizagem. Dada a relevância do conteúdo dos prefácios, os professores do Estado deveriam ler e meditar sobre eles, porque seriam "o pórtico magnífico da nova cidade da instrução, que o dr. Francisco Campos construiu com tanta arte e sabedoria, assegurando ao governo do illustre presidente Antonio Carlos o reconhecimento público" (Costa, 1930, p. 115 – RE, Nº 44, abril).

Assim, na contra-mão das críticas que fez, expurgando as dificuldades na formação dos professores, no artigo o educador se detém na primeira das duas reformas ao defender as muitas conquistas que tem, paulatinamente, angariado e, como consequência, intervindo favoravelmente na execução da segunda. O fato de que o Curso Normal estivesse dividido em três ciclos, a saber, o curso de adaptação, o curso preparatório e o curso de aplicação, propiciaria que pudesse ser, no pensamento de Firmino, transformado facilmente em um curso de ensino superior para a formação de professores. Portanto, embora os moldes da reforma em andamento atendessem plenamente aos "sonhos" dele para a educação pública mineira, tidos em uma noite de febre intensa, faltava esta conquista para se realizar completamente (Costa, 1930, p.115 – RE, Nº 44, abril).

Dando continuidade à defesa dos benefícios da reforma, no artigo intitulado "*Curso de Aplicação*", o objetivo de Firmino se articula em torno da demonstração e valorização que a formação de professores foi adquirindo ao longo das sucessivas reformas em Minas Gerais. O processo de investimento e melhorias no curso normal foi imprescindível para atingir a qualidade e garanti-la na educação primária no Brasil.

O curso Normal inaugurado na capital em 4 de abril de 1928 pelo Secretário do Interior, Francisco Campos, juntamente com o Curso de Aplicação, considerado como o primeiro curso profissional de Minas Gerais, poderia ser considerado com um curso superior, dadas a amplitude e profundidade, não desmerecendo os esforços anteriores em prol da formação do professor da educação primária. Contudo, a referida formação, antes da instituição do curso, ainda era defasada em relação às exigências da educação moderna. A tônica da formação ainda era muito propedêutica e o professor chegava à sala de aula sem ter uma preparação prática e didática capaz de lhe conferir autonomia na resolução das muitas dificuldades encontradas.

No sentido de superar tais limitações e de possibilitar ao professor um tipo de atuação mais qualificada, o curso normal se organizaria em cinco cadeiras, a saber: psicologia educacional, biologia e higiene, metodologia e prática profissional, História da civilização e a História dos métodos e processos de educação. A proposta seria de que as referidas disciplinas fossem estudadas a fundo fazendo com que o professor formado pelo curso tivesse condições de compreender a mentalidade infantil, de pensar formas adequadas de ensinar todas as crianças a partir de materiais apropriados, estimulando sua criatividade e interesse. Contribuíam, assim, para que elas desenvolvessem, dentre as diversas qualidades de um bom cidadão, a de leitores incansáveis. No discurso, retoma o sentido da biblioteca.

A importância da biblioteca como uma escola permanente é retomada no artigo como forma de garantir o estudo sistemático dos professores e também para que esses fossem capazes de cultivar o hábito nos alunos. Assim, para o educador, a biblioteca ocuparia o espaço de sucessora da escola. Em suas palavras:

A escola ha de ser considerada como um estágio para a biblioteca. Esta prolonga-se por toda a vida, ao passo que aquella limita-se a poucos anos. A bibliotheca é a sucessora legitima da escola, a continuadora mais solícita da educação, a melhor companheira da existencia. Seja pequena ou grande, ella deve fazer parte do lar, freqüentada pela família, como o santuário da intelligencia. Ella nos deleita, instrue e moraliza; ella nos vae prestigiando aos poucos perante os amigos, os conterrâneos e a sociedade. Abrindo-nos o entendimento, descortinando-nos outros horizontes, alentando-nos os esforços, a bibliotheca, generalizada e utilizada que seja, transformará o Brasil, como já tem transformado varios paizes (Costa, 1930, p. 14 – RE, Nº 46, junho).

Para Firmino, aquele professor que não houvesse ainda compreendido a importância da biblioteca e adquirido o hábito de utilizá-la e que, como consequência da inaptidão, poderia até mesmo prejudicar as crianças, comprometendo, assim, o futuro da pátria, poderia ser considerado um mal professor. A exemplo de outros profissionais, o Estado jamais deveria tolerá-lo. O professor deveria estar apto para acompanhar a marcha civilizatória iniciada há mais de quatro mil anos pela humanidade através da educação. O progresso dessa marcha dependeria de esforços e de um bom curso de formação. Assim, com a inauguração do Curso Normal há dois anos, as esperanças e possibilidades do ensino primário foram renovadas e seriam promissoras de ideais e aspirações que visariam ao progresso da educação no Estado (Costa, 1930, p. 15 – RE, Nº 46, junho).

No mesmo número da revista, Firmino Costa publica quatro breves artigos com temas diversificados sobre a formação de professores, ainda que articulados entre si, na sessão chamada "*Daqui e dali*". O primeiro deles, intitulado "*A bem da reforma*", trata da importância do ensino da moral para a formação profissional dos sujeitos. Por sua vez, o ensino da moral só alcançaria êxito se fosse trabalhado por meio da socialização das experiências no ambiente escolar, visando sobretudo à constituição de uma conduta comprometida com o bem comum, isto é, com base na solidariedade. Desse modo, a escola moderna articularia a socialização, o trabalho e a solidariedade e seria a grande contribuição da escola para a formação de cidadãos capazes de servir à sociedade e à pátria.

O educador lembra aos professores que o primeiro passo para isso seria o de que eles fossem verdadeiros profissionais no exercício da profissão. Nesse sentido, ser responsável por sua formação, sobretudo depois de concluir o Curso Normal, já em atividade, seria imprescindível. Relata, assim, a riqueza da experiência daquelas professoras que estiveram em universidades norte-americanas para o aprendizado dos novos preceitos educacionais e como as respectivas práticas educativas foram enriquecidas. Para que a dinâmica fosse possível e a reforma pudesse, cada vez mais, alcançar seu êxito recomendava que novos professores pudessem se beneficiar dos estudos no exterior, como forma de "ir buscar" as novas qualidades educacionais (Costa, 1930, p. 69 – RE, Nº 46, junho).

No artigo seguinte, "*O momento educacional*", Firmino Costa investe na relevância da associação e da convivência entre professores como forma de colaboração mútua para o fortalecimento da educação no estado. A participação do professorado nesses tipos de sociedades robusteceria as práticas educativas, na medida em que as experiências educacionais poderiam ser socializadas, compartilhadas. Poderia se dar por meio de uma grande associação em nível

estadual. Tal participação também contribuiria para uma autonomia cada vez maior entre as professoras, no que diz respeito à formação e também ao enfrentamento das práticas cotidianas. Todavia, para que o movimento fosse possível, seria necessário que a direção da educação pública no Estado fosse menos política e mais técnica.

A defesa da liberdade política da escola seria condição para que a autonomia e independência fossem respeitadas, não ficando assim, sujeita aos vieses e revezes da política. Quando houvesse modificações nessa esfera, as conquistas educacionais não se veriam vulneráveis, porque articuladas e consolidadas entre os professores, através das associações. Para o educador, o Estado estaria prestes a ter condições de efetivar tal propósito desde que observasse a continuidade das reformas. Só assim, "a autonomia escolar, imprimindo ao ensino direção técnica e patriótica, poderá dar ao povo, a par da independência econômica, a coragem cívica que consolide na terra brasileira o regime soberano do direito" (Costa, 1930, p. 71 – RE, Nº 46, junho).

No artigo intitulado "*Um programa*", o educador propõe um roteiro para auxiliar aos estudantes do ensino normal, o ensino de escrituração escolar, determinado pelo artigo 285 do regulamento do referido ensino. O educador apresenta os tópicos: um sobre o ensino primário, outro sobre a matrícula, sobre a correspondência escolar, dentre muitos outros. Em seguida, formula uma série de questões relativas a cada um ele, as quais são apontadas como as mais exigidas no cotidiano dos grupos escolares. Indica também o artigo do regulamento, no qual a resposta para cada uma das questões se encontraria. Assevera que, embora acredite que tal programa de ensino facilite a vida do estudante, isso não o isentaria da leitura atenta de todo o regulamento, para se ter uma visão global e necessária do funcionamento dos grupos escolares no Estado (Costa, 1930, p. 98 RE, Nº 48, agosto).

Um problema que o professorado estaria apontando ao educador como sendo de difícil solução na nova educação seria o da disciplina dos alunos. No sentido de refletir sobre a questão, Firmino Costa escreve um artigo intitulado "*A autoridade*" por meio do qual procura demonstrar para os leitores, como a idéia de que na escola antiga havia mais disciplina do que na atual estaria equivocada. Assim, começa por apresentar uma breve história da autoridade, quando esta, em um meio de dominados e dominantes, era em tudo contrária à liberdade. Com relação à escola antiga, o que imperavam era a arbitrariedade do professor e a fórmula do "aprende ou apanha". Mesmo assim, na referida escola também havia indisciplina. Se não havia muito em algumas, era porque aqueles que podiam se evadiam.

Para o educador, a indisciplina seria causada ou pelo autoritarismo ou pela negligência do professor. Tanto num caso como no outro, o professor não seria capaz de compreender as necessidades infantis, não teria o tirocínio de planejar, para elas, o trabalho pedagógico, considerando seus interesses, nem compreenderia a exigência da cooperação entre professor e alunos com base na democracia. Quando a relação educativa partisse dessas premissas, os alunos reconheceriam a autoridade do professor e as atividades transcorreriam em completa ordem.

Mesmo tendo esclarecido a questão da disciplina e da autoridade, questões de outra ordem ocuparam a reflexão de Firmino. Ao diretor interessava saber se, tendo vivido experiências gratificantes com a autoridade e com base em relações democráticas, o aluno carregaria consigo os valores para outros lugares e atribuições políticas e sociais futuras, dada a subjetividade das maneiras com que cada um se apropriaria das referidas experiências. Ele mesmo responde à pergunta afirmando que tudo dependeria da forma com que o professor conduziria a sua sala de aula. Assim, "(...) se o professor não respeitar a personalidade do aluno, não atender às diferenças individuais, não colocar-se acima do personalismo para evitar qualquer imposição de suas idéias e crenças, por certo ser-lhe-á impossível concorrer para que o aluno seja livre e ao mesmo tempo senhor de si mesmo" (Costa, 1932, p.22 – RE, Nº 76, novembro).

Parece-nos que, em um momento de refinamento de suas preocupações, e também através de forma diferente de abordar as funções sociais do estudo e da instrução, na formação de professores, Firmino afirma, no artigo intitulado "*Pela escola activa*", que fariam parte do conjunto de características de uma boa professora, também a polidez e o tato. Ambos seriam indispensáveis para melhor compreender o meio social no qual atuaria e para aí atuar de forma mais acertada, mais habilidosa. Não bastariam os livros e o estudo para que as professoras exercessem com zelo a profissão. Seria preciso que a instrução fosse polida pelo tato, pelo bom senso, posto que a falta dessas habilidades poderiam transformar o professor em um autoritário, além de causar transtornos que dificultariam muito a fluidez das atividades educativas cotidianas no ambiente escolar.

Outro aspecto igualmente importante da nova dimensão do perfil profissional das professoras apresentado por Firmino, diz respeito ao fato de que as referidas características seriam fundamentais para que as professoras compreendessem a diferença entre a escola tradicional e a escola ativa. Isso porque essa última se sustentaria pelos princípios democráticos e, sendo assim, não poderia se submeter a atitudes autoritárias, dogmáticas, nas quais haveria o predomínio do pessoal em detrimento dos interesses coletivos. Para o educador, para ensinar bem:

Cada professora da escola ativa deve representar, em relação a ela mesma, um exemplo para ser imitado, um reclame para atrair aproximação, um fruto para alimentar o ensino. Harmonizando a técnica do ensino com a simpatia pessoal na irradiação dos novos métodos, a professora conseguirá para a escola ativa acolhimento cordial, a que esta tem todo o direito (Costa, 1932, p. 6 – RE, Nº 78, dezembro).

Para “dar conta” de ocupar o lugar, as professoras deveriam, no entender de Firmino, cultivar em si mesmas o tato e a polidez, desde o período de formação. Para isso, além da instrução e do estudo, sugere que elas fizessem diariamente uma reflexão sobre o ambiente escolar, perscrutando o interior de alunos e colegas de profissão, com o objetivo de compreendê-los melhor, com profundidade e angariando recursos para atuar ali de forma cada vez mais qualificada. E polida.

Um aspecto que a formação de professores estaria se descuidando e que seria de suma importância, tanto para a sua atividade profissional futura como para fins imediatos, seria o de ensinar a estudar. Segundo o educador, saber como se estuda não seria algo que as pessoas já nascessem sabendo ou aprendessem sozinhas, ainda que umas pudessem ser mais afeitas à atividade de estudo do que outras. O professor deveria ensinar aos alunos como se estuda, através de suas próprias experiências, isto é, como ele próprio desenvolveria a atividade para aprender e para preparar as lições. Uma outra forma seria a de ela ir, de vez em quando, à biblioteca da escola como forma de dar o exemplo e também de valorizar a presença daqueles que ali estivessem, além de dar sugestões de formas de estudo mais direcionadas.

A importância de aprender a estudar, para o educador, determinaria até mesmo o tipo de povo que o Brasil teria, posto que, o povo que não prezasse e cultivasse o conhecimento, não desenvolveria meios e recursos para realizá-lo e, assim, seria sempre refém daqueles que assim o fizesse. De acordo com ele,

Os estudantes brasileiros, talvez que, em regra, não estudam e nem sabem estudar, porque em tempo não freqüentaram a biblioteca. Por isso, não saem da escola estudiosos. A ciência caminha sempre e eles permanecem parados. As nações adiantadas avançam e o Brasil não pode acompanhá-las. Si os nossos institutos de educação, á frente dos quais as escolas normais devem colocar-se, não tomarem, desde já, o caminho do estudo, estará garantido o futuro de nosso país? (Costa, 1933, p. 6 – RE, Nº 79, janeiro).

O que poderia, no entender de Firmino Costa, alçar o nosso estado, como também o país, ao nível de progresso, a exemplo de outras nações, seria a educação. Contudo, de nada valeria se não fosse a boa formação dos professores. Em todos os textos de Firmino, identificamos a conexão com a questão da formação, oscilando entre ser um pano de fundo ou a linha de frente em seus textos. Nos artigos trabalhados neste tópico, enfatizamos aqueles nos quais essa premissa vem à tona de forma mais contundente e, alguns casos, de forma implacável. Também selecionamos aqueles em que estão mais evidentes determinados deslocamentos em suas formas de conceber a formação e a atuação dos professores.

Um primeiro deslocamento evidenciado em seus artigos seria aquele que se refere às mulheres na profissão docente. De um posicionamento claramente contrário a essa atividade, ele se adequou à irrefutabilidade da realidade. Os textos, assim, transitaram do uso predominantemente do "professor", nos relatórios, para "professora", nos artigos da revista.

Um outro deslocamento se reflete no fato de que, pode-se perceber um certo refinamento em relação aos elementos passíveis de serem formados nas professoras, para o exercício da profissão docente. Se antes a tônica estaria assentada sobre os conteúdos disciplinares, o comportamento social, cívico e moral exemplar ou ainda o tom da voz e a forma harmoniosa de dirigir os trabalhos escolares, aqui, neste ponto, se somariam preocupações, por assim dizer, mais sutis. A relevância atribuída ao tato e a polidez é exemplar desse refinamento, como também o é a defesa de que a professora não poderia assumir nenhum posicionamento político, religioso ou de alguma militância por alguma causa, como forma de comprometer a sua isenção frente às diferenças identificadas em meio aos alunos. A professora deveria pairar, dessa forma, acima de qualquer coisa que maculasse ou marcasse a atuação profissional. O lugar da professora seria, assim, um espaço desencarnado das vicissitudes sociais.

A questão da socialização dos professores, ainda que não substitua nenhum posicionamento anterior, também se instala, paulatinamente, no discurso do educador e vai adquirindo força, sobretudo quando ele se refere às formas de expressão da escola ativa. Curiosamente, o discurso ganha espaço por meio da defesa do sentido social da educação, isto é, a educação teria por objetivo primeiro a socialização do sujeito entendida como o desenvolvimento da capacidade de se comprometer moralmente com a vida em sociedade. O *lócus* privilegiado para a socialização seria a escola, desde que ensinasse a solidariedade, a colaboração, a tolerância, o otimismo, "animando o espírito de iniciativa, superpondo o interesse colectivo ao interesse individual". O educador advoga que, para isso, os professores

deveriam ser guias, servidores da sociedade para socialização das crianças e dos jovens (Costa, 1929, p. 48 – RE, Nº 36, agosto).

Os professores deveriam-se incumbir de educar por meio da socialização das crianças. Todavia, os seus próprios espaços e formas de atuação social seriam cuidadosamente determinados, enquanto a liberdade de expressão era pregada para as crianças. O trabalho do professor passa a ser, no discurso do diretor, por um lado, uma atividade profissional muito delimitada e monitorada. Por outro, torna-se um exemplo do que um profissional adequadamente formado pela escola poderia contribuir, para o progresso da nação. À medida que a atividade da criança ganha espaço na perspectiva da escola ativa, a idéia de que a educação deveria mirar o trabalho e se dar por meio da formação profissional também se robustece. E o trabalho do professor torna-se exemplar dessa perspectiva. As preparações para o ensino da História e da Instrução Moral e Cívica contribuiriam em muito com a (con) formação e com a atuação docente. No próximo tópico nos dedicaremos a este ensino, considerando que também ocupou um espaço de destaque nos escritos de Firmino, na Revista do Ensino.

4.3 O Ensino da História e da Instrução Moral e Cívica

"Os professores devem formar uma grande família, unida pelos laços da cordialidade, da confiança, da dedicação á causa comum do ensino" (Costa, 1937, p. 21).

A presença de artigos dedicados ao ensino da História Pátria e da Instrução Moral e Cívica se impõe de forma ostensiva nos escritos de Firmino publicados na revista a ponto de considerarmos necessário consagrar um tópico desse estudo para a análise deles. A questão já era cara ao educador desde os tempos de Lavras, mas, na revista, parece que a ela é atribuída uma ênfase muito maior. O que explicaria tal intensidade seria o fato de que essas disciplinas estivessem carecendo de subsídios teóricos e práticos tanto para o seu ensino, como para "consumo" dos próprios professores. Os artigos são repletos, tanto de exemplos retirados do contexto de sala de aula, como dos referenciais teóricos favoritos do educador. Firmino busca sofregamente, por meio deles, aspergir a compreensão das formas intuitivas de ensino preconizadas pela escola ativa.

Como uma primeira sugestão para o ensino da História Pátria da Instrução Moral e Cívica, o diretor apresenta o "*Calendário escolar*". Para reforçar o ensino da moral, o calendário viria recheado de pensamentos, de Platão a Kant, de Camões a B. Franklin, passando por Goethe, sempre enaltecendo a instrução, o trabalho e o estudo. A cada dia, além de um fato histórico considerado como memorável, o

calendário traria uma máxima moral para que os alunos pudessem refletir e adotá-lo como norma de vida. Como exemplo, cita o caso da divisa do grupo de Lavras, “*Educação e trabalho*”, por ele elaborada, porque seria o trabalho que mais caracterizaria o sentido da educação e essa divisa o teria acompanhado em todas as ações ali realizadas (Costa, 1929, p. 48 – RE, Nº 36, agosto).

Firmino acreditava que o ensino da moral estaria vivificado na vida cotidiana dos alunos em um movimento de superação de uma moral ultrapassada, formal, realizada apenas através de estudo das virtudes, forçando sentimentos artificiais para serem praticadas. Esse tipo de estudo, baseado apenas na idéia da moralidade, não atingiria profundamente o homem e, por isso, não seria capaz de lhe transformar verdadeiramente as atitudes. A força capaz de modificá-las e, com isso, modificar a sociedade, estaria na própria sociedade. Assim, “todo o fato que emite qualquer luz sobre a constituição da sociedade, toda a energia cujo exercício acrescenta seu esforço ao capital das energias sociais, tem uma significação moral” (Costa, 1929, p. 56 - RE, Nº 36, agosto).

À escola caberia a responsabilidade de oferecer aos indivíduos as experiências para que eles fossem capazes de contribuir para a vida em sociedade. Para isso, ela deveria representar uma vida coletiva real e, ainda,

(...) desde que os métodos empregados façam apello á actividade e á necessidade de criação que permite ao alumno exprimir-se, produzir, e não somente observar; dado que o programma seja escolhido de maneira a fornecer ao alumno uma visão clara da sociedade em que elle vive e da parte que lhe cumpre tomar ao deo desenvolvimento; supposto que estes fins sejam seguidos e que esses princípios geraes sejam observados, a escola repousa sobre uma base moral. O resto é questão entre a personalidade do mestre e a de seus alumnos (Costa, 1929, p. 57 – RE, Nº 36, agosto).

Concluindo o artigo, sintetiza que a família, a escola e a cidade deveriam propiciar uma ambiente favorável ao desenvolvimento social do cidadão, no qual os professores teriam uma importância capital, porque, além de transmitir os conteúdos instrucionais, devem ser, antes de tudo, bons modelos de socialização. Então, o calendário representaria um importante recurso didático, “orientando os professores, suggerindo ideas uteis, propondo leituras convenientes, resolvendo casos controversos”. Por isso, Firmino dedica um item, “*Edição Annual*”, para defender a adoção do calendário pelos institutos. Além dos usos didáticos, os argumentos se assentam sobre o uso dos calendários como um meio para a

propaganda do Estado e que poderiam divulgar informações estatísticas, retratos de brasileiros ilustres, informações sobre o progresso e notícias de interesse geral. De acordo com Firmino, o calendário funcionaria como “um verdadeiro almanaque (...), leve, bonito, util, gracioso, attrahente. Elle aparecerá na entrada do anno como o mais bello dos contos de boas festas. Há na Suissa um annuario nessas condições, - ‘o Almanaque Pestalozzi’” (Costa 1929, p. 55 - RE, Nº 36, agosto).

Em se tratando da educação do povo brasileiro, nada mais importante, segundo o pensamento do educador, do que o ensino adequado da História Pátria. No sentido de preparar os professores para ensinar de forma intuitiva os conteúdos da disciplina no ensino primário, propõe um percurso que, ao mesmo tempo em que atenderia ao programa, explicitaria de forma prática as possibilidades proporcionadas pelo método. Claro está que a História a qual se refere o diretor é a História do progresso da humanidade feito por heróis, através de grandes empreitadas. Mesmo assim, para ele, não levaria a nada a repetição mecânica dos conhecimentos pelos alunos para depois cair no esquecimento, sem ter produzido sequer alguma melhoria na vida deles e de seu entorno. Bastaria verificar qual o resultado da educação que preconizava há séculos a repetição dos pontos como um “papagaio”.

Para que não se incorresse nesses equívocos, metodologicamente falando, o ensino da História Pátria deveria começar pela exploração do entorno da criança considerando que seria preciso construir a noção do conhecimento histórico, ao passo que a sua vida estaria no tempo presente. Assim, primeiramente, seria necessário conhecer a vida em família e a vida da escola. Partindo desses conhecimentos, poder-se-ia, paulatinamente, ir recuando no tempo e relacionando os familiares aos formandos, professores, diretores e demais funcionários aos membros mais antigos das famílias dos alunos. A criança, por um lado, teria condições de ir compreendendo o sentido do conhecimento da História, na medida em que se sentiria inserida no estudo, isto é, o “passado (...) produziu um futuro, transformado em um bello presente” (Costa, 1930, p. 10 - RE, Nº 44, abril). Por outro, por meio dessa correlação entre o passado da escola e o delas, estaria a intenção de que os alunos fossem sensibilizados pela perspectiva da solidariedade entre os colegas e os professores ao sentirem-se parte de um conjunto de pessoas com um passado e um presente compartilhado.

Ampliando o universo dos alunos, seria importante que eles conhecessem também as atividades e as autoridades administrativas de seu município, através de visitas e excursões, conectando lugares, atividades e pessoas ao “todo geográfico” da cidade. O complexo geográfico deveria ser abordado como algo vivo, posto que se movimentaria constantemente no sentido da produção da vida

cotidiana das pessoas que ali conviviam. Por isso, a escola também deveria ser a aprendizagem do trabalho como produção da vida das pessoas, ou seja, não se poderia esquecer de que “a vida local é um laboratório de reações sociais, continuamente exposto aos olhos dos alunos” (Costa, 1930, p. 13 - RE, Nº 44, abril).

Embora a idéia da composição da “*Sala dos municípios*” tenha sido proposta nos tempos do grupo de Lavras, foi apresentada no artigo com um tom de novidade e para o objetivo de aproximação entre realidade histórica e geográfica e a vida dos alunos. Para Firmino, a escola deveria ocupar o lugar de guarda das tradições municipais, tendo por responsabilidade a recuperação da História local sempre ignorada, desconhecida, bem dizer, morta. Na condição da depositária das tradições, a referida sala deveria conter uma galeria de retratos de benfeitores locais, estaduais e nacionais, um arquivo de documentos, jornais, mapas, coleção de vistas, livros de História e de autores locais, dentre outros.

Sobre a importância dos jornais para o ensino da História e, como consequência, para a formação do cidadão, além de contribuir para o desenvolvimento intelectual e o cultivo da leitura, Firmino apresenta novamente a sua “*Aula de imprensa*” para ensinar os alunos a extrair informações relevantes a estes fins. Comparando a uma incessante lição de coisas, o jornal como meio didático teria o valor precípuo de desenvolver a capacidade de expressão dos alunos e, por intermédio da imprensa diária apreendida como um instrumento importante para o ensino da História Pátria, favoreceria uma reflexão acerca dos fatos significativos do vigor (ou da falta dele) político, social, cultural e econômico de nosso país.

A preparação das aulas de História Pátria, pelos professores, deveria contemplar todos os aspectos: partir do entorno do aluno em direção aos aspectos mais distantes, quer seja no tempo, quer seja no espaço; utilizar instrumentos concretos, tangíveis, imediatamente visíveis do funcionamento social, possibilitando a articulação entre o presente, o passado e o futuro. Deveria não perder de vista que o objetivo maior do ensino seria o de despertar o interesse e o de atribuir o devido valor ao país como forma de que cada aluno venha a cumprir seu papel junto à nossa Pátria. Segundo o diretor, o ensino primário ainda estava a exigir um bom compêndio para tornar o referido ensino mais atraente e interessante. E ele estaria trabalhando para a sua elaboração.

No artigo “*Disciplinas coordenadas*”, a problemática tratada girava em torno da reflexão sobre qual a disciplina mais importante para o ensino da moral. Em primeiro lugar o educador pondera que qualquer uma das disciplinas do programa não teriam valor em si mesmas. Valeriam na medida em que contribuíssem para a

formação do aluno, transformando-o em uma pessoa útil à sociedade e à escola cumpriria o dever de socializar o homem, por meio de todas as disciplinas. Contudo, para atender ao objetivo, algumas disciplinas teriam o fim de articular ou potencializar as demais. Todas as disciplinas, conjuntamente, concorreriam para que se fizesse dos alunos cidadãos prestimosos à pátria, sobretudo através do exercício profissional. Para o último aspecto, especificamente, concorreria a disciplina da Instrução Cívica. Assim, o programa do ensino primário estaria organizado para atender a toda gama de especificidade na formação humana, principalmente através de três disciplinas, ainda que essas fossem correlacionadas entre si:

O homem socializado, cidadão prestante, profissional operoso, são os objetivos para os quaes a escola terá de encaminhar os alumnos. Enquadra-se o primeiro na instrucção moral, o segundo, na instrucção cívica; o terceiro, nos trabalhos manuaes. Essas três matérias servem para coordenar as demais. A ellas virão ter as outras disciplinas, correlacionando-se á vista dos alumnos (Costa, 1930, p. 72 – RE, Nº 46, junho).

No artigo intitulado "*Escola Brasileira*", o diretor se preocupa com a unidade e a prosperidade nacionais a serem consolidadas por meio da educação. A disciplina da História do Brasil teria papel fundamental, na medida em que deveria tomar como referência para o estudo alguns brasileiros exemplares. Relata o caso de Luiz da Gama, negro de vida difícil, que foi pouco a pouco vencendo as lutas cotidianas para se tornar um renomado jornalista e advogado brasileiro, a despeito de tudo aquilo que conspirava contra seu intento. A História da pátria deveria valorizar as pessoas que cooperaram para o engrandecimento da nação, fossem elas brancas ou negras. Assim, seria extremamente enriquecedor que, no ensino da disciplina, fossem evidenciados os brasileiros célebres. Essa forma de conhecer nossa pátria traria, para Firmino, uma maior possibilidade de união entre os brasileiros, através da simpatia àqueles que enfrentaram grandes desafios por amor a ela, foram exemplos vivos de fortaleza espiritual e contribuíram para o progresso do país. Aproveita a oportunidade para elogiar a obra de Rocha Pombo considerado por ele como um grande historiador brasileiro, sugerindo aos professores que criassem, nas bibliotecas escolares, uma sessão dedicada à História do Brasil, e que se encimasse o nome do referido historiador (Costa, 1930, p. 46 – RE, Nº 48, agosto).

Dentre as funções mais importantes da escola normal, para Firmino, estaria a de dar educação cívica para as alunas, posto que o que mais faltaria entre nós,

brasileiros, seria um sentimento de civismo, de verdadeiro amor à pátria. Já o patriotismo, em tudo diferente do civismo, seria muito comum entre nós. Contudo, enquanto ele representaria um comprometimento com o progresso social, aquele, ainda que mobilizasse o povo em algumas circunstâncias, facilmente se degenerava em bairrismo, regionalismo e até mesmo jacobinismo. Por isso, o sentimento do patriotismo exigiria um refinamento, uma certa lapidação para se transformar em civismo. O lócus privilegiado para que fosse feito o esforço, seria a escola. À escola competiria transformar meninos com instintos patrióticos em verdadeiros cidadãos civilizados. Portanto, o civismo seria, por assim dizer, o patriotismo cultivado pela educação escolar. Daí a importância de trabalhá-lo com afinco nos cursos de formação de professoras.

Por tudo isso, o ensino do civismo deveria ser melhor organizado nas escolas, sobretudo nos cursos normais. Segundo Firmino, todos os conteúdos do programa ofereceriam oportunidades para se trabalhar com o referido conteúdo. Seria inclusive aconselhável que se realizasse campanhas cívicas tomando, por exemplo, o tema da higiene como mote. Um facilitaria a compreensão do outro, reciprocamente. O que precisaria ser feito pelas escolas e que a escola ativa já havia previsto, ao inserir a sociabilidade entre seus princípios, seria cultivar hoje o civismo nos alunos como forma de uma reabilitação política, pensando no futuro do Brasil (Costa, 1932, p. 84 –RE, Nº 77, janeiro).

Para o diretor, haveria ainda, na educação brasileira, o problema de que esta não se preocuparia convenientemente com a formação profissional dos alunos ou com a preparação para o trabalho. A escola não teria ainda condições de contribuir efetivamente para a vida econômica do país, posto que não ensinaria a estudar permanentemente e a progredir na profissão. Ainda que a escola ativa debatesse bravamente com práticas educativas em tudo superadas, o saber enciclopédico insistiria em se manter impedindo o progresso da formação técnica nas escolas, mais compatível com o desenvolvimento das ciências e das indústrias. O desequilíbrio entre o mundo do trabalho e a formação oferecida pela escola seria resultado da insuficiência do ensino técnico. Segundo o diretor:

E dahi deriva a fragilidade da vida econômica nacional, contrastando com as riquezas naturais de tão vasto território. Si houvéssemos aprendido a estudar, já teríamos expurgado essa anomalia de sermos pobres em um país rico. Convencer-nos-íamos de que bastava o ensino técnico, extensivo à agricultura e à pecuária, para normalizar a riqueza pública (Costa, 1935, p. 20 – RE, Nº 113, abril).

Segundo o juízo do educador, a educação no Brasil ainda não havia aprendido que “o trabalho não se improvisa: aprende-se e aperfeiçoa-se”. A educação no país ainda insistiria em manter universidades para os favorecidos da sorte enquanto as classes populares seguiam à mingua, amargando a ausência permanente de uma ocupação digna. Lembra que tanto o ócio quanto o excesso de trabalho são causas de penúrias espirituais, daí a importância formativa do trabalho. A escola parecia ignorar que a sua principal função seria a formação profissional ou a preparação para o trabalho. Para evitar tal estado de coisas, seria preciso que se trabalhassem as mãos e o cérebro de forma concomitante. Ao mesmo tempo em que deveria haver uma horta e uma oficina, deveria-se preocupar com o ensino do estudo, que daria condições para que cada um prosseguisse sempre progredindo na profissão escolhida.

Além do papel fundamental da escola, Firmino pondera que a cooperação deveria ser uma premissa também do organismo econômico para que a vida entre o capital e o trabalho fosse mais bem calibrada. Bastaria que se proscresse a especulação e a exploração do trabalho, formando, assim, um capital cooperativo, isso é, um “(...) capital organizador, novo, que se levanta pouco a pouco, neste momento, em todo o universo, contra o capital antigo” (Costa, 1935, p. 18 – RE, Nº 113, abril).

As concepções de Firmino Costa sobre o trabalho, sobretudo sobre a formação profissional, foram em grande parte amadurecidas, por um lado, a partir de apropriações das premissas da escola ativa, para a qual a atividade da criança seria o trabalho e a forma mais promissora de educação residiria em constituir um ambiente favorável para que a atividade característica própria da infância pudesse ser canalizada em prol do desenvolvimento pessoal e social. Por outro, a atenção constante do educador orientada para formação Moral e Cívica, tanto dos alunos como dos professores, acaba por depositar no trabalho e na formação profissional uma grande expectativa como agente transformador da nação brasileira. Mesmo o ensino da História Pátria caminharía para essa direção.

No próximo tópico deste capítulo, nos deteremos sobre as concepções de Firmino Costa acerca da escola ativa, explicitadas por meio dos artigos publicados na Revista do Ensino e de que forma elas afluem para as práticas educativas por ele propagadas em seus textos.

4.4 Do método intuitivo à escola ativa

“Pode-se considerar a socialização dos alunos como o ponto principal do programma de ensino” (Costa, 1937, p. 15).

Os textos de Firmino aqui analisados são aqueles em que, não obstante o intento permanente de o autor em contribuir para a formação de professores, pudemos apreender de forma mais inequívoca as concepções que expressariam os deslocamentos mais significativos no sentido da composição de seu pensamento educacional. Um ponto que se apresenta de forma mais clara nesses artigos é o deslocamento da ênfase no método intuitivo para a escola ativa e a articulação entre os dois conceitos. Assim, tornar-se-á cada vez mais nítido o fato de que uma escola que possa ser chamada de ativa adota o método intuitivo, porque parte das primeiras impressões da criança resultadas da interação com o mundo, por meio de atividades previamente planejadas considerando suas possibilidades de envolvimento e, sobretudo, seu interesse por elas.

Um outro deslocamento conceitual do educador também bastante expressivo refere-se ao trânsito das concepções da escola ativa tomando como ponto de partida a atividade da criança, atravessando o trabalho do aluno e do professor. Também da formação pelo e para o trabalho, culminando no conceito de educação como socialização, fruto da articulação entre escola e sociedade até alcançar a construção pessoal e social dos educandos, através de experiências educacionais que potencializem a cooperação e a solidariedade social. Aqui também observamos significativo refinamento conceitual de Firmino. As concepções constituídas a partir de leituras das idéias e obras em circulação permitiram-lhe um uso instrumental bastante abalizado de um arcabouço significativo de conhecimentos. Em outras palavras, uma adoção radical das idéias em circulação, acerca das proposições educacionais disponíveis em sua ambiência cultural.

No primeiro texto encontrado na Revista do Ensino, "*Lições Intuitivas*", Firmino Costa relata três aulas sobre quatro pontos (conteúdos por disciplina): os números romanos para o 2º ano primário; composição oral de cartas para o 3º ano, Lei de 13 de maio e o homem (corpo humano), ambos para o 4º ano. Em todos os relatos chama-nos a atenção a forma de pergunta e resposta entre professores e alunos, a busca de conexão entre o tema estudado e a realidade tangível dos alunos, seja em relação à forma material (o relógio para estudar os números romanos, o cartaz com o aparelho circulatório para o corpo humano, ou o diálogo com um amigo para a escrita da carta), seja em forma do discurso (narrando a História, mas na perspectiva de heróis e seus feitos) (Costa, 1925, p. 156, 157 - RE, Nº 1, março).

No artigo intitulado "*Os três livros*", apresenta a relação escola-natureza-sociedade de forma distinta em relação às anteriores. O nome do artigo apresenta três espaços educativos como se fossem três livros através dos quais o aluno poderia se formar. O primeiro deles seria o próprio livro. Para o educador, os alunos

deveriam sair da escola tendo como principal "amigo" os livros de leitura. A leitura deveria ser companheira perene, alimento indispensável à inteligência sem a qual o sujeito não iria muito mais longe do que aquele que nada estudou. O livro cumpriria a função de "excellente passatempo, trazendo-lhes conhecimentos úteis, afastando-os de coisas prejudiciais, preparando-os para a vida social, abrindo caminhos novos", isto é, instruir, divertir, moralizar (Costa, 1925, p. 69 e 70 – RE, Nº 3, maio).

O outro espaço seria o da natureza e poderia ser explorado através das excursões e da observação da vida das plantas, do cultivo de flores e hortaliças; dos animais, dos rios, da noite, dos astros, enfim, de toda natureza circundante e acessível aos alunos. Da mesma forma, a exploração do Museu Escolar e de seus objetos como representação da natureza, sobretudo, em seus aspectos mais inacessíveis.

O "*terceiro livro*", na metáfora de Firmino, concebido como um outro espaço de aprendizagem, se refere à sociedade e começaria pela família, sua importância no desenvolvimento sadio das crianças, que deveriam crescer sob o olhar atento e carinhoso dos pais. A família é concebida pelo autor como uma pequena sociedade que deve ter por principal finalidade a proteção das crianças. Em segundo lugar, como um segundo capítulo do terceiro livro, estaria a escola, cuja responsabilidade residira na ampliação do universo familiar pela proposição de atividades socializadoras de hábitos, condutas e formas de se relacionar em um grupo social maior com o objetivo de corrigir "(...) os defeitos e apurando o procedimento a fim de que possam tornar-se mais tarde, bons elementos sociais". Apresenta um conceito de educação, sem mencionar a referência, segundo o qual esta seria "a socialização do indivíduo e toda a sua maneira de encarar e utilizar a vida" (Costa, 1925, p. 69 e 70 – RE, Nº 3, maio). Para o autor, os três livros representam o estudo, a natureza e a sociedade. Estes três aspectos concorreriam para que o sujeito fosse capaz de ser sempre um estudioso, amante da leitura, por isso mesmo, admirador e respeitador da natureza e, por fim, um cidadão prestimoso, porque teria aprendido na escola a prezar a sociedade, contribuindo assim, para o seu engrandecimento.

O artigo "*Organização da classe*" já havia sido parcialmente desenvolvido no relatório do ano de 1917. A idéia central dos textos da Revista e do relatório coincide na medida em que ambos defendiam que, para que houvesse uma boa disciplina, os alunos precisariam conhecer o funcionamento da "máquina" escolar e quais as normas e comportamentos ali aceitáveis. Todavia, enquanto no relatório há uma lista de apenas dezoito orientações, no artigo da revista há uma ampliação para trinta. As orientações também parecem se dirigir para públicos diferentes.

Enquanto no relatório elas se dirigiriam aos professores, utilizando o verbo no modo imperativo, tais como “explique-se, recomende-se, previna, considere”, no artigo parecem ser direcionados diretamente aos alunos, como se fosse um relato de uma aula dada para as crianças e as frases começam com substantivos em tom de advertência, tais como “pontualidade, proibição, coleguismo, cuidado, atenção, organização”, dentre outros. Neste número da revista foram publicadas três fotos do grupo escolar de Lavras: uma do gabinete dentário, outra do interior da biblioteca e uma da fachada da biblioteca e do museu¹⁰ (Costa, 1925, p. 92 e 93 – RE, Nº 4, junho).

Neste mesmo número da revista, há um artigo sem assinatura no qual o trabalho de Firmino Costa, na condição de diretor do grupo de Lavras é apresentado em termos bastante elogiosos, reconhecendo o diretor como um grande educador. O referido artigo traz em detalhes a organização do grupo, sessões, cursos e atividades de forma muito semelhante aos dados coligidos no último relatório, de 1918, ao qual tivemos acesso. O autor reconhece e reafirma o caráter modelar da educação desenvolvida no grupo. Algumas máximas de Firmino Costa que estariam colocadas nas paredes do grupo são repetidas, tais como “Toda a despesa feita em nome da hygiene é uma economia” e “A instrução do povo é a libertação do povo”.

Se é verdade que a Revista do Ensino tinha como público-alvo os professores do estado, também o era que, através da leitura, por eles, outros públicos-alvos poderiam ser acertados. É o caso do texto intitulado “*Saudação às crianças*” através do qual pode-se apreender, por um lado, a divulgação da concepção de infância do educador, mirando a formação dos professores. Por outro, o artigo é também uma mensagem direcionada às próprias crianças, isto é, poderia ser lida pelos professores na sala de aula.

Comparando o dia de Colombo e o sonho de descobrir um novo continente com os sonhos das crianças e as coisas maravilhosas que ainda haveriam de vir, o diretor técnico da Escola de Aperfeiçoamento considerava que a criança se assemelharia a um ser angelical, “vindo de regiões encantadas” e que agora poderia contar com uma educação capaz de acolher seus sonhos e as suas necessidades mais sublimes. A escola seria o lugar capaz de dar continuidade aos encantos do lar, ao carinho e atenção, uma vez que, nos tempos modernos,

(...) os pais nem sempre dispõem de tempo para se entregar inteiramente a vós, a acção publica e a iniciativa particular levantaram os bellos templos da instrucção, que se chama escolas

¹⁰ De acordo com Souza (2001), nos primeiros números da Revista do Ensino, as fotografias

e grupos escolares. Vide que professoras e professores, qual delles mais dedicado, vos acolhem de braços abertos, na anciã admirável de fazer florir e fructificar as esperanças semeadas em vossos corações (Costa, 1927, p. 518 – RE, Nº 23, outubro).

Certamente que o tom do discurso, ao mesmo tempo solene e afetuoso, devia-se à data comemorativa. Mas o conteúdo do texto gira em torno da importância da instrução para formar profissionais cientes dos deveres da vida social, através do trabalho educativo: exigência para todas as crianças, por mais pobres que sejam. Conclui saudando as crianças pela data, reafirmando que seriam a esperança para um tempo de fraternidade entre os homens, “trazida pelos anjos do Senhor” (Costa, 1927, p. 518 – RE, Nº 23, outubro).

No texto intitulado “*Lições de Português*”, Firmino Costa trata de conteúdos gramaticais, dentre eles o infinitivo dos verbos e os verbos pronominais. Para cada caso do referido conteúdo, cita exemplos extraídos de textos da literatura clássica brasileira, portuguesa e francesa, de Manoel Bernardes e Rui Barbosa, Camões e Castilho, respectivamente. A forma de tratamento didático do conteúdo trabalhado, a análise contextualizada nas obras, teria coerência no fato de que para ele, a língua deveria ser ensinada em seu uso, ou seja, na leitura, na escrita ou na própria linguagem falada.

Algumas páginas à frente, no mesmo número da revista, há uma transcrição de aula de práticas escolares, cujos assuntos se relacionam a diversas tópicas do ensino da leitura, como os livros, a exclusão do ensino da gramática fora do texto do programa primário, a frequência à biblioteca, e outros temas afins. Firmino discorre sobre cada um de modo prescritivo, instruindo a forma com que deveriam ser ensinados na escola. Chama-nos a atenção o fato de que ele defenda categoricamente que o ensino da gramática não deveria ser ensinado na escola primária, recomendado somente para os anos mais adiantados, enquanto que, no regulamento do referido ensino, o mesmo está claramente prescrito. Seu argumento assenta-se na observação de que se pode aprender a língua de forma prática, em uso, sem o estudo da gramática, porque “a maioria do povo fala a linguagem sem conhecer a gramática” (Costa, 1928, p. 77 – RE, Nº 26, outubro).

O primeiro artigo da revista do mês seguinte é de autoria de Firmino Costa e foi dividido em três partes, intituladas “*A escola*”, “*A professora*” e “*O menino*”, respectivamente. Na primeira, o autor compara a escola moderna a mais extraordinária oficina, na qual o aluno é a matéria prima, o professor o oficial e a

atividade a eficiência, seu funcionamento. O trabalho metódico e perseverante aí realizado seria o próprio ensino. De acordo com suas palavras,

Na officina o trabalho, na escola, o ensino: são expressões correspondentes. Trabalho é o termo popular para exprimir ensino activo, intuitivo ou experimental. Pelo trabalho pessoal do alumno, fazendo que elle aprenda mediante o próprio esforço, tal o verdadeiro meio de ensinar. O mestre dirige a actividade do alumno, e o trabalho deste, nas experiências que effectiva, constitue para a vida o melhor apprendizado (Costa, 1928, p. 27 – RE, N 4º, novembro).

Em sua “moderna” concepção de escola, o ambiente escolar seria comparado ao ambiente da oficina e o método seria a ferramenta capaz de conduzir o aluno ao aprendizado, isto é, aquele que viabilizaria o produto final da escola: a educação do menino.

Embora o artigo intitulado “*Organização da classe*” tenha o mesmo nome do que aquele publicado no número 4, de junho de 1925, e o conteúdo seja semelhante, ainda que mais detalhado e aprofundado nas prescrições para a organização cotidiana, traz novos dados que mostram os desdobramentos das concepções de Firmino Costa. Dentre eles, o fato de que a proposição sobre a “disciplina”, a ser ministrada na primeira semana de aula, chamada “*Organização da classe*”, apresentada pela primeira vez no relatório de 1917, passou a ser, a partir da Reforma de 1925, uma prescrição legal, expressa através do artigo 311 do regulamento¹¹, conforme ele mesmo fez referência. Mas este não é um caso isolado. Diversas práticas cotidianas que o educador implementou no grupo de Lavras tornaram-se diretivas legais, sobretudo a partir de 1925 e também foram apropriadas pelo discurso dos escolanovistas.

Além deste fato, outros aspectos do artigo são reveladores das formas como as concepções iniciais do educador sobre a educação vão se aprofundando e ganhando outros matizes. Observamos que, no programa de organização da classe aparece o subtítulo “*Classificação*” e, sob ele, o primeiro item é “Formular classe homogênea segundo o desenvolvimento mental dos alunos”. Essa assertiva nos sinaliza que, a par das novas práticas educativas, a adoção dos testes como forma de classificação dos alunos não passou despercebida às preocupações de Firmino Costa. Ainda que em seus escritos, sobretudo nos relatórios do grupo, ele tenha se detido algumas vezes nos exames escolares, foi a primeira vez que a questão da seleção e classificação, para além do aproveitamento visando à promoção do aluno,

apareceu de forma destacada em seus escritos (Costa, 1928, p. 6 – RE, Nº 28, novembro).

O entendimento que Firmino tinha sobre a participação do aluno tratava-se de uma participação e de uma atividade controladas pelos dispositivos educacionais, que ocupavam paulatinamente cada milímetro da vida escolar dos alunos e dos professores, e até mesmo da família. Se tomarmos as configurações educacionais posteriores nas quais a idéia da disciplina, da liberdade e da atividade adquire um viés de análise mais semelhante às atuais, a percepção do movimento torna-se restrita e monolítica. A análise torna-se mais profícua, se, ao contrário, tomarmos a desorganização predominante nas formas escolares anteriores como parâmetro para entendermos melhor o movimento de estruturação que cada uma das prescrições significava na nova organização escolar. Tratava-se de construir algo novo, ocupar um espaço até então pouco explorado: o espaço escolar. Assim considerando, além da desorganização da educação pública, ainda presente naquele momento, e os castigos, as punições, a passividade imposta aos alunos e o monólogo dos professores nas aulas conforme aponta o próprio Firmino num artigo de fevereiro de 1929, a sua forma de educar parece, de fato, bem mais moderna e participativa.

No artigo “*O Ensino da leitura*” o autor apresenta três aspectos basilares de sua concepção sobre o assunto. No primeiro deles está que as principais conquistas da humanidade foram transmitidas pelos livros, daí a suma importância para o processo. No segundo, como objetivo máximo da educação popular, a leitura deveria ter um valor pragmático na vida da pessoa, “não basta ensinar a ler. Isso seria simples instrução, nada mais do que uma ferramenta, cujo valor depende do seu acertado emprego”. Mais que isso, seria preciso “ensinar o povo a ler para que elle tire da leitura o maximo proveito social e econômico” (Costa, 1929, p. 43 – RE, Nº 29, janeiro). E, o último deles, mas não menos importante, se refere ao papel da professora no ensino da leitura, como não poderia deixar de ser: seria preciso que ela própria fosse um exemplo de boa leitora e, acima de tudo, que amasse os livros, pois não se poderia ensinar verdadeiramente algo que não se ama.

No mesmo artigo há um item intitulado “*Lembrando principios*” no qual Firmino, através de dez tópicos, relembra algumas das constantes referências teóricas sobre o ensino e aprendizagem da leitura, como Pestalozzi, Buisson e Gabriel Compayré. Entretanto, ainda que faça a citação entre aspas e não insira o respectivo autor, o primeiro deles nos revela que a permanência da formulação acerca da psicologia da aprendizagem fundamentava as propostas metodológicas para o referido ensino desde a época da publicação dos relatórios. Ele assevera que

¹¹ Artigo 311 do Regulamento do Ensino primário de 1925 (Mourão, 1962).

“Em seu evoluer para a civilização, a mente avançou do concreto para o abstracto, do todo para as partes, do particular para o geral, do próximo para o remoto, do fácil para o difícil, do conhecido para o desconhecido” (Costa, 1929, p. 43 – RE, Nº 29, janeiro).

Tomando essas orientações teóricas como bases para a prática educativa, o ensino da leitura deveria acontecer concomitantemente ao da escrita e ao da linguagem oral e deveria se dar a partir do que era próximo dos alunos e poderia despertar o interesse deles. As professoras, novamente, teriam um papel fundamental. Assim, poderia se começar pela sala de aula, seu mobiliário, pela expressão dos pensamentos dos alunos sobre o assunto em direção a sucessivas ampliações. A sala de aula deveria ser precisamente o tema do primeiro centro de interesse. A essa forma de ensino Firmino Costa chamou de “*Proposição Elíptica*”, isto é, o procedimento de iniciar o estudo a partir de um conjunto de objetos e respectivos nomes escritos e afixados em cada um deles, provocando o surgimento de outras palavras afins através de um sistema de associação de idéias até a composição de frases e, posteriormente, pequenos textos.

Sempre prelecionando que se utilizasse o alfabeto manuscrito maiúsculo e minúsculo para a escrita com letra vertical, o autor propõe dez aulas que obedecem mais ou menos a seguinte lógica: a leitura de uma palavra, depois a de palavras dela derivadas, depois de algumas frases e, concomitantemente, a escrita no quadro, a escrita nas fichas e a cópia nos cadernos. Por exemplo: porta–portal, vidro-vidraça, tinta-tinteiro. Depois: A porta está no portal. A tinta está no tinteiro. E assim sucessivamente até que o conjunto de frases se tornasse uma composição ou pudesse ser considerado como um texto.

Segundo Firmino Costa, esta forma de ensino estaria em tudo afinada com a intuição do aluno, posto que partiria da curiosidade pelas coisas que o rodeava, que estariam próximas e caminhariam em direção à ampliação dos conhecimentos sociais. Contudo, o professor também poderia provocar o estudo de novos assuntos através de gravuras e desenhos estimulantes. Para ele, em função dessa metodologia circular, o ensino da leitura nos primeiros anos seria “mecânico”, isto é, os alunos leriam a linguagem escrita daquilo cujo sentido eles já conheciam através do uso na linguagem oral. Seria imprescindível também desenvolver a linguagem oral nos alunos, por isso o ensino da leitura deveria começar pela fala. Assim, na medida em que se elevaria a qualidade da fala, da expressão oral dos alunos, se poderia ter um ensino de leitura e de escrita de melhor qualidade. Segundo o educador, o processo estaria em consonância com as prescrições teóricas dos autores da educação ativa.

Sobre o uso da cartilha para a aprendizagem da leitura e da escrita, o autor considerava-a ainda imprescindível e que, ao menos naquele momento, a melhor delas seria a do Sr. Mariano de Oliveira. Todavia, como que se defendendo de antemão de alguma possível contradição entre esta e as suas próprias proposições, não perdeu a oportunidade de reiterar que a melhor cartilha seria aquela construída cotidianamente pela professora com seus alunos, através dos interesses deles e, sobretudo, pela articulação entre elas, os conteúdos escolares das demais disciplinas do programa e o ensino da leitura e da escrita. Para o educador, isto seria a maior expressão da adoção do método intuitivo (Costa, 1929, p. 55 – RE, Nº 29, janeiro).

No artigo intitulado “*O livro de leitura*” Firmino Costa retoma argumentos anteriormente apresentados tanto em seus relatórios, como no livro “*Ensino Popular: varios escriptos*” (1913), segundo os quais, o bom livro de leitura para a escola deveria ser aquele que traria em si valores morais através de ensinamentos edificantes para a humanidade, uma vez que representaria o primeiro alimento intelectual da criança. Além disso, seria através dele que adquiriria um dos mais importantes hábitos: o do prazer da leitura. Contudo, não obstante essa constatação e exigência, a escola ainda preferiria optar pela conhecida seleta, isto é, “obra fragmentada (...). Verdadeira miscellanea, mais ou menos engenhosa, a seleta é livro de leituras e não propriamente de leitura” (Costa, 1929, p. 30 – RE, Nº 31, março).

Bem ao contrário, o diretor assevera que o livro de leitura tem que ser do interesse da criança, bonito, correto, claro, atraente e, sobretudo, transmissor de bons pensamentos e ensinamentos de valor. A título de exemplo, relata um caso da Dinamarca, no qual os alunos do meio rural esperavam ansiosamente pela chegada de uma revista do interesse deles. E, bons leitores que se tornaram, eram capazes de compreender as exigências próprias do mercado internacional com relação à produção interna ainda que vivessem no campo. Assim, mais do que alfabetizados, eram capazes de utilizar os conhecimentos adquiridos na escola, para o progresso próprio e do país. Não adiantaria nada alfabetizar os alunos sem que eles adquirissem o hábito de leitura, “assim como serão vadios aqueles que sabem trabalhar, porém não trabalham”, seriam analfabetos aqueles que aprendessem a ler, mas não adquirissem o hábito da leitura (Costa, 1929, p. 32 –RE, Nº 31, março).

Ao processo, qual seja o de adotar procedimentos pragmáticos para o ensino da leitura a partir de função social, Firmino chamava de utilitarismo inteligente. De acordo com o educador, esse processo também havia sido aplicado no Grupo Escolar de Lavras, atualmente sob a direção de Orozimbo Herculano de Mello, no

qual foram implantados diversos mecanismos de estímulo ao hábito da leitura, tais como uma biblioteca de mais de mil e quinhentos volumes e jornais diversos, além de uma oficina de trabalho de cartonagem aproximado a formação para o trabalho com a formação do hábito de ler. A biblioteca seria, para ele, por assim dizer, “a sucessora legítima da escola, a continuadora do ensino, a escola do futuro, sem a qual perder-se ia com o tempo quase toda a instrução adquirida no curso primário”. Desse modo, a biblioteca seria um dos locais privilegiados para um ensino da leitura que fosse colado às exigências cotidianas, a partir de usos sociais (Costa, 1929, p. 32 – RE, Nº 31, março).

Ainda como estímulo ao hábito da leitura, Firmino defende a criação dos *clubs* de leitura para os alunos do terceiro e quarto anos, previstos pelo regulamento do ensino e a criação da biblioteca infantil. Os doze títulos aqui indicados para a composição da referida biblioteca são os já citados no relatório escolar do ano 1918. Por fim, ressalta o papel da professora na formação do hábito de leitura nos alunos. Segundo ele, a professora deveria ser uma narradora de contos e recitadora de poesias, sendo necessário que ela escolhesse, dentre os melhores, aqueles que poderiam agradar melhor a determinadas idades, compondo, dessa forma, uma coleção de obras apropriadas para cada ano: “contos pequenos e graciosos para os dois primeiros anos, contos maiores e atraentes para os dois anos últimos” (Costa, 1929, p. 34 – RE, Nº 31, março).

Firmino relata, ainda, no artigo, que havia sido convidado a escrever uma coleção de livros infantis em colaboração com um grande escritor brasileiro¹². Não se julgando em condições de aceitar tal convite, apenas escreveu um artigo a esse respeito. Entretanto, não se furtou a listar algumas idéias e assuntos por meio dos quais uma coleção de leitura poderia ser organizada. São elas: “o livro da criança, o livro da cidade, o livro da natureza, o livro do trabalho, o livro do patriotismo, o livro da educação” (Costa, 1929, p. 35 – RE, Nº 31, março). O interessante a observar nesse conjunto de assuntos listado pelo autor é que parecem sintetizar, de fato, os grandes focos de sua atenção, recorrentes em praticamente toda a sua trajetória de pensador e de escritor.

No artigo intitulado “*O cultivo da atenção*”, de abril de 1929, o educador aborda a importância da atenção no processo educativo e suas implicações atravessando toda a escola, desde a preparação da aula pelos professores, até a organização do cotidiano escolar. Para ele, a capacidade de cultivar a atenção nos alunos seria um dos mais importantes critérios para avaliar a capacidade profissional dos professores. Novas formas de cultivar a atenção baseadas na forma

¹² Não tivemos meios de descobrir quem poderia ter feito esse convite. O artigo ao qual ele se refere é o da Revista do Ensino, número 30, de janeiro de 1929, p. 47.

de falar, na severidade do olhar, nos gestos, no posicionamento e na movimentação adequados nas salas de aula teriam suplantado as formas anteriores, baseadas predominantemente nos castigos físicos, no monólogo e no imobilismo calcificado da sala de aula. Todavia, o educador alerta que seria preciso, ainda, um estudo aprofundado acerca da atenção, pelos professores, com o objetivo de resolver um dos mais graves problemas da escola, qual seja, o da dedicação dos alunos aos estudos.

Prosseguindo a linha de pensamento, o autor passa a articular diversos conceitos sobre atenção recorrendo a autores, como G. Compayré e G. Richard, para explicitar a sua própria concepção, segundo a qual a atenção nasce sobre uma ação produzida sobre os sentidos que, devido ao interesse do sujeito, provocaria a percepção, que consistiria precisamente em uma nova ação mental. Por sua vez, ao interagir com as representações mentais já existentes, anteriores, as modifica. Contudo, para que o processo fosse desencadeado, haveria a necessidade de observar quatro princípios. Primeiro, seria necessário estimular aquilo que, no caso, as crianças já conheciam sobre determinado assunto; segundo, seria necessário estimular a associação entre o já conhecido e o que estava em questão; terceiro, seria preciso que os novos conhecimentos fossem organizados e apresentados de forma gradativa, isto é, com noções intermediárias, através de esclarecimentos sucessivos e, por último, a observação de que, entre uma atividade e outra que exija atenção, seria necessário um tempo de descanso.

Perpassa as concepções do educador a idéia de que a atenção deveria ser cultivada. Para que esta fosse uma realidade nas escolas, seria preciso um investimento dos professores, no sentido de cultivá-la todos os dias, desde cedo nas escolas. Seria preciso despertar o interesse nos alunos, porta de entrada de todo novo conhecimento, uma vez que seriam naturalmente instáveis, inquietos, sempre em movimento, como expressão, inclusive, das características do seu próprio corpo em processo de desenvolvimento. Assim, seria preciso que o professorado tomasse consciência das implicações pedagógicas da atenção para que sua ação educativa fosse de fato eficiente.

No sentido de contribuir para essa conscientização, Firmino apresenta sete preceitos, extraídos das suas referências teóricas preferidas, dentre as quais, Gaston Richard e Willian James (1842 - 1910), através dos quais a educação, o ensino e a Pedagogia aparecem de forma estreitamente conectados aos aspectos psicológicos da atenção. No último deles, sem referência, ele cita "Podem tornar a atenção mais eficaz na vida escolar: a personalidade do mestre, o methodo de ensino, a organização da escola e a disciplina" (Costa, 1929, p. 38 - RE, Nº 32,

abril). Dizendo isso, antecipa que se deterá em cada um dos quatro pontos, devido à relevância e sobre os quais tecerá algumas considerações.

Em relação ao primeiro ponto, assevera que a personalidade do professor influiria sobremaneira na conquista da atenção dos alunos. A título de exemplo, narra um pouco da vida do professor americano Dr. Samuel Gammon o qual teria exercido uma positiva influência na formação de Firmino à época de Lavras. Exemplo de civilidade, amor à pátria brasileira e dedicação ao trabalho e, de modo especial, à educação.

Continuando as considerações, parte para o segundo ponto, no qual apresenta a defesa sobre o método intuitivo sustentando que ativaria a atenção do aluno, sem, contudo, fatigá-la. O referido método propiciaria a atenção dos alunos na medida em que se estruturaria por meio de hábitos metódicos de trabalho em estreita consonância com os interesses da classe e com a necessidade de movimentação das crianças. Entretanto, pondera que o fato de que em alguns lugares a adoção do método não tenha sido muito proveitosa se deveria à ausência de compreensão dos professores sobre o mesmo. Além da pouca preparação para a execução dos programas e para o planejamento das aulas.

Com relação à organização da classe, o autor defende que o essencial seria a homogeneidade da mesma, a pontualidade e a higiene dos alunos, o livro de leitura e o aspecto da sala de aula. Sobre os dois últimos, que sejam considerados os aspectos da aparência atrativa e ornamentada. São esses os aspectos fundamentais da organização que favoreceriam a atenção nos alunos com ênfase para o primeiro deles. Para o educador, uma classe de aula com alunos em níveis distintos de capacidade de aprendizagens prejudicaria o desenvolvimento de todos, pois ao mesmo tempo em que evidenciaria os mais bem dotados, colocaria na penumbra ou no esquecimento os outros. No sentido de evitar esse tipo de incoerência, seria necessário que as classes tivessem formatações diferentes. De acordo com ele,

As diferentes classes não podem ter equal effectivo. Segundo o desenvolvimento mental, os alumnos são divididos por um pedagoga em quatro categorias: *anormaes, fracos, normaes, bem dotados*. A primeira classe não deve exceder de vinte alumnos; a dos fracos, trinta e dois; a dos normaes, quarenta; a dos bem dotados, quarenta e cinco. A frequência excessiva, prejudicando em muito a qualidade do ensino, é uma grave falha pedagógica que está a pedir correctivo (Costa, abril de 1929, p. 36 - RE, Nº 32, *grifos do autor*).

Um dos últimos aspectos da “atenção” apresentados pelo educador, mas não menos importante, refere-se à questão da memória, fundamental em qualquer processo educacional. Ele afirma que a atenção, como uma das formas mais elevadas da força de vontade, favoreceria a constituição da memória. Uma pessoa que passasse pela vida sem deter a sua atenção naquilo que acontece à sua volta se tornaria uma pessoa pobre, espiritualmente falando, sem recursos na memória, sem lembranças capazes de contribuir para a inteligência, para as diversas atividades da vida. Ou seja, o processo de aprendizagem teria sido, de alguma forma, ineficaz se não tivesse sido capaz de angariar recursos para a constituição de um arcabouço de lembranças das experiências do passado do indivíduo, posto a serviço de seu presente. Nesse sentido, “a memória é a conservadora da atenção do passado. O que se observou com toda a atenção fica bem guardado na lembrança. A pessoa distraída torna-se pobre de recordações” (Costa, 1929, p. 37 – RE, Nº 32, abril).

No primeiro artigo dedicado exclusivamente ao método intuitivo, com o mesmo título, Firmino apresenta as concepções sobre o referido método de forma muito semelhante às daquelas da época do grupo escolar. Sempre procurando referendar suas concepções pela prática educativa consolidada por meio de sua experiência de educador e sempre apresentando-as em contraposição aos métodos (ou à falta deles) presentes na educação antiga, antes das reformas. Contudo, ainda que a mesma forma esteja presente, parece que os exemplos ficaram esmaecidos, distantes. Neste artigo observamos, particularmente, certo distanciamento das práticas educativas referentes ao ensino primário, visível através das retomadas dos exemplos do tempo do grupo, alguns deles, já citados anteriormente nos relatórios. As referências aos autores que ele recorre para enobrecer seus argumentos parece ganhar uma saliência maior do que nos escritos anteriores, o que acaba por lhes emprestar um cunho mais teórico. O efeito parece ter sido causado pelo deslocamento da atividade profissional do educador, já há alguns anos como diretor do Curso de Aplicação. Antes estava ali, no embate cotidiano das práticas de ensino, mesmo na condição de diretor do grupo. Agora, estava distante do grupo, na direção de um curso cujos alunos eram adultos e a questão seria a de ensiná-los a ensinar.

Seja como for, na introdução ele utiliza uma forma de escrita muito comum em seus textos, sobretudo nos artigos das revistas: a listagem de tópicos elaborados com base nas referências teóricas dos autores por ele adotados, tais como Comenius, Rousseau, Pestalozzi, Montessori, Dewey, dentre outros. Através da adoção destes preceitos, dezoito no caso do artigo, ele sintetiza as suas próprias concepções acerca do método intuitivo e evidencia o fato de que, ainda que

articulem posicionamentos teóricos de matizes diversos, alguns deles preponderam em seu discurso. É o caso de Pestalozzi, Richard e Dewey. O autor recorre ao primeiro para fazer a defesa incondicional do método intuitivo como princípio absoluto de todo o conhecimento, a ser constituído pelas crianças. O segundo é chamado para afiançar a inseparabilidade entre teoria e prática como característica principal dos métodos ativos. O método intuitivo seria o principal deles. Ainda com esse autor, ele acusa a escolástica como a responsável pela herança aquilatada como a separação entre a vida do estudo e o estudo da vida presente ainda nas escolas de Minas. Por fim, convida Dewey para afirmar que, não obstante a incomensurável importância dos livros, um dos maiores erros da "educação antiga" é o de querer educar exclusivamente por meio deles, desconsiderando toda a contribuição possibilitada pela observação e a atividade da natureza e da vida, respectivamente.

Em outro princípio, ainda recorre a Dewey, embora não faça uma referência direta ao autor, para apresentar talvez aquela que seria, em nossa opinião, uma de suas sínteses mais acabadas e também mais atualizada sobre o referido método:

O methodo intuitivo mantem a actividade dos alumnos, que desde logo se fazem collaborators se sua própria educação. O professor não se interpõe constantemente entre elles e o objeto de estudo. Proporciona-lhes o necessário ensejo e permite-lhes que satisfaçam a sua criatividade. Torna o ensino experimental, fazendo que os alumnos falem, escrevam, desenhem, modelem, inventem, trabalhem (Costa, 1929, p. 38 – RE, Nº 33, maio).

O tema da educação realizada por meio do ensino experimental será retomado mais à frente, para falar da educação na escola-oficina. Antes disso, o autor recorre às experiências educacionais do grupo de Lavras para demonstrar como deve ser uma sede escolar coerente com as necessidades do método intuitivo. Segundo as lembranças, a sede do grupo se alarga por todo o entorno vizinho, alcançando os diversos espaços sociais e geográficos do município. Para que o espaço seja adequadamente explorado e desperte o interesse nas crianças, é necessário que a professora conheça bem a sede da escola e todos os lugares aos quais deverá visitar com os alunos. Também deveria elaborar um minucioso plano de excursões de maneira que não fossem improvisadas e sem sentido para as crianças. Um dos objetivos precípuos das excursões seria o de combater a inatividade dos alunos, que eram obrigados a permanecerem, por grande tempo, assentados, quietos e calados, atitudes em tudo contrárias à própria natureza e às necessidades de desenvolvimento. Nem sempre a escola ofereceria as condições

para se trabalhar adequadamente com o método intuitivo, o que justificaria a busca de outros recursos e instrumentos para além dos muros escolares.

Preocupado com os recursos para fazer acontecer o método intuitivo nas escolas, Firmino passa a arrolar estratégias pedagógicas possibilitadas pelas materialidades constituintes do espaço escolar. Assim, tanto têm importância aquelas que foram re-significadas da escola antiga, como o quadro de giz, as ardósias para a escrita individual, como também os novos espaços re-instituídos, como o Museu Escolar e a Biblioteca, mas principalmente, a grande novidade representada pelo cinema na escola. Contudo, o autor expressa sua opinião, segundo a qual, em função do rico potencial intuitivo proporcionado pelo uso das ardósias individuais, é contra sua proibição regulamentar.

Ainda na perspectiva de oferecer formas para viabilizar a realização do referido método pelas professoras, o educador apresenta um rol de experiências que poderiam ser realizadas para cada um dos componentes curriculares do programa de ensino, recorrendo, mais uma vez, às experiências vividas no grupo escolar. A intenção do autor parece ser a de mostrar como é possível desvencilhar-se das armadilhas de um ensino que tenha como suporte apenas os livros e a fala dos professores e seu texto é pródigo em apresentar, em forma de testemunho, atividades intuitivas que funcionaram no cotidiano escolar do grupo de Lavras. A capacidade de articulação entre os conteúdos das disciplinas escolares e a respectiva forma intuitiva de ser ensinada converge, no texto de Firmino, para reforçar aquilo que ele chama de escola-oficina, uma escola que seja de fato ativa, que seja uma "escola do trabalho". Esta escola seria a única capaz de conciliar o sistema simultâneo com a atividade individual do aluno além de manter seu interesse, combater todo tipo de trabalho pedagógico no ensino primário que fosse verbal e livresco e, como consequência, também a indisciplina, a infreqüência, o desânimo entre professores e alunos e a descrença na educação. Assim, uma escola só poderia ser ativa se fosse adotado o método intuitivo.

No artigo intitulado "*Os trabalhos da Classe*", Firmino Costa apresenta uma idéia sua, de certo modo, original, que não havia sido apresentada em nenhum de seus escritos por nós analisados. No referido artigo, o educador aborda a temática dos trabalhos escolares do ponto de vista pedagógico e também na perspectiva dos regulamentos. No primeiro caso, reflete sobre a importância de que os trabalhos propostos tenham sentido para os alunos, isto é, que eles compreendam a utilidade da realização de cada uma das tarefas, não fazendo deles uma obrigação enfadonha, forçada, árdua e apenas para cumprir uma ordem. Para evitar esse tipo de coisa, seria importante que os professores dessem mais valor às atividades realizadas pelos alunos, pois, depois de serem apreciadas pelos professores,

geralmente essas eram transformadas em um número e caíam no esquecimento. Diríamos, em linguagem atual, que elas seriam descartáveis, ou seja, só teriam a utilidade de se transformarem em uma nota, visando à promoção (ou à reprovação) dos alunos. Portanto, depois do processo de correção e quantificação, o destino de alguns dos trabalhos seria o arquivamento, (ou o lixo) como orientaria a legislação vigente do Ensino Normal.

No segundo caso, ao assumir uma função meramente administrativa e, ao mesmo tempo, insípida do ponto de vista da aprendizagem, os trabalhos perderiam a função eminentemente didática. Para combater tal problemática, o educador advoga que seria necessário que os trabalhos das alunas tivessem um fim tangível e visível para elas como forma de atestar a utilidade das atividades realizadas. Sugere que tanto os professores como o próprio diretor deveriam acompanhar o progresso do aluno através do diálogo, tomando por base os trabalhos realizados ao longo de todo o curso, para só então serem arquivados. Assim, os trabalhos tornar-se-iam vivos, posto que não seriam automaticamente arquivados sem que as análises realizadas agissem como testemunhas do progresso de cada um aluno. Cita, a título de exemplo, o caso de quando foi o diretor do colégio de Barbacena, segundo o qual, teria colocado uma mesa em sua sala feita por um aluno do curso de marcenaria e como esse fato teria estimulado positivamente o mesmo ao sentir-se valorizado, na medida em que o foi a sua produção, fruto de trabalhos escolares. Conclui o texto recomendando que cumpriria “colher bem o trabalho de cada dia, arquivá-lo convenientemente, aproveitá-lo para o bem da classe e dar-lhe o merecimento que elle tem. Equipara-se ao deposito de valores em um banco: são economias que se devem conservar e desenvolver” (Costa, 1930, p. 28 – RE, Nº 42, fevereiro).

A questão da escola concebida como uma oficina na qual cada instrumento é comparado aos elementos escolares é novamente retomada no artigo de março de 1930. As mesmas homologias apresentadas no artigo de novembro de 1928 são reforçadas, segundo as quais, o professor seria o oficial encarregado dos processos de produção. O aluno equivaleria à matéria prima e o produto seria o aluno civilizado, preparado para a vida e transformado em um cidadão, trabalhador, consciencioso de seus deveres. As ferramentas e máquinas seriam correspondentes ao método de ensino e o processo de educação se consubstanciaria no trabalho que seria “o termo popular para exprimir ensino activo, intuitivo ou experimental. Pelo trabalho pessoal do aluno fazendo com que elle aprenda mediante o próprio esforço, tal o verdadeiro ensino. O mestre dirige a actividade do alumno, e o trabalho deste, nas experiências que realiza, constitue para vida o melhor aprendizado” (Costa, 1930, p. 07 – RE, Nº 43, março). Considerando que a escola

deveria ser avaliada pelo “produto” que seria capaz de produzir, tornaria digna da valorização social, na medida em que preparasse bem seus cidadãos. Ao professor caberia reformar-se para as exigências atuais, ou melhor, formar-se para atuar como um “oficial” adaptado às novas engrenagens da máquina educativa.

Num dos quatro tópicos abordados na seção “*Daqui e dali*” da Revista do Ensino, Firmino escolhe o tema da escola nova para relacioná-lo à questão da socialização, da colaboração e da solidariedade. Para ele, o ensino primário não deveria focar em uma formação de caráter geral, mas sim, visando à formação profissional numa perspectiva do preparo para o exercício de alguma profissão. É precisamente por isso que, na escola ativa, o interesse das crianças teria tanto valor e deveria ser estimulado, fortalecido, canalizado de forma a beneficiar a aquisição de novos conhecimentos.

No ambiente escolar, isso tornaria possível por meio da organização, tanto das atividades como do ambiente, como se fosse uma sociedade em miniatura ou mesmo uma oficina de trabalho, dentro das quais as crianças pudessem atuar com liberdade e autonomia e também com ordem e disciplina. Sobre os dois últimos aspectos, o educador lembra que tem se confundido, freqüentemente, liberdade com imposição dos caprichos das crianças e o fato estaria fazendo com que a escola nova recebesse inúmeras críticas. Recorrendo a Dewey, o diretor argumenta que a liberdade não excluiria a possibilidade e mesmo o dever dos professores sugerirem e até mesmo coordenarem as atividades das crianças. Caso contrário, seria, senão impossível, ao menos mais difícil, alcançar o objetivo da colaboração entre os alunos para a execução de alguma atividade coletiva.

Em relação à disciplina, o diferente da “escola nova” residiria no fato de que essa não fosse imposta de forma arbitrária e autoritária, mas sim resultante de trabalho metódico, previamente organizado e interessante para as crianças. Não se trataria apenas de uma ordem externa, passiva e aparente, na qual bastaria que o professor se afastasse para que a desordem voltasse a reinar. Bem ao contrário, na “escola nova” reinaria a iniciativa dos alunos, a cooperação e a solidariedade, condições essenciais para que a disciplina e aprendizagem fossem efetivas e concorressem para os fins da educação primária (Costa, 1930, p. 69 – RE, Nº 46, junho).

Não por coincidência, a partir desse artigo apresentado anteriormente, observamos uma maior freqüência da adoção do termo “escola nova”, nos locais onde era mais usado o “escola ativa”. O fato nos sinaliza que Firmino estaria usando a nomenclatura já adotada fartamente pelos escolanovistas brasileiros, conforme constataremos em seu artigo de agosto, do mesmo ano.

No artigo "*Um livro indispensavel*", Firmino apresenta uma resenha da obra de Lourenço Filho, "*Introdução ao estudo da escola nova*", valorizando, inicialmente a coleção por ele organizada, editada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo, intitulada "*Bibliotheca do Professor*". Tal coleção preencheria uma lacuna para orientar os professores na moderna pedagogia por meio das obras publicadas em língua portuguesa. O diretor avalia que todos os professores deveriam ler a referida obra considerando a sua riqueza em relação aos fundamentos lógicos e históricos da criação da escola nova no velho continente e também nos Estados Unidos. Apresenta cada uma das três partes do livro e ressalta a linguagem feita em uma exposição metódica, expressiva e atraente, ainda que não se constituísse em leitura fácil. Para Firmino, Lourenço Filho teria sido muito feliz em organizar a sua obra a partir de três sistemas de educação, a saber, o Montessori, o Decroly e o sistema de projetos de John Dewey. Dentre todo o conteúdo do livro, ele escolheu citar um trecho que apresenta o conceito de escola nova adotado pelo estudioso, abaixo transcrito:

"Por Escola Nova, explica o auctor, se deve entender, hoje, um conjunto de doutrinas e princípios tendentes a rever, de um lado, os fundamentos da finalidade da educação, de outro, as bases de aplicação da sciencia á technica educativa". E como era natural, acceita elle a definição de Dewey, justamente considerado o principal creador da escola nova: "A educação é a socialização do indivíduo em toda sua maneira de encarar e utilizar a vida" (Costa, 1930, p. 94 – RE, Nº 48, agosto).

Aqui a questão da disciplina é retomada sobre a base da liberdade construída de dentro para fora pelos alunos por meio da colaboração. Em uma palavra, a escola agora se moveria pelas atividades dos alunos, ou seja, pela auto-educação. Por fim, assevera, sustentado por leitura da obra de Lourenço Filho, que a liberdade estaria para a escola nova, como a autoridade, no pior sentido, estava para a escola antiga. A questão da autoridade será retomada de forma mais detida na revista de Nº 76, de novembro de 1932.

No artigo "*A escola*", Firmino apresenta um tipo diferente de narrativa. O artigo foi escrito como se um aluno (em alguns momentos parece ser uma aluna) apresentasse as representações sobre as novas experiências educacionais originadas na proposta da nova educação. Divido em onze capítulos, a narrativa se esgueira por cada um dos espaços e atividades das novas práticas escolares, exaltando as diferenças em relação à escola antiga. Como se estivesse narrando aos próprios pais, o aluno exalta as muitas conquistas que teria alcançado, tanto no

aspecto intelectual e, sobretudo, moral, cívico e higiênico ao aproveitar bem todas as oportunidades que a nova escola lhe oferecia. Parece-nos que a família em questão seria um tipo modelar e harmonioso e o pai e a mãe são, a todo momento, convidados a participar ativamente da escola.

No artigo, são retomados os aspectos educativos tão caros ao educador e pelos quais ele teria lutado incansavelmente por toda a vida. Vale ressaltar entre eles o capítulo intitulado "*A sala de aula*" no qual a questão da organização da sala e do grupo é trabalhada com os alunos por uma professora cordial e compreensiva, que não exita em colaborar e estimular os alunos. Os espaços das paredes reservados aos personagens históricos ilustres são percebidos e valorizados pelo aluno da narração, exemplificando o quão diferentes eram com relação aos da escola antiga e as constantes visitas à biblioteca, promovidas pelo interesse cultivado pela leitura. Ou então o capítulo das "Festas escolares", no qual são narradas as alegrias das atividades cívicas bem planejadas, como a da Bandeira e a da formatura dos alunos, e como a participação adequada e entusiasmada dos alunos seria valorizada. Encerrando a narrativa, o aluno conta, com imensa alegria, que seu pai, além de lhe prometer uma viagem ao Rio de Janeiro para conhecer o mar e o Pão de Açúcar, teria lhe dado de presente uma coleção de retratos de homens benfeitores da pátria, dentre eles: Tiradentes, José Bonifácio, Benjamin Constant, Oswaldo Cruz e Rui Barbosa (Costa, 1931, p. 103 - RE, Nº 53, 54 e 55, janeiro, fevereiro e março).

Parece-nos que o principal intuito de Firmino Costa, através do artigo, seria, por um lado, o de demonstrar como a escola ativa já seria uma realidade compartilhada pelos alunos e por seus familiares, ou como os frutos já seriam tangíveis. Por outro lado, o de demonstrar, por meio do entusiasmo, da alegria, do interesse com que o aluno narra as suas experiências, como poderia ser o desenvolvimento individual de um aluno que estivesse inserido no contexto, destacando-o do passado pouco edificante da educação mineira. Ou seja, a escola ativa faria diferença na vida das pessoas e do país, porque promoveria o progresso espiritual, moral, cívico, cultural e, conseqüentemente, social e econômico.

Para o educador de Lavras, a escola ativa já seria, de fato, uma realidade nas terras de Minas. Isso poderia ser facilmente comprovado por meio da consolidação de algumas práticas educativas exemplares, tais como as excursões escolares, ainda que estas precisassem de uma maior incidência; as atividades na Biblioteca; no Museu e no Laboratório Escolar. Todas estariam enfrentando a artificialidade, o verbalismo, o monólogo, o individualismo das práticas antigas. Contudo, na opinião de Firmino, ainda faltaria ao menos uma atividade para completar melhor o quadro que demonstraria o progresso da educação ativa no

Estado. Para ele, seria o caso de planejar e explorar melhor o potencial educativo e ativo das exposições de trabalhos dos alunos.

A data em que as exposições se realizariam eram em tudo inapropriadas, posto que os alunos estariam com os olhos nas festas de fim de ano e nas férias e os professores, por sua vez, já abatidos pelo cansaço do trabalho de todo o ano. Elas deveriam acontecer de forma permanente e não apenas no fim do ano. Tendo um caráter permanente, os professores poderiam, além de ter mais tempo para planejá-las em colaboração com os alunos, se sentir mais estimulados a participarem, uma vez que o fruto do trabalho estaria ali, mais tangível, ao alcance dos olhos de toda a comunidade.

Outro argumento usado por Firmino para convencer os seus leitores da adequação da idéia seria o de que a exposição permanente teria mais consonância com as proposições da escola ativa, justamente porque seria uma atividade eminentemente dinâmica. Assim, enquanto as exposições anuais são cumulativas, e pelo volume de trabalhos apresentados não permitiriam uma exploração pedagógica mais apropriada, as permanentes, ao contrário, possibilitariam maior qualidade nos trabalhos apresentados, em todos os sentidos. Convencido da exeqüibilidade da nova proposição, o educador complementa sua argumentação, afirmando que:

Quero crer que a exposição permanente de trabalhos escolares, revezando-os segundo já se disse, é uma nova idéia que se ajusta á escola ativa, cuja propria essência a faz continuamente ativa e apenas anualmente. Por si só, a exposição permanente equivalerá a um curso intuitivo de lições de cousas, para professores e para alunos, aqueles melhor pensando para ensinar e estes melhor observando para aprender (Costa, 1933, p 10 – RE, Nº 90 e 91, julho).

Para inaugurar a idéia, sugere o uso do vestíbulo da Escola Normal da capital, por ele considerado como excelente espaço e, naquele tempo, sem utilidade. Dada a ótima localização, tanto no que se referiria ao prédio, como à movimentação dos que ali trabalhavam ou às mais de mil alunas que ali estudavam, o espaço deveria se transformar também em um local de atividades pedagógicas. Também em relação à cidade, se tratava de um ponto bastante central para onde convergia boa parte da população, a qual poderia apreciar tais trabalhos, dignos de serem observados para além do público da escola. Todavia, para o fim, haveria a necessidade de providenciar mobiliário adequado.

No primeiro semestre de 1939 foi publicado, na Revista do Ensino, o Programa de Comemoração do Dia da Árvore realizado no Grupo Escolar Firmino Costa, em Lavras, ocorrido em setembro do ano anterior. Pelo discurso da organizadora do texto, Maria Suzel de Pádua, pode-se entrever que ao menos algumas das lições do mestre Firmino Costa parecem ter dado frutos. As atividades da comemoração deveriam fazer sentido para as crianças e estarem articuladas às demais atividades e conteúdos de ensino. Assim, as festas comemorativas também representariam uma significativa oportunidade de ensino e de aprendizagem (Grupo Escolar "Firmino Costa", de Lavras, Programa de Comemoração, 1939, p. 211, RE, Nº 158 - 163, 1º semestre). Enquanto isso, na capital mineira, adoecia o educador.

A primeira edição da Revista do Ensino de 1940 é especial: trata do relato da homenagem póstuma feita para Firmino Costa, na Escola Normal da Capital com a presença das personalidades mais insígnias do Estado, tais como Dr. José Osvaldo Araújo, prefeito da cidade, Dr. Francisco Brant, reitor da universidade, além de familiares, alunas e professores. Pleno de adjetivos elogiosos, os presentes buscaram enumerar algumas das inúmeras qualidades do diretor, por meio de discursos emocionados. Ressaltaram a relevância e o caráter de uma oficina, implementado no trabalho pedagógico realizado em Lavras, elencaram as principais obras escritas, enlevaram as nobres atitudes e a diligência e distinção com que enfrentava todos os desafios a ele propostos, valorizaram sua inteligência e vanguardismo em relação ao conhecimento e à adoção das modernas idéias pedagógicas e reconheceram a inestimável contribuição generosamente dada à educação pública do Estado. Encerrou a cerimônia, o Sr. Dr. Secretário do Interior, Cristiano Machado. A Revista do Ensino, por sua vez, reverenciou "a memória de seu saudoso colaborador" (s/ autor, 1940, p. 3 - RE, Nº 170 - 172, janeiro, fevereiro e março).